

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

ENDER LUCAS FERREIRA

**O DEBATE SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DURANTE A
DÉCADA DE 1970: A DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO EM ECONOMIA NO BRASIL**

Varginha/MG
2019

ENDER LUCAS FERREIRA

**O DEBATE SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DURANTE A
DÉCADA DE 1970: A DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO EM ECONOMIA NO BRASIL**

Dissertação apresentada como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: História Econômica, Economia Política e Desenvolvimento.

Orientador: Dr. Roberto Pereira Silva.

Varginha/MG
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca *campus* Varginha

Ferreira, Ender Lucas.
F383d O debate sobre distribuição de renda durante a década de 1970:
a dinâmica da produção do conhecimento em economia no Brasil /
Ender Lucas Ferreira. - Varginha, MG, 2019.
138 f. : il. -

Orientador: Roberto Pereira Silva.
Dissertação (mestrado em Economia) - Universidade Federal de
Alfenas, *campus* Varginha, 2019.
Bibliografia.

1. Renda - Distribuição - Brasil. 2. Economistas. 3. Economia –
História. I. Silva, Roberto Pereira. II. Título.

CDD – 339.2

ENDER LUCAS FERREIRA

**O DEBATE SOBRE DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DURANTE A DÉCADA DE 1970:
A DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ECONOMIA NO
BRASIL**

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas, Campus Varginha. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento.

Aprovada em: 25/11/2019.

Prof. Dr. Roberto Pereira Silva
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura: 

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura: 

Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes
Universidade de São Paulo

Assinatura: 

Eu dedico essa dissertação à minha mãe, Ângela.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação foi escrita no âmbito da pós-graduação em Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), entre Setembro de 2017 e Outubro de 2019. Foram muitas as pessoas que colaboraram para que esse trabalho fosse desenvolvido.

O meu interesse por pesquisa iniciou em 2016 com a oportunidade de desenvolver uma iniciação científica sob a orientação da professora Ana Márcia. Eu sou muito grato à Ana Márcia com quem contei durante boa parte da minha graduação em Economia na UNIFAL-MG. Muito obrigado, Ana Márcia. Pelas dicas de composição dos trabalhos, pela condução nas respectivas apresentações, a disponibilidade e a paciência em me atender as minhas dúvidas.

A minha decisão de enveredar pelos caminhos da História recebeu o apoio do professor Roberto Pereira Silva, a quem sou imensamente grato. Obrigado pelo conjunto inumerável de possibilidades de aprendizado, pelas críticas, sugestões de leituras e a condução do debate para a viabilização desta pesquisa. Roberto, deixo aqui a minha gratidão a você por me acompanhar neste caminho.

Eu quero, ainda, agradecer ao Luiz Henrique e a Vânia – a sua mãe-, que foram pessoas que me receberam em sua casa por dois anos. Senti-me acolhido por vocês ao longo desse tempo. Obrigado pela troca de ideias e pelos momentos de boas risadas. Muito obrigado vocês dois, por deixarem me sentir em casa durante todo este tempo.

Ao longo desta pesquisa, eu recebi a ajuda e incentivos dos professores Michel Marson, Bruno Aidar e o Thiago Gambi que na qualificação fizeram importantes observações. Obrigado a vocês pelos debates na qualificação, dicas, sugestões e também por serem professores exemplares.

Por uma coincidência não muito agradável, o mestrado coincidiu com uma fase muito difícil para a história da minha família. Para enfrentar esse período, eu contei com a colaboração dos meus amigos e companheiros de curso. Por exemplo, o Jander, a quem agradeço muito. Eu não posso deixar de agradecer aos meus amigos Neném, Zé Márcio, amizades de longa data. Eu gostaria também de agradecer ao Ricardo Bernardes Pereira, pelas discussões, troca de leitura e inúmeras dicas valiosas sobre o meu trabalho. Eu quero agradecer ao meu companheiro de estudos Marcos Taroco (O Quinho), ao Jonatam (Jonatec), ao Pedro, Renan Borges, Márcio, a Bia e ao Guilherme – com quem pude contar na leitura do trabalho.

Eu também agradeço aos funcionários da Biblioteca da UNIFAL-MG. Obrigado por ajudarem com as minhas dúvidas e pela cordialidade no atendimento aos alunos.

Eu gostaria de agradecer aos meus ex-professores Patrícia Furlanetto, Paulo Soutto Mayor, Vinicius Beire, Elaine Carvalho e ao Manoel Veloso. Eu não poderia deixar de mencionar a minha gratidão aos meus amigos e familiares: Markinho, Tony, Léo, Júlio, Cesinha, Dudu, Bruno, Benita, Alex, Pedro, Claudia, Marcelo, Hugo, Terezinha, Douglas, Dalva, João Guilherme, João Antônio, Maristela, Marina, Anderson, Joílson, Aline, João, Bráulio e à Marluce.

Eu sou grato também ao Marcos Melo que, em 2013, quando eu estava em dúvida se cursava Economia na UNIFAL-MG, me deu muito apoio, dizendo que eu deveria investir nesse meu objetivo, pois: *“Imagina, Ender? Você sair de Varginha com dois diplomas...”*. Infelizmente o Marcos não viu o fim desta história, mas com certeza ele estará sempre presente em nossos corações.

Eu também gostaria de agradecer à minha vó, dona Elza, por preparar o melhor café do mundo (Doce e forte!). Obrigado à minha vó também pelos oportunos conselhos em meus momentos de cansaço.

Eu não posso deixar minha gratidão à dona Marlene, a nossa vizinha, pessoa que muito cuidou da minha mãe neste tempo em que precisamos.

Eu agradeço à minha mãe que acreditou comigo que eu poderia cursar um mestrado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Não posso de deixar de mencionar a minha gratidão ao INET-YSI pela concessão de uma bolsa para participar das conferências pré-Alahpe e Alahpe em 2019 na cidade de Curitiba.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo reexaminar o debate sobre a distribuição de renda desencadeada no Brasil após a divulgação do Censo de 1970. Nossa hipótese central é que o debate sobre a distribuição de renda, para além da interpretação dos dados do Censo de 1970, permite captar a dinâmica da profissionalização dos economistas no Brasil, suas relações com o poder e a criação de espaços institucionais de produção e difusão do conhecimento econômico marcado por um caráter conflitivo nos posicionamentos e plural no manejo do conhecimento econômico. Procura-se articular o caráter conflitivo do debate, levando em consideração as redes formadas entre os economistas, como também os seus respectivos argumentos que foram levantados em artigos acadêmicos e na imprensa escrita. Nesse sentido, observamos que a trajetória dos autores, as instituições pelas quais passaram e suas matrizes teóricas enquanto elementos essenciais para situar as suas posições dentro do debate. Mais especificamente, identificamos uma divisão central, entre os autores, na qual cabem subdivisões. De um lado estavam os economistas que estiveram teóricos ou institucionalmente ao governo como Carlos Geraldo Langoni, por outro lado, um amplo grupo de economistas, de diferentes matizes teóricos e institucionais, mas unificados pela posição crítica frente à outra vertente. Formam este grupo autores como: Albert Fishlow, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Edmar Lisboa Bacha, Luiz Gonzaga Belluzzo, Paul Singer, Pedro Mala, John Wells e Rodolfo Hoffmann. A partir desta divisão e da investigação das relações entre os posicionamentos teóricos e as filiações institucionais dos autores, investigamos os argumentos mobilizados para enfrentar o debate sobre a distribuição de renda.

Palavras-chave: História do pensamento econômico brasileiro. Distribuição de renda. Profissionalização dos economistas;

ABSTRACT

This dissertation aims to reexamine the debate on income distribution triggered in Brazil after the 1970 Census was released. Our central hypothesis is that the debate on income distribution, beyond the interpretation of the 1970 Census data, allows us to capture the dynamics of the professionalization of economists in Brazil, their relations with power and the creation of institutional spaces for the production and diffusion of economic knowledge marked by a conflicting and plural character in the management of economic knowledge. It seeks to articulate the conflictive character of the debate, taking into account the networks formed among economists, as well as their respective arguments that were raised in academic articles and in the written press. In this sense, we observe that the authors' trajectory, the institutions through which they passed and their theoretical matrices as essential elements to situate their positions within the debate. More specifically, we have identified a central division between the authors into which subdivisions fit. On the one hand were the economists who were theoretically or institutionally in government as Carlos Geraldo Langoni. On the other hand, a broad group of economists, of different theoretical and institutional hues, but unified by the critical position on the other side. The authors of this group are: Albert Fishlow, Maria da Conceição Tavares, Jose Serra, Edmar Lisboa Bacha, Luiz Gonzaga Belluzzo, Paul Singer, Pedro Mala, John Wells and Rodolfo Hoffmann. From this division and from the investigation of the relations between the theoretical positions and the authors' institutional affiliations, we investigated the arguments mobilized to face the debate about income distribution.

Keywords: History of Brazilian Economic Thought. Income distribution. Professionalization of economists;

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Autores envolvidos nas disputas sobre desigualdades de renda..... 125

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	MODERNIZAÇÃO NO ENSINO DA ECONOMIA: ASCENSÃO DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA NO BRASIL.....	23
3	OS ECONOMISTAS DO GOVERNO.....	36
3.1	ALBERT FISHLOW E O IPEA.....	36
3.2	CARLOS LANGONI: UM PORTA-VOZ DO GOVERNO.....	48
4	OS ECONOMISTAS CRÍTICOS.....	63
4.1	AS ANÁLISES DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES, JOSÉ SERRA, BELLUZZO E SINGER.....	63
4.1.1	Maria da Conceição Tavares: entre a CEPAL e a Unicamp	63
4.1.2	José Serra e a CEPAL.....	76
4.1.3	Luiz Gonzaga Belluzzo e o DEPES - UNICAMP.....	84
4.1.4	Paul Singer e o CEBRAP.....	91
4.2	Outras linhagens críticas.....	100
4.2.1	Edmar Lisboa Bacha.....	100
4.2.2	Pedro Malan e John Wells.....	109
4.2.3	Rodolfo Hoffmann.....	118
5	CONCLUSÃO.....	126
	REFERÊNCIAS.....	131

1 INTRODUÇÃO

No início da década de 1970, um extenso debate desalinhou a ordem do dia daqueles que estavam ocupados com os desdobramentos da economia brasileira, uma vez que tudo parecia indicar uma piora na distribuição de renda no Brasil. Com a divulgação do Censo de 1970 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a preocupação com os dados referentes à população brasileira mobilizou um rico debate entre economistas de diferentes instituições com o objetivo de refletir sobre a economia brasileira. Engatilhava-se, assim, um extenso debate importante naquele contexto, configurando um campo de batalhas entre aqueles que se propuseram a explicar a questão da distribuição de renda.

De 1964 até 1985, o Brasil viveu sob um regime autoritário. Dentro deste contexto, o debate sobre a distribuição de renda representou um dos seus momentos mais importantes. A divulgação dos dados do Censo Demográfico de 1970 expôs as implicações sociais do período do Milagre Econômico (1968-1973), marcada pelo aumento da concentração da renda e de sua desigual distribuição durante a década de 1960 e com reflexos nos períodos subsequentes. Neste contexto, diferentes economistas se propuseram a investigar a questão. Muito embora houvesse repressão aos meios de comunicação e perseguição aos opositores do regime, duas frentes de disputas se abriram aos economistas: a mobilização de um conjunto teórico em diversos artigos e a participação destes economistas na imprensa escrita. Isto parece evidenciar que a análise econômica e as questões políticas se entrelaçam para dar sentido aos rumos do país.

O debate reuniu diferentes economistas, em diferentes abordagens em relação às causas da distribuição da renda. Assim, de um lado, estão os economistas ligados ao governo como é o caso de Carlos Geraldo Langoni, que teve seus vínculos com o então Ministro da Fazenda Delfim Netto. Por outro lado, as causas da distribuição da renda fomentaram análises críticas, estas aqui representadas por Albert Fishlow, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Paul Singer, Luiz Gonzaga Belluzzo, Edmar Lisboa Bacha John Wells, Pedro Malan e Rodolfo Hoffmann. Neste sentido, o tema se torna complexo ao destacar que o campo dos economistas é marcado por disputas. Essa dissertação buscará contribuir com essa questão, compreender as tensões entre os posicionamentos dos economistas e como estas foram capazes de moldar e dar sentido às disputas em torno das orientações econômicas do país. A pesquisa chama atenção para as disputas que ganham contornos nos movimentos das ideias, que encontraram terreno fértil nos centros de pós-graduação e que marcam os debates nos

jornais. Pretende-se, assim, confrontar as ideias sobre as causas da piora na desigualdade de renda, momento importante da história do pensamento econômico brasileiro.

Em relação aos estudos que se apropriaram destes debates, podemos reuni-los em três categorias: as sínteses históricas que, de alguma forma, perpassam questão da distribuição de renda em 1970; as abordagens de história do pensamento econômico a partir das controvérsias e as preocupações de economistas que se valeram de análises históricas.

No tocante às sínteses históricas, podemos mencionar o trabalho escrito por Fábio Sá Earp e Luiz Carlos Prado (2003), o qual tem a pretensão de explicar as causas e consequências do Milagre Econômico no Brasil entre 1968 e 1973. Os autores partem da crise da economia nos de 1960. Assim, entre 1963 e 1967, o crescimento econômico brasileiro caiu pela metade, passando por uma situação de perda de dinamismo do processo de substituição de importações. Diante da crise, a qual desencadeou um acirrado debate sobre a natureza das reformas econômicas necessárias para a retomada do crescimento, de um lado estavam os economistas cepalinos e de outro, economistas com posições liberais. Os economistas que fizeram parte do governo se tornaram os principais responsáveis por uma série de reformas financeiras, de medidas de políticas fiscais e monetárias que tiveram sua expressão maior no Milagre Econômico. No entanto, o crescimento econômico trouxera importantes consequências, sendo a desigualdade de renda a mais expressiva. O estudo é importante para uma síntese da história econômica do período, porém os autores não avançam em questões que versam sobre seus desdobramentos para a história do pensamento econômico brasileiro, sobretudo como a questão da distribuição da renda foi importante naquele contexto. Neste sentido, os autores deixaram uma lacuna para entendermos as disputas entre os economistas.

Entre os trabalhos que se propuseram a abordar, do ponto de vista da história do pensamento econômico, está o artigo escrito por Guido Mantega (1997), o qual tem como objetivo estudar o pensamento econômico brasileiro, que nasceu no período entre 1960 e 1980. Especialmente sobre a década de 1970, uma questão importante ganha destaque: o caráter social do Milagre econômico brasileiro. Para defender-se, Delfim Netto, então Ministro da Fazenda, encomendou ao economista Carlos Geraldo Langoni (FGV-RJ) um estudo sobre a distribuição de renda. A conclusão deste estudo reconhece que houve desigualdade na distribuição da renda, mas a responsabilidade estava calcada nos desníveis da escolaridade da população brasileira. No entanto, as causas da desigual distribuição de renda não apresentou um consenso.

O estudo de Mantega (1997) nos oferece também uma análise panorâmica de autores críticos aos trabalhos do Langoni. Um dos primeiros trabalhos contendo críticas ao governo

foi do brasileiro Albert Fishlow, que entende que a concentração de renda foi promovida pela gestão Campos-Bulhões, com o ajuste recessivo e sua política salarial. A polêmica prosseguiu com estudos de Celso Furtado, Edmar Bacha, John Wells, Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Paul Singer, Pedro Malan e outros. O trabalho de Mantega (1997) tem uma dinâmica sobre o pensamento econômico brasileiro a partir das adaptações das teorias que surgiram no centro do capitalismo, aspecto importante para a compreensão dos debates sobre a distribuição de renda.

Dentro dessas interpretações, podemos elencar os estudos de Rodrigo Gandra (2004). A preocupação central do seu trabalho é analisar e comparar a questão do debate sobre a distribuição da renda no Brasil, que emergiu os anos de 1970 e nos anos de 1990¹. Para este autor, a questão da controvérsia sobre distribuição da renda em 1970 pode ser dividida em três principais teses: a primeira, de Albert Fishlow, que explica a desigualdade a partir da compressão salarial ocorrida no governo Castello Branco entre 1964 e 1967. Para Fishlow (1972), este ganho de renda se concentrou nos setores urbanos com renda acima da média, especialmente nos subsetores de finanças, nos cargos administrativos e etc.; a segunda tese é representada por Carlos Geraldo Langoni que, partindo dos preceitos da teoria neoclássica e da teoria do capital humano, montou um modelo em que o aumento da concentração pessoal da renda estava baseado na variação do salário real, sobretudo, com a sua variação do nível de educação; e a terceira corrente explicativa das causas da distribuição da renda, representada por Edmar Lisboa Bacha que, partindo de estudos gerenciais, afirma que a remuneração das fábricas era distinta: os salários recebidos pelos gerentes que ocupavam altos cargos (*White-Collars*) estariam vinculados aos movimentos da taxa de lucro das empresas, enquanto os salários dos empregados subordinados (*Blue-Collars*) eram definidos no mercado de trabalho neoclássico, seguindo as leis de oferta e demanda. Esta dicotomia seria, então, a responsável pela diferenciação salarial e disparidades na renda em 1960.

Para Gandra (2004), a Controvérsia de 70 foi vencida pelo desinteresse acadêmico frente às preocupações econômicas que se avançaram na década de 1980. No entanto, ressalta-se que o trabalho de Gandra (2004) priorizou os argumentos apresentados na academia, explorando o debate apenas em uma divisão tripartite entre os autores envolvidos. Entendemos que a abordagem do autor tornou-se reducionista, pois desconsidera sem

¹ Para Gandra, o debate sobre a distribuição da renda em 1990 teve um papel essencial os estudos de Ricardo Paes de Barros. As características de sua análise revela um posicionamento teórico e empírico em consonância com as interpretação de Langoni. Ou seja, a educação desempenha um papel crucial na distribuição individual da renda do trabalho. Em suma “o modelo mostra como a má focalização dos gastos públicos em educação e como a imperfeição no mercado de capitais geram a desigualdade educacional, que, por sua vez, impacta a desigualdade pessoal de renda.” (GANDRA, 2002, p. 12).

perceber as injunções, projetos de pesquisa e de política econômica divergente entre os autores envolvidos. Além do mais, o autor não leva em consideração os trabalhos de José Serra, Luiz Gonzaga Beluzzo, Maria da Conceição Tavares, Paul Singer e Rodolfo Hoffmann. Neste sentido, entendemos que o debate sobre distribuição de renda deve ser analisado levando em consideração também suas respectivas disputas políticas.

Preocupada em desenvolver uma metodologia capaz de explicar a história do pensamento econômico brasileiro em voga a partir de 1960, o trabalho organizado por Maria Malta (2011) é uma referência importante. Os esforços dessa autora visaram interpretar a história do pensamento econômico brasileiro a partir das controvérsias. Durante a década de 1970, ela pode ser apreciada por dois extremos: de um lado, estão os postulados de Carlos Langoni, Antônio Delfim Netto e Mario Henrique Simonsen; e no outro extremo estão os economistas críticos, como Maria da Conceição Tavares e Belluzzo, José Sergio Leite Lopes, Pedro Malan, Rodolfo Hoffman, José Serra e, além do mais, os brasilianistas Albert Fishlow e John Wells.

Para Langoni (1973), o processo de desenvolvimento econômico engloba dois períodos distintos, porém relacionados: em fase de crescimento acelerado, há um aumento da desigualdade na distribuição da renda porque em tal fase é oferecida a possibilidade de ganhos extras na renda. Sua tese central se baseia no fato de que o aumento das desigualdades é consequência das profundas modificações que acompanharam o desenvolvimento brasileiro entre 1960 e 1970. Tais modificações são fundamentalmente o progresso das forças produtivas e um aumento da renda da população em termos absolutos, o que não significa piora na diminuição do bem-estar. Essa interpretação foi extensamente criticada na coletânea de artigos *A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento*, organizada em 1975 por Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli. Apesar da existência de uma variedade de abordagens, há um elemento em comum nestes trabalhos: crítica da teoria marginalista da distribuição e sua utilização para a explicação do fenômeno brasileiro concreto vivenciado na década transcorrida entre 1960 e 1970. Todos os autores não apenas identificaram que a piora da distribuição de renda no Brasil dos anos 1970 expressa o resultado de um determinado estilo de crescimento econômico que se baseava prioritariamente no consumo de minorias privilegiadas e no investimento em setores de mais altas rendas, como também discordavam de qualquer relação explicativa que se originasse nos diferenciais de oportunidades na educação para a piora na distribuição de renda, como propôs Langoni.

Para Maria Malta (2011), a Controvérsia de 70 se desdobrou em duas posições cristalizadas: primeiro, a explicação contida nos trabalhos de Langoni ganhou adesão entre os economistas do governo e assumiu o caráter de uma explicação oficial; e, em segundo, a visão crítica da economia, que teve sua repercussão estritamente no meio acadêmico. Neste sentido, como a própria autora diz, o debate público sobre a piora na distribuição da renda foi recortado pela leitura política organizada pela ditadura civil-militar. Contudo, a abordagem de Malta (2011) faz, não leva em consideração a presença dos economistas em instituições de pesquisa e se houve uma repercussão entre os debatedores na imprensa escrita. Ao considerarmos essas disputas, buscaremos ressaltar as disputas entre os economistas que se alinharam ao governo e os economistas críticos, evidenciando seus posicionamentos, narrativas e referências sobre a distribuição da renda durante a década de 1970 no Brasil.

No tocante aos estudos que foram conduzidos por economistas, destaca-se o ensaio de Claudio Salvadori Dedecca (2007). Este estudo contribui para refletir sobre a questão do trabalho na economia brasileira, dentro de uma periodização organizada pelo autor. Os resultados divulgados pelo Censo de 1970 indicavam o perfil da distribuição de renda, caracterizado por um elevado grau de concentração. Frente a este processo, o estudo de Carlos Geraldo Langoni (1973) desponta para minimizar as responsabilidades do governo em relação à situação que ganhou relevo. O trabalho de Langoni (1973) deu início a uma controvérsia, cujos argumentos principais estão expostos em uma coletânea organizada por Tolipan e Tinelli (1975). Diversos argumentos são levantados, no entanto Dedecca (2007) lança destaque apenas para alguns. Primeiro, ele menciona os argumentos de Albert Fishlow, cuja explicação gira em torno da contenção dos salários nominais que corroeram os salários reais dos trabalhadores. Na sequência, são mencionados os trabalhos de Rodolfo Hoffman (1975) e Edmar Bacha (1975), que reiteram a mudança dos salários de base no processo de mudança da renda. Outro autor mencionado é o José Serra, para o qual os dados apresentados por Langoni (1973) eram insuficientes, e não tinham capacidade de refletir o conjunto da distribuição de renda. Os argumentos de Pedro Malan e John Wells são considerados. Para estes, a desigualdade de renda está associada ao modelo de desenvolvimento perseguido pelos governos militares pós-64. A análise de Dedecca (2007) é importante para a compreensão da questão do trabalho no pensamento econômico brasileiro, contudo torna-se necessário a compreensão dos aspectos que incidem sobre as divergências entre os economistas.

Dentro desta perspectiva de trabalho, destaca-se o artigo escrito por Ricardo Strazzacappa Barone, Pedro Paulo Zahluth Bastos e Fernando Augusto Mansor de Mattos (2017), que também se propuseram a estudar o debate sobre a distribuição de renda em 1970.

Assim, na visão dos autores o debate sobre desigualdade de renda ganhou contornos polarizados. O modelo econométrico usado por Carlos Geraldo Langoni teve por objetivo mensurar o impacto marginal de cada variável dependente (educação, idade e gênero) e alocativas (setor e região) da população economicamente ativa sobre a desigualdade de renda. Então, a estrutura educacional foi considerada a principal explicação para a concentração da renda no período, confirmando a relação entre a educação e os níveis de remuneração, aspectos em consonância com a teoria do capital humano. O que se observa no Brasil durante a década de 1960 está assentado em uma visão que compreende a desigualdade como uma questão passageira, isto é, um movimento natural no processo de desenvolvimento. Esse posicionamento foi marcado pelas aspirações dos governos militares, sobretudo porque visou explicar as desigualdades de renda para legitimar as políticas postas em voga pós-1964 e apaziguar o extenso debate sobre a questão.

Em outro polo, a Controvérsia de 70 reuniu textos dos economistas de oposição ao governo militar, de diversas linhas de pensamentos político e de diferentes escolas de pós-graduação do país e também do exterior. A visão dos críticos se desdobra em: 1) Explicação interna, na qual os autores entendem que são críticas a partir das variáveis utilizadas por Langoni – nesse grupo estão os trabalhos de Pedro Malan e John Wells, o próprio Wells em um artigo individual e Albert Fishlow; e, 2) Críticas externas: as quais analisam as desigualdades com base nas políticas salariais adotadas a partir de 1964 – aqui estão os trabalhos de Edmar Lisboa Bacha, Jhon Wells e Paul Singer.

Os autores entendem que a interpretação oficial visou legitimar um projeto econômico - permeado por questões políticas - que se utilizou da concentração da renda para viabilizar certo estilo de crescimento econômico notabilizado, prioritariamente, no consumo de minorias privilegiadas. Os autores apontam que há inconsistências internas tanto no modelo empregado por Langoni, como nas políticas econômicas perseguidas pelos governos militares, então, sentenciam que a interpretação dos críticos oferece explicações mais razoáveis sobre a distribuição da renda. Entretanto, em nossa proposta compreende o debate sobre as causas da distribuição de renda como um campo de disputa cujo critério de verificação não pode ser buscado na exatidão da explicação, mas sim na relação entre os economistas e seu posicionamento teórico e político dentro deste debate, na qual a mobilização de argumentos se faz como resposta a projetos específicos de política econômica.

Contudo, encontramos nos autores supracitados algumas aspetos ainda não qualificados, tais como: o conceito de disputas entre os economistas e suas análises cuja lógica interna não consegue discernir as filiações institucionais e profissionais debatedoras.

Estes trabalhos tampouco inserem os economistas que escreveram naquele período em um conjunto de disputas pela orientação da política econômica do Estado, o que passa pela interpretação de proposta de políticas econômicas.

A contribuição desta pesquisa leva em consideração dois aspectos: nós entendemos que uma análise da história do pensamento deva considerar o debate acadêmico e a sua repercussão em artigos difundidos na imprensa escrita. Isso exige que se leve em consideração novas fontes históricas que revelem os argumentos foram mobilizados e difundidos em artigos na imprensa escrita – como artigos publicados em jornais e revistas².

Não existe uma maneira única de abordar a história do pensamento econômico brasileiro. Na verdade, uma das maneiras de analisar espelha concepções acerca da evolução da ciência econômica, ou seja, encará-la como um produto linear. Nesse sentido, a história do pensamento econômico se reduz aos meros erros e acertos em teorias cujas análises mais recentes foram capazes de superar. Por outro lado, entendemos que uma metodologia fundamental para compreender a História do Pensamento Econômico não pode desconsiderar que as análises econômicas estão intimamente marcadas com um projeto político, não somente diretamente aos formuladores de política econômica que ocupam lugares estratégicos, dentro da burocracia do governo. Mas levaremos em consideração também, de um modo geral, os intérpretes da economia. Nesse sentido, entendemos que todo e qualquer “personagem que escreve, discursa ou pensa sobre a teoria econômica está inserido num ambiente institucional e compreende a sociedade a partir de determinados preceitos ideológicos e experiências históricas” (SAES; SAES, 2015, p. 49). Assim, este trabalho considera que, ao remontar o tema da distribuição de renda com os autores envolvidos, deve-se também chamar atenção para questões que dizem respeito às instituições nas quais se deu o referido debate. O enfoque aqui apresentado ganha relevância a partir dos arranjos e dinâmicas institucionais que conferiram interpretações sobre os resultados do Censo de 1970. E essa dinâmica é compreendida a partir da modernização da ciência econômica no Brasil. Buscamos, então, analisar o debate sobre distribuição da renda considerando o panorama das instituições que ligavam os economistas ao governo, a modernização do ensino de pós-graduação em Economia, aos institutos de produção de conhecimento envolvidos e as obras produzidas como livros e artigos.

² Esta pesquisa leva em consideração os artigos publicados em jornais que estão disponíveis no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. < <http://memoria.bn.br/>>. Além do mais, identificamos um número da Revista Veja que se dedicou ao tema da distribuição de renda. A edição número 196, publicada em 7/06/1972. Disponível no site: <http://acervo.veja.abril.com.br>.

Contra uma análise econômica meramente linear, os trabalhos sobre a história do pensamento econômico brasileiro de Ângela Ganem (2011) são importantes. Para essa autora, as análises de história do pensamento devem levar em consideração as particularidades da trajetória de uma economia retardatária, atrasada, subdesenvolvida, periférica, dependente e engajada no capitalismo constituído das economias centrais. Assim, para reconstruir a história da produção teórica de um país, é necessário fazê-la a partir de um duplo movimento: com a história econômico-social e com a história das ideias. Neste sentido, o trabalho de Ganem (2011) é o de identificar as influências das matrizes do pensamento econômico elaborados nas economias centrais e seus reflexos nos pensadores nacionais. Essa relação dota a História do Pensamento Econômico Brasileiro de um caráter plural e interdisciplinar. Assim, História do Pensamento Econômico Brasileiro é ligada às questões do desenvolvimento do capitalismo – em suas formas políticas praticadas para a superação da pobreza e da superação do subdesenvolvimento -, assim como em ligação à política e às instituições, como as de produção do conhecimento.

Ao levar em consideração as relações entre as produções dos economistas e questões mais amplas sobre a história política e institucional do país, daremos ensejo às tendências e rupturas sobre o pensamento econômico nacional. Os resultados do Censo não eram apenas pontuais, mas indicavam, naquele período, também os resultados do tipo de desenvolvimento econômico perseguido no que ficou conhecido como Milagre Econômico. Despontavam-se, a partir daí, diferentes interpretações e propostas de intervenção econômica. De acordo com Bielschowsky e Mussi (2005)

Uma vez plenamente instalado o auge expansionista, a questão do “modelo” de crescimento, especialmente a de suas relações com a distribuição de renda, transformar-se-ia no grande divisor de águas entre o pensamento desenvolvimentista de governo e o de oposição. De um lado, o governo exibia cifras de crescimento da renda e do emprego, argumentando que a expansão era portadora de melhoria das condições de vida da população. De outro, os críticos mostravam estatísticas que salientavam concentração de renda nos anos 1960, e caracterizavam como socialmente perversa a trajetória de expansão consagrada pelo regime militar. O auge se estenderia até os meados dos anos 1970, quando, aos poucos, tornar-se-ia claro para os participantes do debate brasileiro que as condições para o prosseguimento da expansão acelerada estavam se deteriorando (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005, p. 25).

Neste sentido, entendemos que o campo científico, como qualquer outro campo social, se configura por um espaço de disputa de poder e autoridade.

o campo científico é um espaço onde os oponentes frequentemente se engalfinham em nome de um conjunto amplo de interesses extra-científicos, não se limitando a buscar meramente contribuir para o avanço da ciência (LIMA, 2003, p. 48). “[...] No campo científico habitado pelos economistas – seres sociais dotados de um capital intelectual específico que pautam sua atuação pelo empenho em valorizá-lo -,

desenvolve-se um processo permanente de lutas em que se disputa, entre outras coisas, o monopólio da imposição da definição legítima e autorizada do que seja realmente merecedor de atenção científica por parte da comunidade [...] (LIMA, 2003, p. 54).

Desse modo, os posicionamentos entre economistas são de suma importância para lançar luz sobre autores, instituições, tipologia interpretativa e palcos de disputas entre economistas no Brasil do início de 1970. Sendo assim, as produções entre os economistas visam articular os autores e as instituições nas quais são produzidas as análises econômicas e que, a partir daí, ensejam propostas de projeto político. Assim, considera-se, primeiramente, a obra *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil* de Carlos Geraldo Langoni, publicada em 1973. Em seguida, analisam-se os principais argumentos levantados contra as interpretações e reunidos no livro organizado por Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli intitulado *A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento*, publicado em 1975. Nestas obras, constam diferentes estudiosos que compreendem a questão a partir de uma multiplicidade de visões, mas todos têm em comum o ato de fazer críticas aos postulados de Langoni. Aqui, chama-se atenção para os trabalhos de Albert Fishlow, Edmar Lisboa Bacha, John Wells, Paul Singer e Rodolfo Hoffmann.

Entendemos que, de acordo com Saes e Saes (2016a), o posicionamento dos autores é relevante no exame do processo de formulação dos trabalhos econômicos. Para dar sentido, buscaremos observar a filiação institucional ligada por cada autor na produção de conhecimento e na formação dos indivíduos, suas respectivas escolas de formação e filiações teóricas nas quais o seu pensamento se desenvolveu, assim como os possíveis vínculos com grupos sociais e econômicos da elite dirigente ou não. Desse modo,

[é] inquestionável que a HPE se desenvolve e se realimenta da produção das instituições de pós-graduação. Em todos os países a teoria é produzida pelos centros de pós-graduação, mas seus acadêmicos não necessariamente participam da política governamental. Aqui, talvez pela força dos desafios econômico-sociais apresentados na nossa história, observa-se um engajamento de parte da intelectualidade na política [...] (GANEM, 2011, p. 14).

Assim, faz-se necessário analisar a história do pensamento econômico brasileiro a partir de duas questões principais: como os diferentes autores se rivalizam nas propostas interpretativas acerca dos resultados do desenvolvimento econômico? Como os economistas reivindicavam as interpretações acerca da distribuição de renda?

Nesse trabalho, traçamos um quadro para analisar as trajetórias institucionais entre os economistas. Assim, a questão da distribuição da renda foi capaz de mobilizar diferentes alinhamentos entre os economistas. Buscaremos entender esse alinhamento diante da atuação dos economistas dentro e fora do governo. Consideramos as entrevistas e a memória

institucional dos atores envolvidos no debate sobre a distribuição da renda em 1970. Suas ligações entre os seus pares, considerando aqueles que se alinharam ao governo e daqueles que buscaram contestá-los. Para dar sentido a estas disputas, levamos em consideração as teses, os artigos e estudos publicados por estes autores e as suas respectivas escolas de formação. Consideramos que o campo dos economistas também é permeado por disputas que podem ser entendidas evidenciando as diferentes instâncias que incidem sobre os trabalhos dos economistas.

Essa dissertação está estruturada da seguinte forma: na seção 2, buscamos focar o arranjo institucional da produção de conhecimento em economia. Falamos da ascensão das instituições de produção de conhecimento e processo de modernização do ensino da economia (LOUREIRO, 1997d). Duas fases da constituição dos institutos de pesquisa no Brasil, a primeira que engloba os períodos de 1930 até 1964 e depois de 1964. Nesta nova fase, os mecanismos de internacionalização da economia foram importantes: o intercâmbio de pesquisadores norte-americanos e estudantes brasileiros. As disputas em relação às desigualdades de renda são exemplos para estudarmos a atuação dos economistas, dentro e fora do governo. O desdobramento direto dessa internacionalização se deu nas estruturas que definem a participação dos economistas nos quadros do governo. Novos mecanismos que garantiram a notoriedade dos economistas nestes quadros. Analisaremos o papel do financiamento da Fundação Ford e United States Agency for International Development (USAID) para a configuração de um novo arranjo institucional. Esse processo é importante para entendermos as práticas e estratégias dos economistas no Brasil, cujas disputas em relação à desigualdade de renda é paradigmático.

Na seção 3, nós analisamos a ascensão do debate sobre a distribuição de renda no contexto da ditadura militar no Brasil. Para entendermos o debate, enfocaremos, primeiramente, na trajetória de Albert Fishlow. Ele chega ao Brasil no contexto de modernização da economia. Estreitando relações com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ascensão de um centro ligado ao governo sob a coordenação de Reis Veloso. Isso foi crucial para a legitimação do economista como técnico do governo. Entretanto, depois do Ato Institucional Número 5 (AI-5) ele volta para os EUA. Posteriormente, ele retorna, publicando o seu trabalho sobre distribuição da renda. Para Fishlow (1972), as desigualdades foram resultados das políticas econômicas colocadas em curso pelo governo. Isso causou impacto nas estratégias do governo, Delfim Netto logo encarregou de contratar Carlos Geraldo Langoni para responder os motivos que levaram a piora na desigualdade de renda. Há, assim, diferentes interlocutores do debate, que se desdobra em

posicionamentos mais alinhados ao governo e aqueles críticos ao governo. Em que se esse a questão da distribuição da renda, podemos verificar que pela primeira vez essa questão se traduziu como importante no debate nacional. O uso da questão da distribuição da renda para influências o governo. Langoni se formou no Brasil e ganhou bolsas para ir para Chicago. Naquela universidade ele viu ascender da Teoria do Capital Humano, que tem por pressuposto que aumentos nos níveis de educação impactam no aumento da renda e do produto. Essa teoria foi desenvolvida por Shultz, Gary Becker. Langoni bebeu da fonte da Teoria do Capital Humano para entender os problemas de desenvolvimento no Brasil. Como verificaremos, esse debate se irradiou em outras instâncias de disputas, como, por exemplo, nos diversos artigos publicados na imprensa escrita. Lagoni, considerado um porta-voz técnico do governo encarregou-se de escrever diversos artigos nos jornais que circulavam na época.

Na seção 4, traçaremos um quaro para compreender como a disputa sobre desigualdade de renda serviu de inspiração para as interpretações de economistas críticos. As questões sobre distribuição da renda também mobilizou economistas ligadas à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Maria da Conceição Tavares, Serra, Belluzzo e Singer são enquadrados nesta seção. Tavares nasceu em Portugal, onde se formou em matemática. No Brasil, ela se formou em economia. Trabalhou no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e depois foi para o Chile. No Chile ela professora da Escolatina, onde recebeu incentivo e influência de Aníbal Pinto. Já como economista da Unicamp ela publica o artigo sobre distribuição da renda. Tavares defende uma tese de distribuição funcional da renda, utilizado os esquemas básicos de distribuição da renda. Para analisar os ciclos, ela se apoia nos instrumentos históricos. Análise dos três departamentos da economia. José Serra se formou na Universidade de São Paulo (USP), em 1964. Foi exilado no Chile. Cepal lecionou na Escolatina e na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Para ele, Santiago era uma espécie de centro latino-americano. A Cepal responsável por levar interpretar com base na noção de estilos de desenvolvimento. Ou seja, Serra (1975) ressalta o caráter socialmente injusto da distribuição de renda entre 1960 e 1970. O autor demonstra que a desigualdade de renda era funcional ao capitalismo no Brasil. Luiz Gonzaga Belluzzo foi outro autor que buscou interpretar a questão da distribuição de renda. Belluzzo se formou em Direito, depois assistiu aos cursos realizados pela Cepal. Foi um dos fundadores do Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE) – Unicamp. O centro surgiu em um momento especial, na década de 1960 para ser crítico ao capitalismo no Brasil. Vários expoentes colaboraram com a estruturação do departamento de Economia e Planejamento

Econômico (DEPE), que já alcançou fama na época como um centro crítico de produção do conhecimento. Sob inspiração teórica, Belluzzo (1975) entende que a repartição da renda é inerente à repartição social da renda, o que contrasta com as explicações de Langoni.

Buscaremos também analisar a participação de Paul Singer. Ele participou do Grupo o Capital e depois foi ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), que também recebeu apoio da Fundação Ford. O texto de Tavares e José Serras foi levado ao Cebrap. Depois disso deu origem a dois importantes textos: o de Francisco De Oliveira e do Singer. O Cebrap resguarda posição interessante para a compreensão do pensamento econômico do período. Com o Ato Institucional Número 5 (AI-5), Singer foi afastado de suas atividades, mas em 1969 ajudou a fundar Cebrap e pode dar continuidades às suas pesquisas. Isto é, o pensamento crítico é compreendido levando em consideração o Cebrap, especialmente, o de Singer. A explicação chama atenção para fatores sociais e políticos, ressaltando o papel das medidas diretas de política econômica. Isso provocou desníveis salariais, ressaltando as diferenças entre trabalhadores qualificados e não qualificados. Como podemos estudar, estes economistas assinaram menos artigos nos jornais em comparação ao Carlos Geraldo Langoni.

Edmar Bacha, outro autor que se engajou no debate, formou-se no Brasil e cursou pós-graduação em Yale. De volta ao país, ele se tornou um importante autor na montagem institucional da economia como da Universidade de Brasília (UNB) e o IPEA. Nesse momento, a questão da distribuição da renda ascendeu no debate acadêmico e público. Ele trabalhou no IPEA, centro que contribuiu para o reconhecimento do economista como um técnico. Ele escreveu o texto Hierarquia e Remuneração Gerencial. Sob inspiração de estudos sociológicos e gerenciais, Bacha ressalta a hierarquia gerencial como fator explicativo das desigualdades. Jhon Wells e Pedro Malan, ambos ligados a Berkley e tiveram vínculos com o Albert Fishlow, identificaram no estudo de Langoni. Para os dois autores, a explicação de Langoni se restringe a entender a distribuição da renda com base nos mecanismos de mercado. Entretanto, para Wells e Malan as desigualdades foram impostas pelas intervenções do Estado na economia, sobretudo das políticas implementadas durante a década de 1960. Por fim, abordamos o posicionamento de Rodolfo Hoffmann. Ele se formou na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ). Foi um dos autores pioneiros a estudar a questão da distribuição da renda. Junto com José Sérgio Duarte ele enfatiza que as desigualdades têm na compressão salarial a sua causa mais evidente. Hoffmann escreveu poucos artigos na imprensa e participou da XXIV Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), importante fórum contra o governo. Para o autor, houve piora na distribuição da renda em um país que apresenta estrutura de concentração da terra concentrada. Sendo, então,

um exagero entender que a distribuição da renda é uma questão natural do crescimento econômico.

2 MODERNIZAÇÃO NO ENSINO DA ECONOMIA: ASCENSÃO DOS CENTROS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ECONOMIA NO BRASIL

Nesta seção, visamos demonstrar como as disputas acerca da desigualdade de renda foram um produto do contexto do seu tempo. Dessa forma, procuramos contextualizar as relações entre economistas dentro e fora do governo, buscando chamar atenção para as mesmas. As disputas em torno da desigualdade de renda em 1970 são um exemplo paradigmático para estudarmos os conflitos que perpassam a atuação dos economistas. Quando a questão ascendeu, Carlos Geraldo Langoni atuou como um porta-voz técnico do governo; fora do governo, podemos denominar como economistas críticos Albert Fishlow, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Luiz Gonzaga Belluzzo, Paul Singer, Rodolfo Hoffmann, Pedro Malan e John Wells. O caráter destes debates foi moldado a partir do processo de modernização das instituições de produção de conhecimento em economia e a ascensão da economia como disciplina específica. Neste sentido, consideramos as instituições responsáveis também por forjarem os debates da época.

Sem essa compreensão de que os padrões mudaram com o processo de modernização da economia, o nosso acesso às disputas entre os economistas fica bloqueado. Estas disputas somente se esclarecem se são compreendidas como características das diferenças das instituições sob as quais se inscrevem estes economistas.

Torna-se, então, preciso traçar um quadro claro das instituições nas quais os economistas estiveram envolvidos. Este é um aspecto para compreendermos as disputas sobre a questão da distribuição de renda em 1970. Dentro dessa estrutura que podemos discernir a participação dos economistas em polos mais alinhados, daqueles menos alinhados ao governo. Estes aspectos embasam e dão sentidos em torno das disputas entre os economistas. Sendo assim, torna-se necessário revisitar a trajetória institucional da produção do conhecimento em economia no Brasil.

Como assinalam Loureiro (1997d) e Rego (1998), houve dois períodos importantes, porém distintos para se compreender a ascensão e consolidação das instituições de pesquisa em economia no Brasil. Sendo o primeiro de 1930 até 1964, e o outro assinalado como após 1964. Na segunda fase, durante a década de 1960, caracteriza-se pela maturidade, com o desenvolvimento dos dois primeiros centros de pós-graduação, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e USP. Os anos 70 foram marcados pela ascensão de novos centros de pós-graduação, como UNB e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), historicamente

contrários ao regime militar. Na década de 80, os economistas destes centros assumem papéis de dirigentes na burocracia política. Em relação ao primeiro período, este foi marcado pelos

[...] conselhos técnicos e as comissões econômicas internacionais – como processos embrionários –, e posteriormente a Sumoc, o BNDE, a Cepal, o grupo misto BNDE-Cepal, a chamada Assessoria Econômica de Vargas, o Plano de Metas e os grupos executivos, no governo de Juscelino – como situação mais amadurecidas –, constituíram, ao longo dos anos 30-50, os *lugares-chaves* do espaço governamental de atuação dos técnicos-economistas e da formação de sua competência prática (LOUREIRO, 1997d, p. 27-28).

Desse modo, o pensamento econômico brasileiro que surgiu no referido período está ligado a formação em instituições práticas do governo, isto é, tem vínculos com a burocracia estatal. Estas instituições tentaram manter certa autonomia frente às pressões externas, pois se acreditou que as decisões estavam calcadas na capacidade técnica do grupo de decisão. O pensamento econômico se apresenta não como uma avaliação da formulação da teoria econômica produzida no centro do capitalismo, mas de práticas que dialogaram com as teorias internacionais existentes em consonância com os desdobramentos da economia nacional. Assim,

[o] Desenvolvimento econômico, nacionalismo, protecionismo, defesa contra o capital estrangeiro, intervenção estatal, planejamento etc., todos os temas recorrentes nos debates político-ideológicos dos anos 40-60 foram igualmente marcos definidores de clivagens no meio social nascente dos economistas, onde as questões teóricas se misturavam com as disputas políticas, superpondo-se oposições, de um lado, a direita entreguista, monetarista ortodoxa e, de outro, a esquerda nacionalista, estruturalista heterodoxa (LOUREIRO, 1997d, p. 32).

Neste contexto, surgem os primeiros cursos de economia, por exemplo, em 1945 no Rio de Janeiro com a Universidade do Brasil (atual UFRJ) e em 1946, em São Paulo, com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA USP). As escolas surgiram no contexto deste processo mais amplo, identificando-se muitas vezes com o de modernização do país e tendo como pano de fundo as profundas transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram desde os anos 30. São esses laços institucionais que ligam os economistas aos quadros do governo (REGO, 1998).

Esta posição dominante está relacionada às características sociais dos pioneiros na ciência econômica, bem como ao trabalho de montagem institucional dentro do aparelho de Estado e nos meios intelectuais e universitários. É interessante destacar que o fluxo não se deu apenas da academia para o serviço público. Altos funcionários do governo e do setor privado acabaram sendo atraídos para o estudo da ciência econômica, em princípio como autodidatas, a partir da sua participação nas decisões econômico-financeiras da nação. Os exemplos mais

relevantes deste período são Eugênio Gudín, Roberto Campos, Otávio Gouveia de Bulhões e Ignácio Rangel.

Como a literatura supracitada aponta, há um marco temporal importante na trajetória do pensamento econômico brasileiro representado pelas transformações ocorridas na década de 1960. De acordo com Loureiro (1997d), Rego (1998) e Loureiro (org.) (1997c) este período é importante para entendermos o processo de modernização da ciência econômica no Brasil. Este processo contribuiu para a ascensão e consolidação dos centros de pós-graduação como um *locus* na produção do conhecimento, e serviu de base para definição ou legitimação da competência técnica entre os economistas, sobretudo aqueles profissionais que desenvolveram carreira em cargos ligados ao governo.

Procuraremos identificar como esses centros ascenderam e se consolidaram e como os laços com o governo foram estreitados nesse novo contexto. São essas circunstâncias que jogam um peso fundamental na produção das ideias econômicas no Brasil surgidas em 1960 e que marcaram as décadas subsequentes – as disputas sobre a desigualdade de renda que ascendeu em 1970 representam um caso importante para se compreender esse processo de produção de conhecimento. Os centros de pós-graduação representam, assim, os canais institucionais da produção e da difusão do pensamento econômico, e, por isso, o palco privilegiado para analisar as tensões entre os economistas nas produções acerca dos rumos da política econômica do país³. Os centros de pós-graduação em economia configuram, não obstante, um local para percebermos as clivagens entre os economistas, o que também pode ser apreciado nas controvérsias em que os economistas se envolveram.

Como assinala Loureiro (1997d), durante a década de 1960, assistimos a ampliação do número de matriculados nos cursos de economia, ao mesmo tempo em que se expandia o mercado de trabalho para o economista – aspectos são inerentes ao processo de modernização da ciência econômica no Brasil. Neste contexto,

[...] A instalação dos programas de pós-graduação, a expansão dos cursos de economia e do número de alunos, o crescimento da produção acadêmica, o desenvolvimento de um quadro institucional de pesquisa e, inclusive, a criação de revistas especializadas são componentes de um mesmo e mais amplo processo, que se pode definir como modernização da ciência econômica (LOUREIRO, 1997d, p. 65).

³ Por isso, numa metodologia de História do Pensamento Econômico em que a variável da posição político-ideológica dos autores é relevante no exame do processo de formulação dos trabalhos econômicos, observar a filiação institucional na formação dos indivíduos, suas escolas profissionais, assim como os possíveis vínculos com grupos sociais e econômicos, com partidos políticos e com seus principais interlocutores, por exemplo, certamente auxiliará na compreensão do que foi selecionado por esse autor e o porquê de determinadas adaptações (SAES; SAES, 2016b. p. 5-6).

Neste processo, os cursos passaram por intensas reformulações graças aos papéis decisivos: de instituições públicas e privadas, tais como: USAID, Fundação Ford e Rockefeller. Embora existam diferenças em relação à modalidade de fontes de financiamento – a USAID é de fontes públicas, enquanto as duas últimas angariam recursos a partir de fontes privadas –, elas guardam em comum algumas características gerais, sobretudo em relação aos vínculos com a política externa norte-americana em relação aos países da África e América Latina. Em 1961, é lançada a Aliança para o Progresso, sob o presidente John Kennedy que, entre outras coisas, visou injetar vultosos recursos para ajuda militar, diplomática e de segurança nos países latino-americanos. O objetivo era estimular o desenvolvimento da região de acordo com as teorias da modernização e, assim, combater a ameaça comunista. Nesse plano, a educação representou um fator chave, pois se considerava uma área essencial para a formação de valores políticos. Isso também incidiu para a formação de uma comunidade de economistas no Brasil.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2015), os objetivos gerais dos norte-americanos estavam sintetizados nos relatórios chamados *Country Analysis and Strategy Paper* (Casp). A partir deste documento, definiam-se as linhas gerais de atuação, as quais visavam garantir o crescimento econômico e garantir uma relação amigável com os Estados Unidos; proteger e expandir os investimentos privados norte-americanos no Brasil, garantir um sistema educacional mais moderno e eficiente, em consonância com problemas de desenvolvimento da nação beneficiária; garantir a cooperação brasileira numa série de ações conjuntas de natureza militar e estratégica, importantes para a segurança dos Estados Unidos; formar um conjunto de especialistas orientados pelos Estados Unidos para influenciar nos objetivos políticos, econômicos e sociais. Do ponto de vista mais específico, ainda, havia a preocupação em desenvolver relações entre as universidades norte-americanas e as brasileiras; e, desenvolver entre os intelectuais brasileiros um compromisso com valores do desenvolvimento e da democracia.

Outro importante órgão atuante no Brasil durante a década de 1960 foi a Fundação Ford. À luz dos objetivos da Aliança para o Progresso, a Fundação visou promover o intercâmbio e a cooperação entre professores residentes e norte-americanos. Segundo Suprinyak e Fernández (2015), a responsabilidade geral da Fundação Ford ficou sob a guarda do Escritório para América Latina e o Caribe, localizado em Nova York, sendo administrada pelo escritório da Fundação, sediado na cidade do Rio de Janeiro. A supervisão foi chefiada por Reynold Carlson, um economista de Vanderbilt e com PhD por Harvard. A Fundação Ford no Brasil tinha por principal objetivo

[...] conceder recursos para promover o desenvolvimento, por meio de apoio a programas voltados ao ensino superior. Em 1962, "desenvolvimento" era entendido sob viés econômico, infraestrutural e científico, e mensurado a partir do aumento da renda *per capita*. Por isso, as bolsas apoiaram cursos de pós-graduação em ciências, engenharia, administração pública e economia, áreas "seguras" para uma fundação recém-chegada (ROCHA, 2016, p. 100).

Para Sérgio Miceli (1993b), no contexto político acirrado pela guerra fria, no início da década de 1960, o anticomunismo não podia deixar de ser uma das motivações centrais nas decisões da Fundação Ford para estender suas atividades em áreas estratégicas na América Latina e no continente africano. A colaboração da Fundação em sintonia com os esforços da Aliança para o Progresso e a resistência à expansão comunista figuravam entre as preocupações dos integrantes do comitê dirigente na época. Entretanto, a concretização dessas metas genéricas passava por desafios concretos, a saber o de fomentar uma política cultural, como ampliação da capacidade institucional dos sistemas de produção intelectual – seja ela de ordem acadêmica ou não - e científica dos países atendidos (MICELI, 1993b). Neste período,

All along this period, different U.S. organizations, both public and private, had assisted in the development of Brazilian research institutions. Connections with the Ford and Rockefeller foundations were very important for economics, while the USDA played a crucial role in the creation of a center for agricultural studies at the FGV. These and other similar initiatives took place within the context of the Cold War, the creation of the Alliance for Progress, and the increasing polarization in Brazilian politics that ultimately led to the military coup of 1964. An important source of changes in the Brazilian educational system at the time were the MEC-USAID agreements, which sought to promote structural reforms on all levels of education with technical and financial assistance from the United States Government (FERNÁNDEZ; SUPRINYAK, 2015, p. 9-10).

A vinda de professores norte-americanos patrocinados pela USAID não foi uma exclusividade dos regimes militares, tendo também participado de outros convênios com as universidades antes mesmo do golpe de 1964. Porém, de acordo com Motta (2015) com a ascensão dos militares ao poder, esse interesse passou a ser destacado, sobretudo com maior ênfase ao ensino superior. Os diagnósticos feitos na época apontavam que o sistema universitário brasileiro era marcado por baixa infraestrutura - desatualizado, com carências de pesquisa e escassez de vagas. Ganhava-se destaque a ideia de que era preciso modernizar o ensino universitário no Brasil. Dessa necessidade, nasceram os vínculos entre o Ministério da Educação (MEC) e a USAID, importante para a consolidação do que entendiam como modernização do ensino superior.

Neste cenário, não se pode perder de vista que o governo de Castello Branco promoveu uma abertura pró-EUA, apoiando a política externa norte americana. O Eximbank e

outras instituições canalizavam importantes volumes de dólares para o Brasil. Assim, destinava-se vultosos recursos ao ensino, os quais foram bem recebidos pelo governo.

[...] o documento básico da política econômica do governo Castello Branco, elaborado sob a coordenação do ministro do Planejamento, Roberto Campos, previa em seus cálculos o ingresso de recursos internacionais para financiar a educação. De acordo com o Paeg, o investimento externo (leia-se, da Usaid) na área da educação para os anos 1965 e 1966 corresponderia a 10% dos gastos do governo brasileiro (MOTTA, 2015, p. 122).

Parte desse recurso se destinou a financiar bolsas de estudos, as quais tinham por finalidade dar suporte aos cursos de pós-graduação em ciências, engenharia, administração pública e, principalmente, economia. Ou seja, o objetivo era influenciar a formação de novas elites intelectuais no Brasil. A ideia principal era amparar a formação de *policy markers* na região. Após meados de 1960, dois mecanismos atuaram no processo: primeiro, a vinda de professores norte-americanos para lecionar nos cursos de pós-graduação; e segundo, o patrocínio para o desenvolvimento de infraestrutura necessária, tais como biblioteca, pessoas e equipamentos. Desse modo, as instituições patrocinadas se tornaram cada vez mais autônomas e com mais condições de influenciar novas gerações de pesquisadores (ROCHA, 2016).

As estratégias de atuação levaram a Fundação Ford a destinar recursos para programas educacionais, com foco principalmente em ciência política em Minas Gerais, em administração pública no Rio de Janeiro e em sociologia, em São Paulo. Em São Paulo, o investimento da fundação envolveu o Centro de Pesquisa Sobre a Realidade Brasileira (CEBRAP), que recebeu parte dos intelectuais de esquerda. Alguns destes foram expulsos das universidades paulistas pela repressão da ditadura militar – é o caso, por exemplo, de Paul Singer, autor representante do pensamento crítico ao governo. Os recursos oriundos da Fundação Ford viabilizaram a montagem de grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação na área de ciência política, com dois projetos de destaque: o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (MOTTA, 2014; SOUZA, 2007). Nesse contexto,

[...] o principal artigo veiculado através das doações era a sabedoria e a técnica norte-americana. A maioria dos contratos previa recursos substanciais tanto para o treinamento nos Estados Unidos como para a vinda de professores e consultores norte-americanos. Os paradigmas veiculados pela ciência social norte-americana (Parsons e demais funcionalistas, Ruth Benedict e seguidores culturalistas, Rostow e outros teóricos do desenvolvimento, etc.) estavam no apogeu, acreditando-se ainda que tais teorias, métodos e técnicas de pesquisa eram apropriados e válidos para qualquer parte do mundo. Assim, não era de se estranhar que os próprios modelos de funcionamentos institucionais norte-americanos – os

departamentos e centros de pesquisa universitários - fossem alçados à condição de parâmetros de avaliação de desempenho dos clientes e projeto latino-americanos (MICELI, 1993b, p. 42).

No âmbito das universidades, segundo Fernández e Suprinyak (2015), são criados novos espaços institucionais para viabilizar um novo tipo de treinamento moderno. Neste contexto também houve o objetivo de fazer mudanças no curso de graduação, tanto pela influência direta de professores altamente qualificados sobre seus alunos, assim como os seus efeitos indiretos de demonstração dos requisitos essenciais para o sucesso na formação avançada em cursos em nível de pós-graduação. Para cumprir suas propostas de atuação, a Fundação Ford contou com mecanismos importantes, tais como: bolsas de estudo para estudantes de pós-graduação; dispêndios salariais para seus funcionários; patrocínio a professores visitantes; bolsas para estudantes brasileiros de pós-graduação em universidades norte-americanas; e demais despesas administrativas gerais.

No lado americano, uma figura de destaque foi Werner Baer, especialista na economia brasileira e responsável pela autoria de diversos estudos sobre o país. Baer, que havia se mudado recentemente de Yale para Vanderbilt, foi contratado pela USAID para ajudar a desenvolver os primeiros programas de pós-graduação em economia no Brasil, em nível de mestrado. Outros economistas vindos de Vanderbilt, que também participaram desse programa de intercâmbio, foram Nicholas Georgescu-Roegen, William Nicholls, William Thweatt e Andrea Maneschi. Outras universidades também participaram do intercâmbio, como a Universidade de Berkeley, dentre os quais estava Albert Fishlow – este autor foi um dos assessores do IPEA e responsável por estudos sobre a economia brasileira, sob a sua autoria foi conduzido um importante estudo sobre a distribuição da renda no Brasil.

O objetivo do intercâmbio era de que os professores americanos passassem algum tempo no Brasil, enquanto os estudantes brasileiros continuassem com um treinamento de pós-graduação de alto nível nos Estados Unidos. Entre os estudantes que saíram do Brasil com destinos a estas universidades, podemos citar Edmar Lisboa Bacha que cursou o PhD em Yale, em 1965 - um pouco mais tarde, já na década de 1970, Bacha foi um autor contundente nas críticas, dirigindo aos tecnocratas do governo, aspecto que exploraremos a seguir; Raul Ekeman que em 1965 foi para a Universidade de Cornell; Carlos Geraldo Langoni, que em 1967, foi para a Universidade de Chicago – Langoni, como podemos verificar em seus depoimentos, no livro mais conhecido e nos diversos artigos assinados por ele e veiculados na imprensa escrita, foi um dos autores envolvidos, a sua posição foi traduzida no debate como a de um porta-voz técnico do governo. Esperava-se que, quando estes estudantes retornassem,

poderiam influenciar a qualidade da pesquisa desenvolvida no Brasil – e de fato influenciaram, o que pode ser verificado quando analisamos o que as disputas representaram para os economistas envolvidos (FERNÁNDEZ; SUPRINIYAK, 2015; EKERMAN, 1989).

O intercâmbio entre professores brasileiros e estadunidenses foi essencial para a modernização das ciências Econômicas no Brasil e formação de centros de pós-graduação e institutos de pesquisa. Segundo Fernández e Suprinyak (2015), na área de Economia a Fundação Ford atuou em duas frentes: primeiro, nos quadros do governo, ao patrocinar o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sendo responsável por elaborar as políticas econômicas de longo prazo. Em segundo lugar, na atuação em universidades e nos centros de pesquisa, que foram encarregados de estabelecer padrões acadêmicos mais elevados para o treinamento em economia. A partir desse contato, dois importantes centros foram um no Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), no Rio de Janeiro, e outro o Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) em São Paulo, liderado por Antônio Delfim Netto, na Faculdade de Economia da USP.

[...] This newly created academic environment soon intensified institutional interaction and mobility: professors started moving across universities and establishing collaborative networks, a stream of foreign visiting researchers brought different perspectives to bear upon the Brazilian reality, and an increasing number of Young Brazilian economists went abroad for advanced graduate training (FERNÁNDEZ; SUPRINYAK, 2015, p. 11).

A Fundação Ford deu ensejo à formação de comunidades científicas espalhadas pela América Latina, como exposto anteriormente. Essa proposta culminou na criação do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e, especialmente no Brasil a associações como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). Assim, de acordo com Souza (2007), até o final da década de 1970, foram investidos no Brasil cerca de 50 milhões de dólares na formação de pesquisadores. Esse montante de recursos financeiros permitiu incentivar as redes regionais e nacionais de cientistas fomentando o trabalho colaborativo entre os cientistas para facilitar a análise de estratégias de promoção do desenvolvimento de cada área beneficiada.

O Nordeste, em particular, merecia uma atenção diferenciada e atenta aos problemas de desenvolvimento daquela região. Assim, durante a década de 1960, a Universidade Federal do Ceará (UFC) foi contemplada com recursos oriundos da Fundação Ford. No ano de 1964, foi assinado um acordo entre essa universidade, a USAID, a Fundação Ford e a

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – trata-se de uma agência governamental criada com o objetivo específico de promover o desenvolvimento do Nordeste - arranjo este que levou à criação do Centro de Melhoria dos economistas do Nordeste (CAEN). Já em 1969, houve negociações em torno de uma possível concessão da Fundação Ford para apoiar a criação de um programa integrado de pós-graduação em economia e sociologia na Universidade Federal de Pernambuco, o que viria a ser o Mestrado Integrado em Economia e Sociologia (PIMES) (FERNÁNDEZ; SUPRINYAK, 2015).

Raul Ekerman (1989), observando as transformações da profissão do economista entre 1950 até a década de 1980, afirma que, ao analisar a década de 1960, esta representa um momento de transformação importante para o reconhecimento dos economistas como uma comunidade científica. Segundo o mesmo autor,

o que dá o caráter de ciência ao discurso econômico é o fato de ser legitimado dentro de uma comunidade específica e limitada, dotada de poder político. Em outras palavras, o discurso econômico se torna científico somente na medida em que a comunidade dotada de saber econômico científico lhe confere legitimidade (EKERMAN, 1989, p. 118).

Em outras palavras, a modernização da produção do conhecimento em economia significou um processo de americanização da ciência econômica. Desse modo, houve pressão por reformas no ensino da economia, sendo um impulso para padronização de acordo com o modo norte-americano. Fazendo um balanço da atuação da Fundação Ford, merece destaque a fala de Fernando Homem de Melo (1993) que, ao fazer uma retrospectiva sobre a atuação da Fundação no Brasil, afirma que os profissionais brasileiros que estudaram em programas de pós-graduação no exterior tiveram um amplo e sólido aprendizado teórico. Neste sentido,

Três aspectos do programa de treinamento de profissionais brasileiros em economia e economia agrícola parecem importantes para menção: a) o rigor analítico; b) a ênfase, no estágio da pesquisa, em problemas econômicos práticos do país; c) a ênfase em recomendações de políticas (MELO, 1993, p. 241).

Para Maria Rita Loureiro e Gilberto Tadeu Lima (1994), o processo de internacionalização ou modernização se refere:

[Ao] processo através do qual os estudos desenvolvidos nas faculdades e centros de pesquisa se integram aos padrões vigentes nos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos, em termos de sua atualização teórica e metodológica. Em outras palavras, é o processo de internacionalização, na produção brasileira, de modelos neoclássicos e keynesianos, das teorias micro e macroeconômicas, bem como de seu instrumental metodológico, em especial a formalização matemática rigorosa. Como resultado, os estudos econômicos perderam gradativamente o caráter ensaístico que os caracterizou até os anos 60, assumindo um formato mais

teórico e formalmente modelizado, segundo estilo vigorante nos livros e revistas econômicas estrangeiras (LOUREIRO; LIMA, 1994, p. 33-34).

A modernização da ciência econômica no Brasil ocorreu no contexto de reforma do ensino superior em curso a partir de 1968. Dentre as modificações, segundo Loureiro e Lima (1994), destaca-se a substituição do modelo francês para o modelo norte-americano, centrado em departamentos de ensino. Assim como também a ampliação da oferta de vagas nos cursos universitários – em relação ao curso de Economia, em 1968 havia 84 escolas, com estimativa de 17 mil alunos; em 1980, o número de escolas saltou para 129 e o de matriculados para 62 mil (LOUREIRO; LIMA, 1994).

De acordo com Maria Rita Loureiro (1997d), o processo de modernização da ciência econômica no Brasil também deve ser analisado em seus respectivos impactos político domésticos, o que gerou diferenças importantes entre as práticas e estratégias dos profissionais. Neste sentido, foi conferida maior legitimidade política àqueles profissionais com maior inserção no circuito científico internacional.

[...] A consolidação de um sistema internacionalizado de formação acadêmica tem-se tornado um dos mecanismos cruciais para a legitimação dessa nova elite dirigente. Quanto mais integrado ao circuito internacional, mais reconhecido é o economista e tanto mais legítimas são suas decisões quando em postos governamentais (LOUREIRO, 1997d, p. 82).

Frente a este processo, observa-se que a internacionalização da ciência econômica teve como impacto profissional mais significativo o reforço da polarização já existente entre os economistas inseridos nos meios acadêmicos. Os centros de pós-graduação ligados aos circuitos internacionais corresponderam ao principal meio a formar os economistas para os quadros do governo e na formação de técnicos responsáveis pelos diagnósticos sobre a desigualdade de renda. Assim,

as instituições de pesquisa aplicada como espaços em que os economistas desenvolveram sua competência prática, transformando as ferramentas teóricas adquiridas nas universidades em diagnósticos e propostas de políticas públicas. Considerando que as instituições (entendidas como regras e organizações) desempenham papel fundamental na estruturação da sociedade e do Estado, moldam as ações de indivíduos e grupos e determinam seus resultados [...], ao longo das últimas décadas. São eles o IBRE (Instituto Brasileiro de Economia), da Fundação Getúlio Vargas, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), da Universidade de São Paulo (LOUREIRO, 1997, p. 203).

Portanto, neste processo, deu-se ensejo às novas modalidades de participação dos economistas como elites dirigentes no Brasil. De acordo com Loureiro (1994), os institutos de pesquisa em economia conferiram ao economista um papel relevante: o de interlocutores

políticos. Ao participar em debates na imprensa, construir índices econômicos agregados e de custo de vida ou da cesta básica, aporta notoriedade e legitimidade política para a instituição e para o respectivo economista. Neste sentido, os institutos de pesquisa aplicada contribuíram para as práticas dos economistas atuarem como interlocutores políticos responsáveis por solucionarem os problemas do país. Consequentemente, os economistas tornaram-se profissionais preparados para assumir postos de destaque no governo, atuando como segmento importante da burocracia estatal. Sob as disputas em torno da desigualdade de renda em 1970, é também ilustrativa aos padrões acerca da economia em ascensão.

No entanto, este processo de “americanização” da ciência econômica não se deu de forma homogênea entre os centros de produção de conhecimento em economia no Brasil. Na verdade, como afirma Loureiro e Lima (1994), sofreu resistências, principalmente por parte de grupos que partilharam posições mais à esquerda, é o caso da interpretação de José Serra. Por exemplo, o quadro de docentes do Instituto de Economia da Unicamp apresentava a menor quantidade de professores formados nos Estados Unidos. Em grande parte, os seus professores eram discípulos dos economistas da CEPAL ligados aos problemas das economias latino-americanas. “Portanto, nem todos os centros de pós-graduação aderiram com a mesma intensidade e no mesmo ritmo aos padrões vigentes nas universidades estrangeiras, americanas em particular” (LIMA; LOURERIO, 1994, p. 38).

Um momento importante neste processo foi a realização do congresso de Itaipava (Rio de Janeiro) em 1966. Participaram do encontro Antônio Delfim Netto, João Paulo Reis Velloso, Julian Chacel, Isaac Kerstenetzky, Maria da Conceição Tavares e Mario Henrique Simonsen. O congresso foi fundamental para a montagem do sistema de pós-graduação em economia no país. O encontro de Itaipava representou um divisor de águas na história institucional da ciência econômica produzida no Brasil, definindo as bases para a reformulação dos cursos de economia em sintonia às atividades de planejamento econômico e dos programas de pós-graduação. Assim, pode-se perceber um processo de transformação

Na tarefa de formação de economista, as chamadas escolas práticas, representadas por instituições como a SUMOC, o BNDE, o Conselho Federal de Comércio Exterior, o Conselho Nacional de Economia e outras, foram sendo gradualmente sobrepujadas pelos centros de pós-graduação. Os recém-criados cursos da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de São Paulo – EPGE e IPE, respectivamente – foram os primeiros a se inserir nesse esforço de transformação. Em seu conjunto, os centros de pós-graduação tornaram-se, nos últimos trinta anos, o caminho privilegiado para o acesso aos postos de gestão econômica (BIANCHI, 1997, p. 316).

Os economistas formados passaram a integrar a burocracia governamental, outra parte passou a lecionar em cursos de pós-graduação em economia – seja em tempo parcial ou

integral. Nesse momento, a quantidade de cursos se achava ampliada, em decorrência das reformas universitárias. A reforma estimulou a ampliação de universidades particulares, bem como aumentou o número de professores com o grau mínimo de mestrado. Portanto, na década seguinte, já havia doutores formados no Brasil ou que obtiveram a titulação no exterior, além de economistas como influenciadores nas questões importantes que o país passou. Assim,

A maturidade desse novo perfil de economista brasileiro era resultado, no que diz respeito à sua formação, da criação dos primeiros programas de pós-graduação em economia no Brasil e, no que diz respeito à análise econômica, da emergência das universidades como lócus do conhecimento da economia brasileira (SAES *et al.*, 2014, p. 13).

Os institutos de pesquisa desempenharam ainda outro papel político crucial: eles permitiram, de forma direta ou indireta, a produção da visibilidade dos economistas fora dos meios acadêmicos e, como supracitado, detentores de legitimidade enquanto interlocutores nos quadros do governo. Isso pode ser verificado nos debates sobre a distribuição da renda, sobretudo, nas entrevistas oferecidas por Langoni e na fala dos críticos. Os economistas passaram a se destacar como os guardiões da competência em produzir os diagnósticos e a solucionar os problemas econômicos do país – Delfim Netto, em 1973, definiu o trabalho de Langoni (1973) de forma exuberante, indicando no prefácio da obra que esta seria um clássico dos estudos, a tratar do processo de desenvolvimento e seus respectivos desequilíbrios, é sob este quadro que a obra mais conhecida de Langoni representou como um porta-voz técnico do governo.

Dentro da burocracia do Estado destacavam figuras como Roberto Campos, Octávio Gouveia de Bulhões, Hélio Beltrão e Mário Henrique Simonsen. Em relação à participação dos economistas nos quadros do governo, Saes (2014) afirma que

A primeira metade dos anos 1960 foi o período em que o economista foi publicamente identificado como o formulador e gestor da política econômica do governo. Os economistas já atuavam em órgãos importantes do governo na década de 1950, mas foi durante os governos militares que os economistas ganharam posição de destaque nos ministérios relacionados à economia: Roberto Campos, Octavio Gouvêa de Bulhões e Antônio Antônio Delfim Netto fixaram a imagem do economista como formulador e gestor federal se estendeu. Além disso, a prática do planejamento, consolidada na esfera federal, se estendeu a vários governos estaduais e também ao nível regional (com a Sudene, criada no governo JK, e também com a Sudam e outros órgãos relacionados ao desenvolvimento e ao planejamento regional) (SAES, 2014, p. 48).

Entre esses economistas que compuseram a burocracia governamental, a trajetória de Antônio Delfim Netto é ilustrativa. Aluno exemplar, logo conquistou posições nos quadros

acadêmicos. Ele foi professor Assistente de Estatística Geral e Econômica (1952-54), de Livre-Docente de Estatística Geral e Econômica (1954-59), de Catedrático em Análise Macroeconômica (1963), e conquistou o posto de professor emérito em 1981. Ao longo destes anos, foi responsável por modificações no currículo do curso de Economia. Foi também o primeiro diretor de pesquisa do IPE, de 23 de dezembro de 1964 a março de 1966, ano que assumiu a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Foi Diretor do Instituto de Administração da USP. Fora da área acadêmica, foi consultor da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (1966-1967), Ministro da Fazenda (1967-74), Embaixador do Brasil na França (1975-78), Ministro de Estado da Agricultura (1979), Ministro do Planejamento (1979-1985) e Deputado Federal.

Delfim Netto chega ao Governo Federal tendo em sua trajetória o destaque como um aluno exemplar na universidade e seus laços profissionais com o governo. Assim, é um desdobramento importante da valorização técnica do economista, entendida como necessária ao planejamento e na administração da política econômica. O seu destaque logo propiciou contato com entidades como conselho comercial e industrial. Seus alunos e discípulos mais próximos receberam a denominação *Delfim Boys*. “Chegaram ao poder por lograr combinar trunfos e vínculos universitários, laços derivados da inserção profissional próxima ao universo político [...]” (KLUGUER, 2018, p. 325). Já nos quadros do governo, Antônio Delfim Netto passou a ser identificado como o “Czar” da economia.

3 OS ECONOMISTAS DO GOVERNO

3.1 ALBERT FISHLOW E O IPEA

Albert Fishlow completou a sua graduação em Economia em 1950 pela Universidade da Pensilvânia, tornando-se um arguto autor que nutriu interesses pelas questões históricas, econômicas e políticas. Ao longo de sua extensa carreira acadêmica, Fishlow também trabalhou juntamente com Robert Fogel, e tornaram-se expoentes nos estudos no campo da história econômica conhecida como cliometria (HECSHER; OLIVEIRA, 2014). Em fins da década de 1960 Fishlow chega ao Brasil. A sua trajetória neste país está permeada por controvérsias entre os economistas, representando um interessante caso para compreendermos as disputas inerentes ao campo dos economistas.

Como já ressaltado, durante a década de 1960 cresceu o número de pesquisadores norte-americanos que vieram estudar o Brasil – assim como também em outros países da América do Sul. A trajetória de Fishlow no Brasil se dá no bojo desses laços entre as universidades norte-americanas com as instituições de produção de conhecimento em ascensão no Brasil. Para lançarmos luz sobre as disputas envolvidas por Fishlow em questões sobre a desigualdade de renda, iremos analisar a sua trajetória institucional. Segundo Prado (2016):

O crescimento das pesquisas sobre a economia brasileira foi promovido na década por um conjunto de fatores, entre eles o interesse do governo norte-americano pelo Brasil, no contexto da Guerra Fria, mas, sobretudo, pelos financiamentos da Fundação Ford e pela cooperação com universidades brasileiras no contexto dos acordos MEC-USAID. A criação do Ipea, em 1967, e dos primeiros programas de pós-graduação em economia no Brasil, culminando com a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec), em 1973, foram também importantes para promover o intercâmbio de pesquisadores e professores norte-americanos, assim como

para estimular professores e estudantes de pós-graduação brasileiros a fazerem doutorado nos Estados Unidos (PRADO, 2016, p. 188)⁴.

Dentro deste quadro de ampliação dos estudos econômicos sobre o Brasil, destacamos a trajetória de Albert Fishlow. O americanista foi se engajando em diversos debates sobre a economia brasileira, tornando-se um importante autor a refletir sobre a distribuição de renda no Brasil na década seguinte, em 1970.

[...] O interesse acadêmico de Fishlow pela região estava alinhado à política externa norte americana da época, voltada para a melhoria dos indicadores socioeconômicos e a reafirmação do capitalismo no restante do continente. Assim, Fishlow pôde aliar sua experiência diplomática no Brasil, onde estabelecera relações com o governo militar no âmbito da missão promovida pela USAID, à busca pelos determinantes do desenvolvimento econômico (AZEVEDO, 2016, p. 6).

Com os acordos firmados a partir da Aliança para o Progresso (1961), os Estados Unidos ofereceram recursos para os países da região, tais como aqueles que foram destinados à ajuda militar, a segurança da região e, como destaque, para recursos humanos. Os objetivos eram influenciar a região na formação de propostas modernizantes e de superação da condição econômica da região, com destaque para as áreas econômicas, políticas e sociais (MOTTA, 2015). Neste processo, também houve importantes transformações nos cursos e currículos dos cursos de economia, somados a isso e os acordos firmados entre MEC e a USAID com apoio da Fundação Ford promoveu a vinda de professores norte-americanos para o Brasil. No Brasil, esses economistas trabalharam na montagem dos cursos de pós-graduação e instituições de pesquisa. Neste sentido, o intercâmbio entre os economistas norte-americanos e os estudantes brasileiros foi estabelecido para as transformações nos arranjos institucionais na profissionalização dos economistas.

Segundo Raul Ekerman (1989), observando essas transformações no campo dos economistas, salienta que a partir de “meados dos anos 60, a comunidade dos economistas brasileiros passou a interagir intensamente com a comunidade internacional de economistas e

⁴ Nessa década, há, sobretudo, um grande crescimento da produção de artigos e livros de economistas norte-americanos sobre o Brasil. Entre as obras desse período estão, por exemplo, duas de Nathaniel Leff: *Economic policy-making and development of Brazil 1947-1964* e *Brazilian capital goods industry, 1929-1964*, ambas publicadas em 1968. Em 1965, o autor que mais tarde viria a ser o mais importante brasilianista na área de economia, Werner Baer, publicou um livro sobre a história econômica do Brasil, escrita para alunos norte-americanos, que teve um grande sucesso editorial: *Industrialization and economic development in Brazil* [...] A partir da década de 1960 as obras sobre o Brasil se multiplicam. Alguns trabalhos de história econômica dessa década, realizadas por brasilianistas, se destacam. Entre elas, o livro de Warren Dean, publicado em 1969, *The industrialization of São Paulo, 1880-1945*. A década de 1960 também foi importante por traduções de clássicos da história econômica brasileira para o inglês. Por exemplo, em 1963 foram publicados, nos Estados Unidos, *Economic growth of Brazil*, de Celso Furtado, e *History of Brazil*, de Pandiá Calógeras. Celso Furtado teve novamente uma obra publicada em 1965, *Diagnosis of the Brazilian crisis* e, em 1967, foi publicado Caio Prado Jr., *The colonial background of modern Brazil*. (PRADO, 2016, p. 188).

assim obteve o *status* de uma comunidade científica” (EKERMAN, 1989, p. 127). Pertencer a estes circuitos acadêmicos foi crucial para estabelecer novas estratégias profissionais. Este aspecto foi fundamental para as análises dos problemas da economia brasileira⁵.

A interação destes economistas no Brasil foi importante para a construção de instituições ligadas à produção do conhecimento em economia. A atuação dos grupos norte-americanos nos centros e instituições de pesquisas foi importante no sentido de transmitir o modelo americano. Isso pode ser constatado, também na trajetória de Albert Fishlow. Estes economistas

[...] que vieram para o IPE naquela época eram ligados à Universidade de Vanderbilt e, por isto, receberam o nome informal de grupo Vanderbilt que atuou principalmente no IPE, mas também na Fundação Getúlio Vargas. Alguns de seus representantes eram: Werner Baer, William Tweat, Andrea Maneschi, Douglas Graham, Samuel Levy. Outro "grupo" que se destacou, ao final dos anos 60, foi o 'grupo Berkeley, que atuou no Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) do Ministério do Planejamento, com sede no Rio. O atual Inpes (Instituto de Pesquisas do Ipea, ligado à Seplan – Secretaria de Planejamento da Presidência da República) é herdeiro direto daquele núcleo do Ipea. Um nome que se destacou no grupo Berkeley foi Albert Fishlow [...] (EKERMAN, 1985, p. 127).

Neste sentido, os professores oriundos de universidades norte-americanas atuaram na montagem das instituições de produção do conhecimento em economia. Como ressalta Loureiro (1997d, p. 63), “os cursos de pós-graduação transformaram-se, nas últimas décadas, no meio privilegiado de acesso aos postos de gestão econômica [...]”. Esse procedimento foi essencial para as estratégias de profissionalização e atuação dos economistas no Brasil. Assim, esse processo “[...] produziu consideráveis impactos sobre os meios profissionais, além de influenciar também a atuação dos economistas como *policy-makers*, dando mais legitimidade política àquelas com maior inserção no circuito científico internacional” (LOUREIROd, 1997, p. 69). Isto é, as transformações advindas com a internacionalização da economia foram essenciais para os novos canais de atuação na área econômica (LOUREIRO, 1997d).

Os economistas norte-americanos eram considerados como detentores de notoriedade acadêmica. Consequentemente, isso lhes conferiu de reconhecimento entre os seus pares. Por

⁵ Segundo Prado: os impactos dos brasilianistas podem ser apreciados em questões de ordem metodológica e de organização de estudos. Neste sentido, ele cita os trabalhos de Werner Baer como exemplo: “Os artigos de Baer tinham forte base empírica, com uma preocupação em fundamentar suas proposições com uso abundante de dados, em uma época em que nossa produção acadêmica na área era principalmente ensaísta e, algumas vezes, os trabalhos acadêmicos não traziam evidências robustas para suas proposições. Nesse sentido, houve uma aprendizagem mútua — muitos dos seus trabalhos traduziam para seu público (que não era formado, na maioria, por brasileiros) as discussões acadêmicas de nosso país. Por outro lado, seus contemporâneos e colaboradores no Brasil, principalmente no Ipea, foram importantes para a produção de dados e reflexões (também, com forte base empírica) sobre a economia brasileira” (PRADO, 2016, p. 189-190).

exemplo, a trajetória de Fishlow é paradigmática para a entendermos a vinda dos economistas norte-americanos para o Brasil, no intuito de oferecer a capacitação e formação de técnicos brasileiros. Como ele mesmo relembra,

Em 1965 Hollis Chenery, um professor de economia bem conhecido, era administrador-assistente da Usaid. Ele já tinha viabilizado trabalhos de universidades americanas no exterior, com o fim de ajudar o desenvolvimento e o planejamento econômico nos países ainda no começo do processo; Harvard, principalmente, Vanderbilt e algumas outras escolas já estavam envolvidas nessa tarefa. Foi a época da Aliança para o Progresso, quando havia grande interesse pela América Latina. Surgiu, então, a possibilidade de a Universidade da Califórnia, em Berkeley, fazer o mesmo no Brasil, reunindo um grupo de pessoas do exterior para treinar e supervisionar técnicos brasileiros (FISHLOW, 2005, p. 50).

A primeira vez que Fishlow veio ao Brasil foi em 1965, a fim de preparar os arranjos para uma equipe de trabalho, nascendo, assim, os seus vínculos acadêmicos com o Brasil. Um ano depois, Fishlow retorna ao Brasil, dessa vez ele atuou como um dos elaboradores do Plano Decenal do Governo Costa e Silva (1967). Desde então, Albert Fishlow foi testemunha e autor relevante nas interpretações econômicas sobre o Brasil. Segundo Fishlow (2005), esse intercâmbio “[...] para mim foi uma possibilidade interessante, porque naquela época se mantinha viva a ideia da América Latina como uma área à qual os Estados Unidos poderiam fornecer não só recursos financeiros, mas também recursos humanos.” (FISHLOW, 2005, p. 50). Assim, a partir da Aliança Para o Progresso o seu papel foi essencial para a difusão de ideias econômicas no Brasil. Neste sentido,

[...] a Aliança para o Progresso necessitava de um plano nacional antes de distribuir recursos. Havia planejamento anteriormente na Índia, onde começaram a fazer, como tinha feito a União Soviética, grandes investimentos no setor de bens de capital e nos setores intermediários como aço, cimento etc. Havia novos modelos, baseados nas relações insumo produto. Havia credibilidade para o planejamento naquela época. No primeiro plano do novo governo não entramos tanto nesse lado de modelo. Em vez disso, tentamos restabelecer o crescimento como elemento fundamental da economia, utilizando um modelo macroeconômico mais simples. Serviu ao interesse também do novo Ministro da Fazenda, Delfim Netto. Ele estava bem mais interessado em fixar a ideia de crescimento como base do ministério do que em limitar-se à redução da inflação (FISHLOW, 2005, p. 51).

Neste contexto, Fishlow, já como um economista no Brasil, incumbiu-se de pensar em propostas analíticas diante dos problemas econômicos e propor soluções do ponto de vista político econômico para o Ministro da Fazenda, Delfim Netto. Isto posto, ressalta-se a presença destes economistas ao oferecerem recursos para a condução dos problemas da economia brasileira, a partir dos seus contatos com o IPEA⁶. De acordo com Loureiro

⁶ Nas palavras de Loureiro: o Instituto “foi tomando forma e se consolida com a própria transformação do EPEA em IPEA, em 1967, no bojo do Decreto-Lei nº 200 da reforma administrativa. Segundo ainda palavras do próprio Reis Velloso, com o IPEA institucionalizou-se o planejamento governamental no Brasil, visto como um núcleo provedor de ideias para a sociedade” (LOUREIRO, 1997c, p. 214).

(1997d), a participação dos economistas nos quadros do governo cresceu consideravelmente a partir de 1964, com o período da ditadura militar no Brasil. Assim, segundo a mesma autora, houve um aumento do prestígio da profissão do economista, sobretudo pela necessidade de legitimação do regime através do mecanismo de eficiência econômica, que impactou positivamente o número de economistas nos cargos do governo.

O IPEA foi criado em 1964, pelas mãos do Ministro do Planejamento Roberto Campos, e teve como um colaborador de destaque João Paulo Reis Velloso. Assim, entre 1964 e 1979 o IPEA foi atuante no fornecimento de subsídios para a elaboração de estudos aplicados em economia a fim de promover o planejamento econômico⁷. De acordo com Velloso (2007), o papel do IPEA foi essencial

[...] para o planejamento de desenvolvimento brasileiro, e preparar os documentos básicos – pré-planos, digamos – para os sucessivos Planos de Desenvolvimento. Estes últimos eram documentos que, para se transformarem em planos de desenvolvimento, precisavam apenas da revisão do Ministro e do Secretário-Geral (Vice-Ministro) (VELLOSO, 2007, p. 193).

O IPEA foi atuante na elaboração de estudos para a orientação de programas como o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) do governo Castello Branco, os Diagnósticos Setoriais que prepararam o Plano Decenal e depois revisto para o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) e, posteriormente para os documentos básicos para elaboração do I PND e do IIPND. Nos anos de 1970, “o IPEA representou papel semelhante àquele desempenhado em 1950 pelo BNDE e instituições como a FGV. No sentido de competência para a prática do economista como dirigente governamental de alto nível” (LOUREIRO, 1997d, p. 85). Assim, de acordo com Maria Rita Loureiro (1997d), O IPEA exerceu papel preponderante na consolidação dos economistas como técnicos políticos.

Neste quadro, já no IPEA como pesquisador, Fishlow buscou desenvolver o seu trabalho junto com jovens pesquisadores. Assim, torna-se mais apreciável a sua atuação direcionada para a capacitação de recursos humanos

Em vez de trabalhar com os analistas principais, fiz questão de trabalhar com os jovens: Pedro Malan, Regis Bonelli, Marcelo de Paiva Abreu e outros, porque havia falta de pessoas bem treinadas e experientes na construção da política macroeconômica. Entre os mais experientes estavam Arthur Candal, Conceição Tavares, que trabalhava na Cepal, mas mantinha contatos frequentes, e Antônio Barros de Castro; tentei aproveitar todo esse grupo. Minha ideia era que nosso grupo, embora estrangeiro, tinha a necessidade de trabalhar junto com a comunidade

⁷ De acordo com João Paulo Reis Velloso, a noção de planejamento carrega um sentido especial para a orientação da economia. Em suas palavras: “[...] Trata-se, segundo grandes humanistas como James Tobin e Salvador de Madariaga, de uma visão estratégica para a economia de mercado, necessária em países como o Brasil, ainda não plenamente desenvolvidos. E, portanto, cheios de falhas de mercado, de mercados imperfeitos (com assimetrias de informações, principalmente) e falhas de governo [...]” (VELLOSO, 2007, p. 193-194).

brasileira, dentro e fora do Ipea. Por isso, dei ao mesmo tempo um curso sobre desenvolvimento econômico na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, tratando de dar alguma noção ao grupo que estava sendo treinado sobre as coisas discutidas no exterior (FISHLOW, 2005, p. 52-53).

Esse contato é paradigmático para entender as redes formadas pelos economistas e a montagem de instituições de produção do conhecimento em economia em ascensão no Brasil. A partir desse contato, podemos visualizar a relação com economistas norte-americanos. Ao trabalhar com jovens economistas, como o supracitado, e manter uma rede de contatos com pesquisadores mais experientes, reunindo nomes como o de Barros de Castro e de Tavares, Fishlow dispunha de recursos humanos para a montagem institucional e capacitação de técnicos brasileiros. Aos poucos, o IPEA se configura em uma instituição para pensar os problemas da economia nacional. Engajava-se, assim, no debate público, contando com um corpo técnico formado.

De acordo com Maria Rita Loureiro (1997c, p. 214) o IPEA teve como característica a “pesquisa aplicada, voltado para as necessidades imediatas exigidas pelas políticas governamentais”. Gradualmente, o IPEA se constituiu em “um órgão pensante dentro do próprio governo, no qual se formularia, através de estudos sistemáticos e debates constantes dos problemas nacionais, a visão estratégica para o país” (LOUREIRO, 1997c, p. 214), aproveitando um clima de liberdade para a execução dos seus estudos. De acordo com Fishlow (2005, p. 55): “Havia, realmente, completa liberdade intelectual naquele período, sobretudo antes do Ato Institucional nº 5”. Isso se contrasta com o clima político da época, de repressão aos opositores, controle das informações veiculadas publicamente e de inquietação aos movimentos oposicionistas, tais como contra as manifestações estudantis, repressão aos operários e ações armadas por parte de grupos ligados à esquerda (STARLING; SCHWARCZ, 2015).

Este período foi marcado pelas diversificadas produções do Instituto. Assim,

[...] o IPEA teve papel crucial na produção de conhecimento econômico no país, através de suas atividades sistemáticas de pesquisas aplicadas tanto em áreas macroeconômicas, quanto em áreas setoriais e sociais – agricultura, indústria, tecnologia, desenvolvimento regional, energia, mercado de trabalho, educação, saúde, previdência e outras [...] (LOUREIRO, 1997, p. 215).

Fishlow - mas não somente ele - foi atuante na colaboração para que o IPEA criasse um perfil de instituto encarregado de elaborar estudos na área de economia: entre os seus estudos, primeiramente se destacam as preocupações com o planejamento da macroeconomia, em segundo lugar o plano do governo e o terceiro sobre o problema da distribuição da renda. Em entrevista, Albert Fishlow (2005) assim sumariza os seus estudos no Brasil:

[...] Fiz dois trabalhos principais sobre o planejamento macroeconômico. O primeiro tentou mostrar que era errada a ideia do FMI de reduzir a inflação antes de começar o crescimento. Entreguei o estudo ao ministro Delfim Neto, que aprovou [...].

O segundo trabalho que fiz foi escrever a parte macroeconômica do novo plano do governo, que visava a uma taxa de crescimento para o Brasil acima de 6% a curto prazo, aproveitando a capacidade ociosa que havia na economia. Foi a primeira vez em que começamos a pensar na possibilidade de crescimento mais rápido, com a exportação, não de café e outros produtos agrícolas, mas de produtos industrializados [...].

Fiz um terceiro trabalho sobre distribuição de renda. Eu supervisionava um aluno americano estudando para o PhD, e decidimos tirar uma amostra do Censo Demográfico de 1960. O Censo de 60 não foi publicado, porque aconteceu a revolução em 64, no meio dos cálculos, e a publicação nunca foi autorizada.

Assim, tivemos a ideia de tirar uma amostra dos dados disponíveis, para poder fazer um estudo sobre a distribuição de renda no Brasil. Foi possível selecionar uma amostra segundo os elementos das rendas diferenciadas e, se não me engano, conseguimos cerca de 6 mil observações, o que constituiu a base do estudo em que me concentrei em 69, depois que saí do Brasil (FISHLOW, 2005, p. 53).

A participação de Fishlow, assim, vai colaborando para a formação do campo dos economistas no Brasil. As suas propostas de estudos visaram à condução da política econômica, isto é, Fishlow se projetou no Brasil oferecendo propostas de intervenção na área econômica. Entretanto, a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), foi divisor de águas na atuação de Fishlow no Brasil, levando ao rompimento do seu contrato com o IPEA e voltando para a Universidade da Califórnia. Ao encerrar o convênio de cooperação, mostra que estes contratos não eram rígidos e os pesquisadores tinham margem para manobra para a tomada de decisões. Assim, Fishlow (2005) ressalta que:

Meu tempo no Brasil já estava se esgotando. Em setembro de 68 fui aos Estados Unidos para começar a contratar outras pessoas que pudessem manter o convênio funcionando. Mas, depois da edição do Ato Institucional nº 5, decidi que era necessário mostrar que a Universidade da Califórnia não poderia manter o convênio com o governo brasileiro, que se transformara numa ditadura. E o intercâmbio foi encerrado (FISHLOW, 2005, p. 55).

Com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), é colocada uma preocupação de Fishlow com a questão da ditadura militar. O clima político vai permeando a trajetória de Fishlow, colocando-o em um espectro político em posições próximas da esquerda e também equidistantes ao posicionamento mais próximo do governo. Isso pode ser apreciado com a ascensão das polêmicas em torno da distribuição de renda em 1970, permeando disputas entre os economistas. Neste sentido, a sua atuação expõe relações pouco amistosas com o governo militar, sobretudo a partir da instauração do AI-5.

Entretanto, não demorou para que Fishlow voltasse ao Brasil na condição de pesquisador independente em 1971⁸. Neste ano, Fishlow produz os seus trabalhos sobre a distribuição de renda no Brasil. Em relação a este tema, Fishlow foi o pioneiro nos estudos para entender as causas da distribuição de renda no Brasil, tendo o seu texto mais conhecido publicado em 1972. Este estudo marca um importante momento durante a ditadura militar no Brasil, sobretudo como um questionamento acerca do Milagre Econômico (1968-1973). Fishlow (2005) evidencia – como ficará mais claro à frente - que as políticas colocadas em curso em 1964 levaram a um processo de concentração da renda. Este estudo iluminou os debates subsequentes e são paradigmáticos para o entendimento das disputas entre os economistas. Sobre o pioneirismo das pesquisas em relação a tal problemática, ele destaca:

[...] Era muito mais focalizado nos dados próprios. Havia discussão dentro da Cepal e, evidentemente, dentro da política, comentando sobre isso, mas não havia sido feito algo sobre a distribuição em si, utilizando os dados próprios do censo, que tinha a vantagem de ter perguntado a todo mundo a sua renda (FISHLOW, 2005, p. 54).

Este momento foi importante para perceber como os contornos acerca das interpretações sobre a distribuição da renda mobilizaram os economistas, reforçando, assim, polarizações. O tema da distribuição da renda, as suas causas principais e formas de se mensurar foi levado adiante por diferentes autores, colocando em evidência as divergências que permeiam o campo dos economistas. Não obstante, o tema passou a estar em voga na imprensa escrita, tronando-se importante no debate público. Ou seja, o debate sobre a distribuição da renda saiu do âmbito acadêmico e se projetou em diferentes veículos informativos, atingindo um público para além das universidades,

[...] Acabavam de ser divulgados os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1970. Tive a ideia de fazer uma comparação entre a distribuição de renda em 60 e em 70 e consegui acesso a essas informações com a ajuda do ministro Velloso, que ainda estava no Ipea. Foi aí que constatei, em primeira mão, como tinha piorado a distribuição de renda entre 1960 e 70. Com esses dados, escrevi um artigo que apresentei na convenção da Associação Americana de Economia. Hollis Chenery, que agora estava trabalhando no Banco Mundial, presidia a sessão, e logo depois da reunião fui chamado ao Banco Mundial, que estava interessado no problema de distribuição de renda e fazia estudos em outros países [...] (FISHLOW, 2005, p. 54).

⁸ Muito embora Albert Fishlow não estivesse mais no Brasil, ele também colaborou para que estudantes brasileiros cursassem pós-graduação no exterior. “[...] Também consegui a admissão do Malan e do Bonelli para Berkeley, para fazer o PhD – Marcelo Abreu foi para Cambridge. Sempre mantive o contato, e continuei escrevendo sobre o Brasil.[...]” (FISHLOW, 2005, p. 55). Mas ele retorna ao Brasil “[...] voltei e fiz a comparação das distribuições de renda em 60 e em 70” (FISHLOW, 2005, p. 56).

Desencadeava-se, assim, um debate marcante sob o governo ditatorial no Brasil. Sobretudo porque a questão da distribuição de renda passou a ocupar a ordem do dia. Isto é, o debate ganhou evidências marcando as disputas entre os economistas para além das universidades, reforçando as polarizações entre os economistas que estiveram próximos ao governo daqueles que estiveram distantes. Assim, o referido debate ganha dimensões e se projeta no âmbito nacional. Desse modo, Fishlow comenta a ascensão do debate e como ensejou as disputas entre os economistas,

[...] Falei também com Robert McNamara [Banco Mundial], presidente do banco, que estava igualmente interessado no problema. Aí começou o grande debate com Delfim Netto, que estava no Ministério da Fazenda e não gostou nada disso. Ele conseguiu que Carlos Langoni tivesse acesso a todos os dados de 70 e queria mostrar que eu estava errado. Mas Langoni, apesar de não contar da maneira certa as pessoas com a renda maior dentro da sociedade brasileira, chegou mais ou menos à mesma conclusão que eu. Ficou claro o resultado: a distribuição de renda tinha piorado muito com a limitação do salário mínimo, e tudo isso, provavelmente, depois de 1964 (FISHLOW, 2005, p. 54).

Robert McNamara veio ao Brasil em 1972 para discutir a questão da distribuição de renda com o então ministro Delfim Netto. A crítica levada adiante por McNamara se baseou nos estudos conduzidos por Fishlow para tecer fortes considerações contra a desigualdade de renda no Brasil observada naquele período. Em julho, o periódico *Jornal do Brasil* lançou uma matéria dedicada a este debate,

A crítica de McNamara baseou-se num estudo feito pelo economista Albert Fishlow, de acordo com os dados preliminares do último recenseamento brasileiro. As autoridades brasileiras, embora reconhecendo que a renda nacional não está bem distribuída (veja-se a frase de Médici – “a economia vai bem, mas o povo vai mal”), afirmam que as cifras mencionadas pelo presidente do Banco Mundial não correspondendo à verdade dos fatos (BONFIM, 1972, p. 24).

Os estudos conduzidos por Albert Fishlow inauguraram o debate em torno das desigualdades de renda no Brasil durante a década de 1970. Isso fez com que o então Ministro Delfim Netto, considerado uma espécie de Czar da economia da época, mobilizasse argumentos para minimizar o debate e ressaltar o posicionamento oficial da questão sobre desigualdade de renda no Brasil – a reação dos economistas ligados ao governo será detalhada na seção a seguir, deslindando, assim, os diferentes interlocutores do debate. Essa diferenciação marca o campo dos economistas durante a década de 1970.

Em 1972 a Revista *Veja* lançou um número dedicado à temática da distribuição de renda no Brasil. Na ocasião, aparece em suas páginas a entrevista de Delfim Netto e Albert Fishlow, sendo os dois representantes credenciados para falar sobre o debate em torno da

distribuição da renda. Para o brasilianista, o modelo de desenvolvimento colocado em curso no Brasil não foi capaz de atender aos objetivos últimos do desenvolvimento econômico, que é a elevação do padrão de vida, visto que “[...] O objetivo último de qualquer sistema econômico é a elevação generalizada de padrões de vida [...]” (A RENDA..., 1972, p. 71). Segundo Fishlow, houve no período altas taxas de crescimento econômico, mas que

[...] a distribuição de renda no Brasil, bem como na maioria dos países subdesenvolvidos, aparece internacionalmente entre as mais desiguais. Mais de um terço das famílias brasileiras em 1970, provavelmente, recebia, incluindo renda real inferior ao salário mínimo estabelecido para o nordeste. (A RENDA..., 1972. p. 71).

Neste sentido, as causas da piora na distribuição de renda assistida no Brasil foram impulsionadas pelas políticas econômicas. Fishlow (1972) dirige toda a sua crítica para a condução da melhora de vida através da política econômica, sendo a responsável por atingir as finalidades da melhora de vida por meio de uma distribuição de renda mais equânime. Para Fishlow (1972), então,

O teste crucial para a política econômica nos próximos anos estará na capacidade de manter elevadas taxas de crescimento como um meio de lidar efetivamente com as questões de distribuição, em vez de crescimento como um fim em si mesmo[...].
Com o seu estilo capitalista, aberto e ‘nacionalista’, o Brasil demonstrou que pôde responder ao desafio dos anos 60, e novamente crescer a taxas elevadas. É possível esperar que responda ao desafio dos 70, convertendo aquele crescimento em níveis de vida mais satisfatórios através da criação de condições, não para uma simples redistribuição de renda, mas para um processo social que continuamente garanta oportunidades e voz para que hoje marginalizados (A RENDA..., 1972, p.71).

Isso provocou uma reação por parte de Delfim Netto, que entendia que a concentração de renda no Brasil naquele período é inerente ao processo maior de desenvolvimento econômico. Os estudos conduzidos por Langoni parecem como um porta-voz técnico do governo para as justificativas da piora na distribuição de renda – este processo de contratação de Langoni e seu marcos nas disputas entre os economistas merecem ser estudados com detalhes, e esse será o foco da próxima seção.

Voltamos para os argumentos mobilizados por Albert Fishlow na condução do seu estudo. O autor publica o texto na condição de professor de Economia da Universidade da Califórnia, Berkley, em 1972. No Brasil, o texto foi intitulado como A distribuição de renda no Brasil. Ele ainda agradece as colaborações de Astra Meesook. O texto original foi publicado em inglês e depois traduzido ao português por Aloysio Biondi.

O artigo tem quatro objetivos que, segundo Fishlow (1975), explicam as causas da distribuição de renda no Brasil. São eles: descrever os procedimentos adotados para derivar

uma estimativa da distribuição de renda no Brasil em 1960; discutir o quadro da pobreza; identificar os fatores associados às distorções na distribuição da renda; e fazer uma avaliação à luz desses fatores e das medidas de política governamental na década de 1960, das transformações aparentes ocorridas entre 1960 e 70.

O primeiro aspecto levantado por Fishlow (1975) gira em torno da tônica assumida pelo método. O autor tece críticas aos estudos da Cepal, apontando que estudos conduzidos pela Cepal apresentam limitações. Para Fishlow (1975), estes estudos estão errados, pois fizeram as estimativas erradas em relação às estimativas da renda. O autor estabelece distribuições separadas para empregados e não-empregados, com a apuração de suas respectivas médias de renda, da ordem de Cr\$ 88,30 e Cr\$ 119,80. “[...] Assim, com um valor médio para a classe mais alta mais, que duplica para Cr\$ 225,00 a percentagem de renda recebida pelo segmento de 3,1% da população situada no topo cresce de 25,8%, com o coeficiente de Gini piorando para 0,62 [...]” (FISHLOW, 1975, p. 162).

Para Albert Fishlow (1975) há características diferenciadoras da configuração da pobreza, que marcam claramente o Brasil: apresenta baixos níveis de educação; há concentração em atividades agrícolas; apresenta um número limitado de trabalhadores por família; do ponto de vista espacial, a residência se localiza sobretudo nos estados que compõem o Nordeste; o tamanho da família e número de filhos maior que a média; e há oportunidades relativamente menores para a educação desses filhos. Fishlow (1975), então, compara a pobreza no Brasil em suas diferenciações com o perfil da pobreza nos Estados Unidos.

[...] Em resumo, a incidência da pobreza nos Estados Unidos, da ordem de 15 a 20%, é intensamente influenciada pela existência de grupos especiais e desfavorecidos relativamente (em confronto com o restante da população), que são ultrapassados pelo aumento da renda. O fenômeno brasileiro é mais um problema de baixos níveis de produtividade para esmagadora parcela da economia rural (FISHLOW, 1975, p 172-73).

O autor destaca três pontos das causas que interferem na distribuição de renda: primeiro, o Nordeste exibe menos desigualdade que os níveis da região Leste; o segundo, a importância da educação, setor e idade não variam consideravelmente; e em terceiro, “as características de idade, setor e educação parecem constituir um indicador de desigualdade menos satisfatório nas regiões de renda mais alta [...]” (FISHLOW, 1975, p. 179). Assim, “cabe lembrar não apenas quão da desigualdade é explicada pela educação, mas também quão pouco. A idade e a educação, juntas, não respondem por mais de que um terço da variação nas

rendas individuais [...]” (FISHLOW, 1975, p. 181). Para Fishlow, uma explicação satisfatória sobre as desigualdades de renda no Brasil deve levar em consideração

[...] que a educação representa parte das razões, mas infelizmente não todas, para explicar a distribuição de renda no Brasil em 1960. A pesquisa se estende à composição da variação ‘dentro’ e à contribuição sistemática de características pessoais como sexo, cor e *status* migratório. Por último, restará ainda um grande componente inexplicado. Sua persistência e as características institucionais que a alimentam precisam entrar em qualquer explicação satisfatória da desigualdade de renda (FISHLOW, 1975, p.182).

Fishlow (1975), apresenta uma contestação do chamado milagre econômico. Neste sentido, o autor dimensiona o quanto as políticas econômicas em curso colaboraram para o aumento da desigualdade de renda no Brasil. Portanto, a condução da política assume uma tônica explicativa, distanciando de interpretações cuja primazia são aspectos individuais. Para Fishlow (1975, p. 183-184),

[...] entre 1964 e 1967, como consequência das políticas que restringem severamente os salários nominais, e, simultaneamente, aplicaram a ‘inflação corretiva’ – ajustamento dos preços administrado pelo Governo – os salários mínimos reais declinaram em 20%. Posteriormente, eles mal conseguiram manter essa situação. Os salários médios reais na indústria tiveram comportamento algo melhor, declinando menos e crescendo mais rapidamente, a partir de seu nadir. Os níveis de 1970 situam-se cerca de 10% acima dos rendimentos de 1964. Tendo em vista que a renda *per capita* cresceu consideravelmente mais rápido no mesmo intervalo, com avanço de 22%, alguém ganhou relativamente. Como vimos anteriormente, é provável que não tenha sido o setor rural, mas um segmento do setor urbano, correspondente aos usufrutuários de renda acima da média, nos subsetores de finanças, comércio etc. Essa interpretação encontra apoio na distribuição de renda agregada para 1970.

A análise de Fishlow (1975) explicita as decisões de política econômica que determinaram o aumento da desigualdade de renda. Os elementos de ordem política aparecem nos estudos de Fishlow (1975) com um importante fator para explicar a questão da desigualdade de renda. Neste sentido, o aumento da desigualdade entre 1960 e 1970 é um dos instrumentos monetários e fiscais convencionais aplicados durante a administração Castelo Branco. Para Fishlow, as políticas colocadas em curso durante o governo permitiu que a inflação real ultrapassasse os aumentos programados, que serviram de base para reajustar os ganhos salariais. “Em um sentido mais amplo, contudo, o resultado foi indicativo, com precisão, de prioridades: destruição do proletariado urbano como uma ameaça política, e restabelecimento de uma ordem econômica voltada para a acumulação de capital privado” (FISHLOW, 1975, p. 185). A interferência do governo na economia provocou intensos desequilíbrios, provocando expressivas diferenciações na renda, que beneficiou a minoria

detentora de capital. Para Fishlow (1975), essa minoria estava ligada ao setor urbano, às finanças, comércio e etc. Assim,

Os instrumentos de política governamental, tal como aplicados atualmente, dificilmente favorecem a equidade. Uma das características marcantes da política fiscal é sua liberal concessão de incentivos na área de imposto de renda para investimentos no mercado de valores mobiliários, aplicações em determinadas regiões e setores especificados etc. Por sua própria natureza, essa concessão é generosa para aqueles com débitos fiscais sem apresentar nenhuma vantagem correspondentes para os pobres [...] (FISHLOW, 1975, p. 185).

Portanto, do ponto de vista financeiro, as taxas de juros reais positivas para aqueles beneficiaram os donos de poupança, e a Bolsa de Valores beneficiou quem estava no mercado de capitais. Por outro lado, os instrumentos de política econômica levaram os trabalhadores mais pobres a não se beneficiarem, isto é, há uma relação disfuncional da renda. Portanto, “é um engano encarar esse resultado como uma consequência desafortunada, porém inevitável, do crescimento rápido” (FISHLOW, 1975, p. 189).

Em suma, Albert Fishlow estabeleceu contatos com o Brasil desde fins da década de 1960. Tal como vimos, o intercâmbio entre pesquisadores representou uma face de um processo de modernização das instituições encarregadas de elaborar o conhecimento em economia. Já no país, Fishlow foi responsável pela condução de pesquisas sobre a economia brasileira e diretamente no treinamento de jovens pesquisadores no IPEA, importante instituto para a elaboração do conhecimento em economia no Brasil. Devido a instauração do AI-5 ele rompe um contrato com órgão do governo. Mais tarde ele volta ao Brasil na condição de pesquisador independente, neste contexto ele realiza a pesquisa que inaugura o debate sobre a distribuição da renda. De suas conclusões, a disparidade de renda deveu-se às intervenções do governo. Não demorou em que Delfim Netto mobilizasse uma resposta por parte do governo, isto é, produzindo impactos sobre os meios profissionais. O estudo conduzido por Fishlow abriu um campo de disputas entre os economistas. Esse é o enfoque da próxima seção.

3.2 CARLOS LANGONI: UM PORTA-VOZ DO GOVERNO

Carlos Geraldo Langoni nasceu em 1944, em Nova Friburgo (Rio de Janeiro). Formou-se em ciências econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1966. Devido ao seu bom desempenho recebeu uma bolsa de estudos da Fundação Ford para

cursar pós-graduação na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos. Em 1969, recebeu o título de mestre e, no ano seguinte, o de doutor em economia. A partir do contato com teorias que viu ascender, Langoni buscou reinterpretá-las para dar sentido aos problemas econômicos emergentes no Brasil. A trajetória de Langoni universidade tem como pano de fundo o processo da modernização das ciências econômicas no Brasil.

De modo geral, a carreira do economista foi impactada pelas transformações conduzidas pelo governo de Castelo Branco. Este governo foi responsável por melhorar a carreira do funcionalismo público e criou concursos públicos. No tocante à profissão do economista não foi diferente. Com as reformas institucionais, os economistas passaram a ocupar cargos dentro da estrutura de poder dos governos. O Banco Central, por exemplo, estava sendo criado a partir da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Como ressaltado no capítulo anterior, a ascensão dos cursos de pós-graduação fez crescer a competência científica do economista e, assim, cresceu o trabalho do economista como portador de um capital necessário para discutir os problemas da economia brasileira. Nesse sentido, lembra Langoni: “tudo isso ocorreu concomitantemente, e a profissão de economista ganhou prestígio no Brasil, muito em função do exercício do planejamento econômico, como um instrumento do dia-a-dia da economia brasileira” (CARLOS..., 2019, p. 29).

O avanço em relação à profissão do economista levou ao aumento do contingente de estudantes matriculados nos cursos. Carlos Geraldo Langoni testemunhou essas transformações conduzidas pelo processo de modernização da economia, para ele: “o sucesso dos planos de estabilização trouxe o debate econômico para o grande público, e todo mundo começou a discutir economia como faz com futebol” (CARLOS..., 2019, p. 29-30). Em relação à situação dos cursos, observa o economista: “houve a multiplicação de faculdades, muitas vezes com enorme sacrifício da qualidade, porque o país ainda não possuía pessoal qualificado em número suficiente, ou seja, professores com uma formação mais sólida, com mestrado e doutorado, para responder a essa demanda” (CARLOS..., 2019, p. 30).

Como resalta Loureiro (1997d), o processo de modernização das ciências econômicas se traduziu em uma incorporação de padrões internacionais da ciência econômica, isto é, o ensino passou a se orientar pelos estilos predominantes nas universidades norte-americanas. Dito de outro modo, o processo de modernização das ciências econômicas no Brasil pode ser entendido também como um processo de americanização das ciências econômicas. Isso se desdobrou em novas estratégias e práticas profissionais, por outro lado, reforçou antigas polarizações entre os economistas. Por exemplo, dotar um corpo docente com mestres e doutores formados em universidades americanas capacitava os economistas a analisarem os

problemas que passavam pela economia brasileira, ou seja, o contato com universidades norte-americanas conferiu maior legitimidade política ao economista. Porém, houve resistências, sobretudo, de grupos ligados a posições políticas de esquerda e teoricamente identificados como orientações cepalinas e heterodoxas. No plano doméstico, a internacionalização da economia reforçou essas polaridades que organizavam o espaço de debate entre ortodoxos em contraposição aos heterodoxos.

Estas transformações do ensino e na carreira do economista no Brasil impulsionaram a trajetória de Langoni. Prestes a terminar o curso de economia, ele logo soube da criação do curso de planejamento econômico no Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (Cendec), este criado pelo então Ministro do Planejamento, João Paulo Reis Velloso. A coordenação deste curso ficou em mãos de Og Leme - mestre em economia pela escola de Chicago, e considerado um expoente do pensamento liberal. Segundo o próprio Langoni, uma vez aprovado na seleção do curso, foi contemplado com bolsa de estudo. No curso, Langoni foi aluno de Affonso Celso Pastore. As linhas gerais desse curso foram estruturadas com o objetivo de estudar o planejamento econômico e as políticas públicas. Do ponto de vista estrutural, o curso foi idealizado para seguir o padrão de ensino de universidades dos Estados Unidos, sobretudo Chicago. Em relação a isso, diz Langoni:

O Og montou um curso alternativo ao da FGV, modernizando um pouco, e aplicando uma linha bem próxima à da Universidade de Chicago. Também fez um acordo com a Fundação Ford para mandar alguns alunos para completar os estudos naquela universidade. Aí começou a influência de Chicago no Brasil (CARLOS..., 2019, p. 32).

Como ressalta Loureiro (1997d), o processo denominado como *americanização* das ciências econômicas no Brasil, caracterizou-se na influência das universidades estrangeiras na condução do ensino das ciências econômicas no Brasil. Ao mesmo tempo, como já salientado, houve intenso fluxo entre professores e alunos residentes e norte americanos. A concessão de bolsas de estudos por fundações beneficiou o envio sistemático de alunos brasileiros para cursarem a pós-graduação nas universidades norte americanas. A ida de Langoni para Chicago se beneficiou destes acordos, especialmente aqueles firmados com a Fundação Ford. Naquela época

A Universidade de Chicago já era considerada, [...], a melhor universidade de Economia dos Estados Unidos e, certamente, uma das primeiras do mundo, com um nível extremamente seletivo de professores, a maioria deles já de grande renome como Milton Friedman, Harry [Gordon] Johnson, T.W. Schultz, George [Joseph] Stigler, Arnold Harberger. É possível imaginar a diferença de nível que eu senti, principalmente na parte quantitativa, de estatística (CARLOS..., 2019, p. 33).

Já durante o período como aluno de Chicago, Langoni entrou em contato com novas publicações, sobretudo na área de desenvolvimento econômico. “Chicago sempre deu ênfase ao instrumental macroeconômico, microeconômico, [...] esse instrumental sólido pode ser aplicado tanto na empresa como em problemas de desenvolvimento econômico” (CARLOS..., 2019, p. 35). Neste sentido, ao entrar em contato com as produções sobre a área de desenvolvimento econômico sob a coordenação dos professores de Chicago, deu ensejo a teorias de desenvolvimento para analisar problemas acerca do desenvolvimento, em contraposição aos estudos cepalinos. Assim, aos alunos que foram cursar a pós-graduação por lá, essa teoria possibilitou novas análises que posteriormente foram aplicadas por estes alunos para entenderem as especificidades dos países de origem, sobretudo de países latino americanos. Para Langoni, a

Universidade de Chicago se interessava muito por desenvolvimento econômico, mas com um ângulo completamente diferente do da Cepal. A escola de Economia que mais influenciou a retomada do desenvolvimento nos países emergentes foi a Escola de Chicago [...] Mas hoje, quando observamos o mundo, de 1970 para cá, vê-se perfeitamente que a influência da Escola de Chicago foi determinante nessa nova forma de analisar o desenvolvimento econômico, com destaque para o capital humano, a inovação e as privatizações (CARLOS..., 2019, p. 35).

Naquele período, a Escola de Chicago foi responsável por reformular as teorias do desenvolvimento econômico. Agora, essas teorias visavam estudar não somente o capital físico, mas passou a incorporar a participação do capital humano. Neste sentido, os pesquisadores deram ensejo à participação da qualificação da mão-de-obra no processo de crescimento econômico. Dentro da Universidade de Chicago, Langoni presenciou essa transformação:

T.W. Schultz e Arnold Harberger, dois dos maiores economistas que conheci e que tiveram influência marcante na minha formação. O Schultz, por exemplo, foi grande idealizador da teoria econômica da educação. Eu acompanhei a criação de teorias econômicas. Por exemplo, toda a visão moderna do desenvolvimento econômico, em que se colocava o capital físico lado a lado com o capital humano, surgiu em Chicago pelas mãos de T.W. Schultz, autor de livro sobre educação, que foi uma revolução. Depois a Universidade trouxe o Gary Becker, outro inovador que ampliou as ideias de Schultz, introduzindo migração e saúde. Até aquela época, a educação era tratada como campo distinto, pertencia à área social, pedagógica, mas tratar educação como fator de produção?! Isso irritou profundamente os sociólogos, que consideraram que estávamos invadindo sua seara. De outro lado, acharam que estávamos, novamente, fazendo reducionismo, tratando a educação como meta. Mas era apenas outra dimensão, uma forma essencial de compreender o processo de desenvolvimento econômico, e foi o Schultz quem trouxe essa visão (CARLOS..., 2019, p. 40).

Ao olhar para os problemas da economia brasileira no início da década de 1970, Langoni se envolveu em questões importantes, sendo a mais relevante, o debate sobre distribuição de renda. A experiência com o intercâmbio com a Universidade de Chicago foi excepcional, pois ele aplicou uma teoria da fronteira do conhecimento para o Brasil, pouco discutida até então e com grandes influências sobre os debates subsequentes. Sobre esse momento, comenta Langoni,

tive o privilégio de viver essa revolução intelectual na Universidade de Chicago, e isso me marcou profundamente. Sendo brasileiro e vendo os grandes problemas nacionais na área de educação e de desenvolvimento, não poderia deixar de fazer uma tese sobre esse assunto. Curiosamente, quando voltei ao Brasil e comecei a falar sobre capital humano na educação, o pessoal de esquerda tinha crises históricas porque, pela primeira vez, estávamos tratando objetivamente de um problema com mais razão e menos emoção (CARLOS..., 2019, p. 40-41).

Ao beber da fonte dos teóricos da Escola de Chicago, Langoni logo se interessou em estudar as relações entre educação e crescimento econômico no Brasil. Os problemas em relação à educação eram analisados a partir de instrumental matemático para quantificar a contribuição da educação, ao passo que outros aspectos de ordem pedagógica e das condições sociais ligadas à escola eram relegados em segundo plano ou mesmo não abordados. Assim, o autor procurou ressaltar o papel econômico da educação para o desenvolvimento econômico do Brasil. Em livro de memórias, comenta Langoni,

Na minha tese, aproveitei esse excepcional ambiente intelectual e logo percebi que havia possibilidade de estudar o desenvolvimento econômico no Brasil sob outro ângulo, que não fosse o das escolas cepalinas, isto é, que não fosse uma análise estrutural de esquerda, muito mais histórica, ideológica e, sob certo aspecto, dogmática (CARLOS..., 2019, p. 42).

Ao se contrapor aos cepalinos, Langoni reforça as antigas polarizações existentes na forma de estudar e propor alternativas de política econômica aos problemas da economia brasileira. Como explicitado, Langoni (CARLOS..., 2019) desenvolveu a sua carreira com adesão aos princípios vigorantes em universidades norte americanas, sobretudo da Escola de Chicago. O seu instrumental metodológico possibilitou analisar os problemas de crescimento econômico a partir de orientações em ascensão na Escola de Chicago. Assim, os estudos sobre essa temática começaram a abordar a questão da educação como um fator essencial para o incremento do produto. Dito de outra forma, o programa de pesquisa calcado na Teoria do Capital Humano valoriza os ganhos pessoais a partir do acréscimo de novos anos de estudo. O mercado de trabalho é capaz de absorver a mão-de-obra com mais anos de escolaridade,

assim, premia aqueles indivíduos com recursos educacionais tecnicamente aceitos para o emprego. Diz Langoni,

Comecei, então, a abordar o desenvolvimento econômico sob o ângulo da ideia de acumulação de capital em sentido amplo – capital, aí, entendido não só como máquinas, equipamentos e construções, mas também capital humano e conhecimento (pesquisa básica e aplicada). Utilizei, na tese, um modelo econométrico mais sofisticado em que, pela primeira vez, consegui medir a contribuição da educação para o processo de desenvolvimento econômico. Introduzi uma variável completamente nova na análise tradicional de desenvolvimento econômico aqui no Brasil, pois falava em educação como fator econômico. Naquela época, aqui só se falava em educação como aspecto cultural, a importância política de acabar com o analfabetismo, mas nunca havia sido colocado de forma clara o papel econômico da educação (CARLOS..., 2019, p. 42).

Analisar a educação brasileira considerando novos instrumentais foi importante para reforçar a agenda de pesquisa que, como vimos, nasceu na Escola de Chicago. Ao apresentar os seus resultados naquela universidade, a sua tese foi bem recebida e dava comprovação empírica ao desenvolvimento teórico proposto pelos professores daquela universidade. Comentando como a tese foi recebida em Chicago, diz Langoni: “[a tese foi recebida] com muito entusiasmo. A Universidade tinha investido muito nessa linha teórica do valor econômico da educação; por isso, todas as pesquisas que comprovassem a tese nos diversos países eram muito bem aceitas” (CARLOS..., 2019, p. 43). Em suma, a agenda de pesquisa na Universidade de Chicago estava envolta de questões ligadas ao desenvolvimento econômico sob o viés do capital humano, os resultados das investigações da pesquisa conduzidas por Langoni tinham a intenção de comprovação de uma nova teoria econômica, da qual ele foi testemunha. Foi assim que, em 1970, Carlos Geraldo Langoni se tornou então doutor em economia pela Universidade de Chicago.

De volta ao Brasil, não demorou que se inserisse no mercado de trabalho como pesquisador. Assim, iniciou a carreira de docente em 1971, ensinando a disciplina teoria e política monetária na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Foi também professor-pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da Universidade de São Paulo (USP). Ocupou também o cargo de Subdiretor técnico da EPGE de 1972 a 1973; nesse mesmo ano assumiu a direção da EPGE, e ficou no cargo até 1979. Neste último ano, assumiu a diretoria da área bancária do Banco Central e, em janeiro de 1980, tornou-se o presidente do Banco Central.

Os resultados da tese de doutorado de Langoni e, portanto, da aplicação da teoria do capital humano, podem ser encontrada em sua obra mais conhecida, Distribuição da renda e

desenvolvimento econômico do Brasil, publicada em 1973, pela Editora Expressão e Cultura. Antes de aprofundar na leitura da obra, convém abordar a relação entre Langoni e o Ministro da Fazenda, Delfim Netto. O então Ministro da Fazenda teve a sua trajetória acadêmica na USP, como um aluno de destaque e figura importante no processo de reformulação da pós-graduação em Economia daquela universidade. Segundo Langoni (CARLOS..., 2019, p. 48), “Delfim gostava muito de ouvir o pessoal da área acadêmica a respeito da evolução da economia brasileira” Assim, no início de 1970, a questão pertinente à distribuição de renda passara a ocupar a ordem do dia. Frente a isso, o governo necessitava de uma resposta. “Quando começaram a discutir distribuição de renda, o pessoal me chamou: ‘Langoni, você quer estudar o assunto?’ ” (CARLOS..., 2019, p. 48).

O convite foi essencial para aprofundar a questão da distribuição de renda. Concomitantemente, também foi importante para estreitar os vínculos entre a universidade e a burocracia do governo. Nascia, assim, um debate importante para a evolução da história do pensamento econômico nacional, sobretudo de 1970, reforçando então a dinâmica do pensamento econômico sobre a distribuição de renda no Brasil. Langoni, então, recebeu o convite de Delfim para aprofundar a questão:

Vamos fazer uma coisa séria. Langoni, você poderia fazer uma pesquisa sobre distribuição de renda? Nós apoiaremos você, que poderá fazer isso na USP’. Então, o Ministério da Fazenda solicitou formalmente um estudo à Fipe, e eu fui encarregado de fazer o trabalho (CARLOS..., 2019, p. 49).

Em suma, a partir da trajetória Langoni, os seus vínculos acadêmicos estabelecidos com a burocracia do governo o projetaram como um interlocutor político importante. Ao escolher a utilização de um instrumental moderno de teoria dito como moderno, sobretudo com a utilização da econometria e análises quantitativas, visou oferecer novas respostas aos problemas de questões de economia política. Neste sentido, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) se tornou um importante centro de produção do conhecimento capaz de oferecer um recurso técnico frente aos problemas da economia brasileira. Assim, ao se buscar interpretações sobre a questão da distribuição de renda, Langoni alcançou o debate em uma escala nacional. Nesse sentido, o seu trabalho se tonou um elo entre o espaço acadêmico e a burocracia do governo.

Para quem colaborou com a pesquisa de Langoni, naquele momento era preciso aprofundar o debate. Os centros de produção de conhecimento em economia se desenvolveram para responder as questões que passavam pela economia nacional. O estudo conduzido por Langoni visou oferecer uma resposta para a péssima distribuição da renda, despontando como uma resposta acadêmica para a piora na distribuição de renda, isto é, a

resposta de Langoni se traduziu no debate nacional como uma resposta do governo para minimizar a piora na distribuição da renda e suas consequências para a sociedade. Sobre isso, posiciona-se Langoni:

Considero esses debates sobre distribuição de renda os mais importantes de todo o regime militar porque, até aquele momento, a economia brasileira tinha apresentado um desempenho excepcional, com inflação relativamente baixa para os padrões da época, caindo para perto de 20% ao ano. A economia crescia a um ritmo espetacular. O Produto Interno Bruto (PIB) avançava a taxas acima de 10%, e havia uma série de outros indicadores favoráveis, principalmente na área de infraestrutura. Mas, pela primeira vez, surgiu um aspecto no processo de crescimento econômico que não era favorável ao governo: a distribuição de renda (CARLOS..., 2019, p. 51).

As análises e respostas para o problema da desigualdade de renda em 1970 estão expostas em seu principal livro. A obra então visa dar uma resposta plausível para a questão e, assim, buscar legitimidade para os resultados da distribuição da renda. Na introdução do livro, Langoni (CARLOS..., 2019) contesta as produções que, segundo ele, são falaciosas na tentativa de atribuir uma conotação de piora ou redução do bem-estar naquele período, sobretudo o trabalho de Albert Fishlow. Perguntado sobre os motivos que levaram os economistas do governo a se preocuparem com a questão da piora da distribuição de renda, responde Langoni:

Em primeiro lugar, porque era impossível fugir dele, pois inicialmente era um debate econômico. É interessante notar que o primeiro *paper* crítico da distribuição de renda era de autoria de um brasileiro, o Fishlow, ou seja, a crítica vinha de fora para dentro. A economia brasileira ainda era muito fechada do ponto de vista econômico, mas não do ponto de vista intelectual; não se podiam erguer barreiras ao debate acadêmico. O Fishlow estava em Berkeley, mas tinha muitas ligações com o Ipea, com o próprio ministro Velloso. Assim, seu *paper* não podia ser visto apenas como exercício acadêmico teórico, mas como algo que teria repercussões políticas. E aconteceu que todos os economistas que não tinham influência na política econômica da época encontraram um manancial muito fértil para canalizar as críticas ao governo (CARLOS..., 2019, p. 51).

São essas distinções que dinamizam o pensamento econômico, dando ênfase em economistas do governo e aqueles que estão fora do governo, ou seja, não tinham influências na condução da política econômica. Essa diferenciação entre economistas abre o campo de disputas no pensamento econômico, reforçando as polarizações entre os economistas. Ao ser integrado a certos circuitos acadêmicos, o debate então é marcado entre posições consideradas mais próximas ao governo para interpretar a questão da distribuição de renda. Para os economistas fora do governo, essa questão se tornou um ponto fundamental para criticar as

políticas econômicas colocadas em curso a partir de 1964. Assim, aprofundam cisões entre os economistas que podem ser observadas as suas contraposições.

A Revista Veja, em junho de 1972, dedicou uma edição especial ao tema da distribuição da renda. O então Ministro Delfim Netto, aparece como um entrevistado. Tratava-se de uma resposta ao público sobre a questão da distribuição de renda. Em outras palavras, Delfim Netto parece na imprensa escrita como um interlocutor político importante, traduzindo para o público uma resposta para a desigualdade de renda escamoteada pelo Censo de 1970. Então, Delfim Netto recorre ao trabalho de Langoni para dar uma resposta oficial, alinhava-se então o pensamento a um economista do governo. Nas palavras de Delfim Netto (1972),

O material recolhido por esse trabalho mostra que o Brasil é o caso clássico do desenvolvimento econômico, estudado pela teoria econômica nos últimos trinta anos. Há uma transferência de mão-de-obra da agricultura para a indústria; uma transferência da indústria para o terciário, um processo de urbanização acelerado; um diferencial de produtividade no setor primário e no urbano; e diferenças substanciais de remuneração entre o pessoal mais qualificado e o menos qualificado. Há ainda uma diferença muito importante entre setores dinâmicos e tradicionais. Os dados agora levantados não dão ao Brasil nenhuma grandeza maior. É apenas um caso típico de desenvolvimento econômico. Mas os dados também não deixam o Brasil numa posição incômoda quanto à distribuição de renda (A RENDA..., 1972, p. 74).

A resposta de Langoni (1973) se contrastou ao trabalho de Fishlow (1972). Para Langoni (1973) a questão da piora na distribuição de renda observada no período está associada diretamente à educação da força de trabalho, diante de um processo de intensificação da transferência de mão-de-obra do setor primário (considerado atrasado) para o setor urbano (visto como o mais moderno), assim como a maior participação de jovens em idade inferior a 20 anos e mulheres no mercado. A questão então ganhou força no debate público nacional, em certa medida, devido à necessidade do regime militar buscar uma legitimação através dos resultados na área econômica. Diante dessa perspectiva, merece atenção a fala de Langoni sobre a relação do seu trabalho como uma leitura por parte dos economistas do governo:

De certa forma, a legitimidade do regime, como ocorre com qualquer regime autoritário, dependia muito do desempenho econômico. Era uma situação muito desconfortável: o modelo econômico levava à acumulação de riqueza nas mãos de poucas pessoas. O governo percebeu que era necessário haver um contra-ataque acadêmico, pois não era possível sustentar o debate só entre o ministro e a área acadêmica; o Delfim entendeu tudo rapidamente. Para mim, foi uma grande oportunidade de aprofundar meu estudo, utilizar dados recentes da economia brasileira, foi tudo muito estimulante. Durante três meses, trabalhei como louco para ter o texto pronto o mais depressa

possível. Logo que foi publicado, o trabalho foi capa da revista *Veja* – foi minha primeira capa. O Paulo Henrique [dos Santos] Amorim era repórter da revista e tinha muitas ligações com o Delfim. Quando soube da pesquisa, ficou impressionadíssimo, e eu, com a minha preocupação acadêmica, não queria divulgar a não ser a versão definitiva. Mas o Paulo Henrique conseguiu convencer o pessoal da USP e publicou uma matéria – aliás, ele recebeu um prêmio de jornalismo econômico naquele ano devido a essa matéria. Depois, eu publiquei a versão acadêmica, completa, do trabalho, na revista da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA)

Quando foi publicado, o texto gerou uma polêmica tremenda, primeiro no âmbito acadêmico: Fishlow ficou muito incomodado, evidentemente, porque fiz um trabalho caminhando em uma direção oposta à dele, que se baseava em política salarial e ocupação. Já eu afirmava que não era ocupação, era muito mais educação. Além disso, fiz uma crítica à parte metodológica do trabalho dele (CARLOS..., 2019, p.52-53).

Para fazer frente ao trabalho de Fishlow e outros estudos, Langoni utilizou o instrumental perfil de rendas individuais. Assim, do ponto de vista metodológico, Langoni buscou alternativa entre os estudos da Cepal-Ilpes, de Rodolfo Hoffman, João Carlos Duarte e Albert Fishlow⁹. Para Langoni (1973), a interpretação de Fishlow (1972) apresentou hipóteses meramente arbitrárias. Uma leitura atenta da sua obra permite elucidar como isso foi articulado e ofereceu novas interpretações em relação ao problema da desigualdade de renda.

O debate sobre a distribuição de renda foi recorrente, estampou diversas páginas dos jornais veiculados na imprensa escrita. Por exemplo, em 1973, Carlos Geraldo Langoni escreve em uma edição para o *Jornal do Brasil*, onde ele ressalta que sobre essa questão há duas posições antagônicas entre os economistas: a primeira mais próxima do governo, sendo os seus próprios estudos um representante de destaque; e em outro polo, estiveram os estudos, que entendem a problemática da distribuição de renda como resultados das políticas econômicas colocadas em curso pós-1964 (LANGONI, 1973). Muito embora cada autor crítico se inspirasse em uma metodologia ou fossem ligados a determinadas escolas de pensamento, estes viram uma oportunidade para contestar as políticas econômicas e os economistas que estiveram mais ligados ao governo. Em outro artigo,

[...] Não cabia ao censo preocupar-se com isso, nem as interpretações de estudiosos como Fishlow pareciam convencer Langoni e o ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, ligado pelo menos afetivamente ao IPE (Delfim é catedrático da Faculdade de Economia da USP) e um dos mais frequentes interlocutores de Langoni durante a realização do trabalho. Tratava-se, portanto, de tarefa praticamente pioneira. E nesse ponto, que

⁹ Segundo Lanogni (1973, p 39), “os estudos sobre o Brasil são: Cepal-Ilpes, *La Distribucion del Ingreso en Brasil*, abril 1970, (Censo Demográfico de 1960); Rodolfo Hoffman *Contribuição à Análise da Distribuição de Renda e da Posse da Terra no Brasil*, Tese de Livre Docência na Escola de Agricultura da Universidade de São Paulo, Piracicaba 1971 (refere-se também ao Censo Demográfico de 1960); João Carlos Duarte *Aspectos da Distribuição da Renda no Brasil em 1970*, Piracicaba (Censo Demográfico 1970; Albert Fishlow *Brazilian Distribution of Income – American Economic Review*, maio 1972 (Censo Demográfico 1960/1970)”.

consome a maior parte do livro, as descobertas são interessantíssimas (AMORIN; REALIDADE, 1973, p. 59).

As investigações de Langoni (1973) tiveram como objetivos traçar e estimar a magnitude e as características das mudanças nos perfis de renda entre 1960 e 1970, em dois níveis, para o total da população do Brasil, e também separadamente por diferenças regionais e por setores da economia. O autor, então, tenta explicar os motivos pelos quais existem mudanças na composição da renda observadas durante a década:

Estes resultados deixam claro o pouco significado que um índice de concentração pode ter como indicador de bem-estar [...] Ao mesmo tempo eles sugerem que o aumento de desigualdade é uma consequência inevitável do processo de desenvolvimento [...] esta diferenciação de produtividade é refletida no mercado por uma diferenciação de salários que por sua vez toma a forma de um aumento de desigualdade [...] (LANGONI, 1973, p. 52).

Aqui, por exemplo, podemos ver como o autor trabalha a causalidade entre política econômica e aumento da desigualdade. Para ele, esta é um resultado natural do desenvolvimento econômico, e decorre da transferência de mão de obra entre setores – do atrasado para o moderno –, torna-se algo inevitável em um processo de intensificação do processo de industrialização. A identificação direta entre mensuração da desigualdade de renda e bem-estar social é descartada, pois é a estrutura produtiva que está tornando inevitável o reajustamento das ocupações e no automatismo do mercado que organiza o mercado de trabalho de acordo com as leis de oferta e da procura que, dado o nível de progresso tecnológico, premia, assim, a mão-de-obra qualificada apta a inserir-se nos novos setores produtivos em implantação.

Feito essa consideração, Langoni compara os grupos de indivíduos com características semelhantes: ocupação, idade, sexo, tipo de treinamento (formal e no trabalho), tipo de atividade, local de trabalho, *status* familiar etc. Ao estabelecer essa forma de análise, torna-se finalmente possível dar algum significado, em termos de avaliação do bem-estar, às mudanças observadas nas participações relativas das rendas de cada grupo dentro do total da renda. A partir dos resultados, o autor estabelece qualificações sobre a piora na distribuição de renda, tece comparações com outros países e traça o que ele chama de linhas mestras de políticas distributivas para superação da pobreza e redução dos desequilíbrios entre oferta e demanda decorrentes do processo de crescimento econômico.

Langoni (1973) estabelece duas qualificações sobre a piora na distribuição de renda. A primeira está associada com as características do processo de desenvolvimento econômico: a transferência de mão-de-obra do setor primário para o setor urbano e a redução do setor de subsistência dentro do próprio setor primário. Na medida em que os dados censitários só

permitem mensurar as rendas monetárias, as diferenças de renda real nos dois períodos poderão estar exageradas principalmente no que diz respeito aos decis inferiores da população. A redução da proporção do pessoal sem rendimento da População Econômica Ativa (PEA) entre 1960 e 1970 (de 15% para 9,5%) é, sem dúvida alguma, uma forte indicação da importância deste fator no caso brasileiro.

Em segundo lugar, há um processo de incorporação de novos elementos na força de trabalho geral que se dá via classes de renda mais baixa - devido à forte preponderância neste grupo de mulheres e pessoas com menos de 20 anos-, considerando que a produção marginal de jovens e mulheres são mais baixas. Esta é uma das características daquilo que o autor denomina de 'fator de escala', e que está implicitamente incorporado ao lado dos efeitos puramente distributivos. Isto permite auferir que essa análise anterior chama novamente a atenção para o pouco significado que, muitas vezes, pode ter uma distribuição de renda menos desigual quando as diferenças em níveis absolutos e *performance* de crescimento são tão marcantes como as sintetizadas na comparação do setor primário com o setor urbano.

Em suma, as desigualdades de renda observadas representam uma *performance* natural dentro de uma economia em processo intenso de mudança, visto que uma maior escolaridade induz ao aumento da renda, em acordo com a Teoria do Capital Humano, o que, por sua vez, causa impacto nos rendimentos salariais. Assim, os resultados encontrados pela estimação de modelos econométricos corroboram essa visão.

Nesta perspectiva, o setor primário não só apresentava os mesmos valores de 1960 (Gini de 0,43 e 0,48 para o urbano), como também a menor taxa de variação no período de 1960/70 (3% e 14% para o urbano). Ambos refletem as características de maior homogeneidade e menor dinamismo do setor primário em comparação com os demais setores da economia. A maior homogeneidade se reflete principalmente na composição da PEA no setor primário, onde há forte presença de analfabetos e indivíduos com pequena qualificação escolar, que se compõem 98% do total. Já no setor urbano, a proporção de analfabetos é de 14%. O menor dinamismo está sintetizado na taxa média de crescimento da renda real: 14% no setor rural, em contraste com 42%, observado para o setor urbano.

Portanto, o processo de desenvolvimento acarretou mudanças qualitativas importantes. Segundo Langoni, é importante reconhecer que o salário mínimo estava declinando desde 1961 e que a política de contenção salarial posta em execução em 1965 e 1966, era um apêndice da política antiinflacionária, procurando corrigir uma situação anormalíssima de taxas de inflação de ordem de 100%. "As consequências negativas de curto prazo foram compensadas pelos benefícios da retomada do crescimento a partir de 1966" (LANGONI,

1973, p. 78). Isto é, os resultados são um produto de curto-prazo dentro de quadros mais gerais de crescimento econômico e por isso a desigualdade de renda observada no período se justifica.

Desse modo, fica claro para Langoni (1973), que as modificações ocorridas entre os diversos setores contribuíram, ainda que de maneira modesta, para o aumento de concentração. Entre aos diversos componentes, o maior impacto foi causado pelo aumento de desigualdade dentro de cada setor, ou seja,

fica claro que as modificações ocorridas entre os diversos setores contribuíram, ainda que de maneira modesta, para o aumento de concentração. Entre as diversas componentes o maior impacto foi causado pelo aumento de desigualdade dentro de cada setor e, particularmente, pelo que ocorreu no setor urbano (LANGONI, 1973, p. 80).

Sobre os resultados em relação à renda média, afirma Langoni (1973, p. 87):

Já variações nas rendas médias contribuíram inequivocamente para aumento na desigualdade global. Houve acréscimo desproporcional na renda real justamente dos grupos etários, cujos níveis de renda já eram mais elevados em 1960.

Langoni (1973), então, passa a estimar a desigualdade de renda considerando as diferentes regiões do Brasil. Ele entende que o aumento na desigualdade global foi uma consequência direta do aumento de desigualdade dentro de cada região do Brasil. Este efeito foi reforçado pelo fato dos maiores acréscimos na renda terem sido observados justamente nas regiões com maior peso sobre a participação da renda total, como, por exemplo, o caso de São Paulo, onde, conforme demonstra o autor, o índice de concentração da renda aumentou em 60% entre os anos de 1960 e 1970. Segundo Langoni (1973) existe uma explicação geral que compreende as mutações na renda da população, bem como a piora na desigualdade de renda. Baseado na Teoria do Capital Humano, essa diferença de rendimentos se justifica para a relação entre nível de educação e remuneração do trabalho. Assim, o autor entende que,

cerca de 43% da contribuição total das mudanças na composição educacional da força de trabalho para o aumento da desigualdade estão associados às modificações ocorridas nos grupos de renda mais baixos (analfabeto, primário, ginasial) (LANGONI, 1973, p. 96).

Para tanto,

A relação entre nível de educação e remuneração do trabalho é justificada a priori pela teoria do capital humano os investimentos em educação resultam em acréscimos de produtividade, cuja contrapartida no mercado é o ganho de salário real e que e constituem justamente nos benefícios (privados) destes investimentos (LANGONI, 1973, p. 103).

Desse modo, Langoni (1973) recupera a Teoria do Capital Humano, e observa que há uma relação positiva entre aumento marginal da educação com a produtividade, ou seja, uma

maior escolaridade contribui para um aumento marginal na renda individual. Neste sentido, Langoni (1973) entende que o grupo de indivíduos que recebe renda monetária inferior ao salário mínimo é formado, em grande parte, por analfabetos que estão fortemente concentrados no setor primário. Seus baixos níveis de renda refletem, sumariamente, os seus baixos níveis de produtividade.

Não obstante, quando se analisa a diferenciação dos rendimentos entre o sexo, há uma tendência natural à remuneração da mulher ser inferior ao homem:

As diferenças de renda atribuídas ao sexo podem, em grande parte, ser rotuladas como ‘discriminação’. Os argumentos acerca de diferenças de produtividade englobam: o menor potencial de força física (limitando as possibilidades de emprego feminino nos níveis mais baixos de qualificação); os maiores riscos para a firma (ausência temporária do emprego no período de gestação) (LANGONI, 1973, p. 105).

Este resultado está condizente com a ideia de que a educação tem dois efeitos básicos sobre o indivíduo: primeiro, é o aumento da produtividade marginal, isto é, quanto maior o nível de educação, maior é a produtividade e, conseqüentemente, maiores salários receberá o indivíduo; segundo, um efeito alocativo, que se reflete na capacidade de absorver informações e, conseqüentemente, resultará em vantagens no mercado de trabalho.

Ao todo, 51% das diferenças observadas de renda em 1960 e 59% em 1970 foram explicadas por nível de escolaridade, idade, atividade, região e sexo. O aumento de importância dessas variáveis sistemáticas, no período, é consistente com o princípio de que a proporção da renda atribuída à acumulação do capital humano tende a aumentar com o desenvolvimento econômico. Mesmo quando a renda individual é considerada como variável dependente, cerca de 57% da variância total é explicada (LANGONI, 1973, p. 111).

Em um esforço de conclusão, afirma o autor:

O grupo de indivíduos que recebe renda monetária inferior ao salário mínimo é, em grande parte, analfabeto e está fortemente concentrado no setor primário. Seu baixo nível de renda reflete, portanto, baixos níveis de produtividade (LANGONI, 1973, p. 169).

Langoni (1973) entende que ela que essa baixa devido a uma condição natural de uma economia capitalista em fase de transição. Ocorre que as economias capitalistas que alcançaram um desenvolvimento econômico seguiram a seguinte trajetória: Primeiro as economias crescem, juntamente a este movimento natural da economia, há a contrapartida de péssimos resultados na distribuição da renda, como já mencionado. De maneira resumida afirma o autor,

[...] essa discussão teórica e as estimativas apresentadas sugerem que a desigualdade da distribuição está, em geral, associada a *performance* de crescimento da economia, mas não necessariamente ao nível de

desenvolvimento. Mais especificamente, é possível haver aumento transitório no grau de concentração como consequência da aceleração do crescimento (LANGONI, 1973, p. 197-198).

Neste sentido, para Langoni (1973) os péssimos resultados se justificam. A economia brasileira encontrava-se em rápido crescimento. Isto é, o movimento da economia que se observa no Brasil para aquele período, corresponde a um movimento natural da economia em fase de transição de uma economia subdesenvolvida para uma economia moderna e desenvolvida. A justificativa para os péssimos resultados na distribuição de renda encontra analogias com outros países. Para Langoni (1973, p. 201), é evidente “que a tendência geral é para a diminuição do grau de desigualdade quanto maior for o nível de desenvolvimento”.

Isso pode ser observado em comparação a outros países a partir dos estudos de Harold Lyrdall. O Brasil está na faixa dos países onde a renda é mais concentrada, situando-se ao lado do Chile, Índia, Ceilão e México. A situação intermediária é ocupada por França e Japão, países nos quais apresentam maiores taxas de crescimento e forte grau de concentração da renda, apesar de caracterizarem como países desenvolvidos. A explicação básica de Langoni (1973) para o contexto brasileiro está em sintonia com a explicação de Harold Lyrdall, diz o autor: “a expansão diferenciada de demanda por mão-de-obra qualificada como consequência da aceleração do crescimento econômico que predominou em quase todas essas economias, após a II Guerra Mundial” (LANGONI, 1973, p. 201).

4 OS ECONOMISTAS CRÍTICOS

4.1 AS ANÁLISES DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES, JOSÉ SERRA, BELLUZZO E SINGER

4.1.1 Maria da Conceição Tavares: entre a CEPAL e a Unicamp

A dinâmica do pensamento econômico acerca das disputas sobre a desigualdade de renda só é entendida elucidando a trajetória de outros autores. Até o momento, estudamos o pensamento de Albert Fishlow e de Carlos Geraldo Langoni a partir de suas associações com o Ministro da Fazenda, Delfim Netto. Ao buscarmos outras trajetórias completamos o leque de análises sobre a distribuição de renda no Brasil nos anos de 1970. Em 1973, Ricardo Tolipan e Arthur Tinelli organizaram uma coletânea de artigos intitulada *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*, esse livro contém publicações de economistas que, a partir da divulgação do Censo de 1970, compõem “o debate no Brasil sobre o modo de apropriação dos frutos do progresso que está implicado numa economia capitalista” (TINELLI; TOLIPAN, 1975, p. 7). O amplo debate sobre distribuição de renda impulsionou análises de outra linhagem de economistas, aqueles que valeram de análises inspiradas nas teorias da Cepal, aqui representados por Maria da Conceição Tavares e José Serra.

Uma gama de autores buscou contestar as interpretações, sobretudo de Langoni e as políticas econômicas colocadas em curso no pós-64. Esse embate de ideias, por sua vez, é importante para delinear a história do pensamento econômico brasileiro, do qual as disputas em torno da desigualdade de renda é um exemplo. Neste contexto, a produção econômica presente no Brasil já era marcada por diversas linhagens e diferenças teóricas entre os economistas. Assim, os economistas ligados à Cepal¹⁰, desenvolveram uma gama de interpretações, com um ângulo que buscou entender os condicionantes e características do capitalismo periférico. As análises destes autores buscaram se diferenciar das posições “dos

¹⁰ Segundo Bielschowsky, o pensamento da Cepal e seu conteúdo analítico foram essenciais para a formação do pensamento econômico nacional. Nas palavras do autor: “para detectar o conteúdo analítico e as filiações teóricas do pensamento econômico brasileiro [...] O quadro inclui, necessariamente, uma referência aos argumentos empregados na teoria do subdesenvolvimento contra as teorias e políticas liberais, e deve dar ênfase especial aos textos da Prebisch e da Cepal” (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 11).

justificadores tecnocratas do *status quo* que persistem em tentar fazer crer à opinião pública que ‘a ciência’, com o esoterismo de sua linguagem e de suas técnicas de base matemática [...] transformaram em justificação de Governos eventuais e da ordem dominante” (TINELLI; TOLIPAN, 1975, p. 10). Essa seção e a próxima ressaltarão a dimensão conflitiva do debate e como os economistas ligados à tradição cepalina estiveram engajados nos debates acerca da economia brasileira, em que as disputas sobre a desigualdade de renda é representativa.

Se por um lado Carlos Langoni bebeu da fonte da Teoria do Capital Humano na Escola de Chicago, por outro lado Serra e Tavares beberam das fontes das teorias e análises Cepal – que posteriormente foi importante para as interpretações conduzidas nos quadros da Escola de Campinas. A contraposição dessas ideias nos interessa, sobretudo, para explicar o posicionamento dos autores envolvidos nos debates sobre a distribuição da renda no início de 1970. A literatura especializada pouco resalta essa dimensão conflitiva. Essa contraposição das ideias, como ressaltado na seção anterior, é expressa por Langoni (CARLOS..., 2019, p. 35):

O Chile, naquela época, estava em uma fase muito interessante porque, embora fosse o berço da Cepal, na Universidade Católica, por exemplo, havia uma linha de pesquisa completamente diferente; os professores de Chicago davam aulas na Católica [...]
[...] A Universidade de Chicago se interessava muito por desenvolvimento econômico, mas com um ângulo completamente diferente do da Cepal.

Se como vimos, para Langoni (CARLOS..., 2019) as análises da Teoria do Capital Humano – que como ressaltado, ele viu se desenvolver na Escola de Chicago - foi um aspecto relevante para as análises do desenvolvimento econômico, por outro lado, a tradição cepalina também se faz importante para compreendermos a controvérsia sobre a distribuição de renda em 1970. Até a ascensão deste debate ao longo da década de 1970, os cepalinos já acumulavam algumas décadas de produções intelectuais, as quais foram importantes para o pensamento econômico da América Latina e que influenciaram também o pensamento econômico nacional. Assim, torna-se relevante revisitar a tradição cepalina, a qual pode contar com os seus desenvolvimentos após a Segunda Guerra Mundial, considerando as figuras ilustres e principais tópicos do ponto de vista analítico para analisarmos as disputas entre os economistas. Para Mantega (1997), as análises de Maria da Conceição Tavares e José Serra fazem parte de uma linhagem de interpretação que, desde 1950 se desenvolveu no

Brasil¹¹ a qual buscou questionar “a eficiência do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento do regime autoritário, e, sobretudo, seu estilo de desenvolvimento concentrador de renda” (MANTEGA, 1997, p. 109).

Vale frisar que após a Segunda Guerra Mundial, a adoção de políticas de desenvolvimento recebeu o apoio explícito de órgãos internacionais oficiais e as Comissões Regionais da ONU assumiram um papel ativo no exame dos problemas do desenvolvimento, sendo a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), criada em 1948, uma das comissões mais proeminentes. “É nesse centro que se formam intelectualmente os principais economistas brasileiros que a partir da década de 1950 passaram a exercer papel central no debate e na proposição de política econômica dentro de uma perspectiva heterodoxa.” (BASTOS; D’ÁVILA, 2009, p. 176).

Maria da Conceição Tavares teve trajetória extensa no ambiente acadêmico, sendo uma importante intelectual e um elemento chave para compreender as ideias econômicas em disputa no Brasil. As suas contribuições exerceram “maior influência sobre o pensamento econômico brasileiro desde os anos de 1960, em especial o heterodoxo” (POSSAS, 2007, p. 445). Quando ainda morava em Portugal, formou-se em Matemática no ano de 1953. Já no Brasil, graduou-se em Economia. A sua trajetória esteve ligada entre as instituições práticas do governo e o ambiente acadêmico. Em 1957 matriculou-se em Economia no curso ofertado pela Universidade do Brasil (Atual UFRJ). Em 1968, tornou-se analista matemática do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), onde trabalhou até 1960. Entre 1958 e 1960 ela foi também membro do Grupo Executivo de Indústria Mecânica Pesada (Geimape), um grupo de executivos que surgiu durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Esse grupo era ligado à burocracia do governo através do Conselho do Desenvolvimento, organismo central de planejamento subordinado à presidência da República, encarregado de elaborar e coordenar os programas setoriais definidos pela política econômica do governo (KRPOPF; LAMARÃO, 2017).

Maria da Conceição Tavares também foi responsável por elaborar um conjunto de estatística no Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE) até 1960. Os primórdios de sua carreira se desenvolveram quando os cursos de economia no Brasil ainda eram incipientes. “Quais eram os centros de economia que existiam na época, na década de 50? [...] E quais

¹¹ Cabe observar, as incursões do pensamento cepalino no Brasil e, especialmente, as suas marcas no pensamento econômico brasileiro. Nos anos de 1950, como afirma Loureiro (1997), a Cepal e o Ibre da FGV travaram um debate que foi importante para a cisão de linhagens de economistas, entre os estruturalistas e os monetaristas. Tais divergências teóricas foram intensificadas pelo contexto das disputas políticas no segundo governo Vargas que aprofundariam as cisões no campo dos economistas. Sobre isso, ver Loureiro (1997).

eram os centros? O BNDE, desenvolvimentista, e a SUMOC, monetarista” (TAVARES, 1996, p. 128). Também em 1960, foi a primeira colocada no curso da CEPAL e assim convidada em 1961 para trabalhar como economista da instituição. A Cepal já era um laboratório de produções consideráveis em economia sobre a América Latina. A marca da Cepal é pensar a América-latina a partir de condições que lhes são peculiares¹².

Em 1968, Maria da Conceição Tavares se transfere para a sede da Cepal em Santiago, no Chile. Tavares foi convidada a lecionar na Escolatina, ligada à Universidade do Chile, como professora-visitante. Este período marcou o seu pensamento, pois iniciou os seus estudos sobre economia financeira e monetária (KROPF: LAMARÃO, 2017). Ou seja, a CEPAL desenvolveu-se como um centro de produção de conhecimento preocupado com questões sobre o desenvolvimento econômico, sobretudo através da superação do subdesenvolvimento econômico a partir de medidas governamentais como o apoio à industrialização. Para Maria da Conceição Tavares (1996), a CEPAL

me permitiu uma leitura crítica, uma leitura nova. Os meus professores na Universidade do Brasil só estavam interessados em inflação, equilíbrio, estabilização e davam as explicações convencionais. Aí vêm os cepalinos e dizem: “Nós não vemos assim, nós somos estruturalistas, é preciso se preocupar com o desenvolvimento”. Em contraposição aos ensinamentos de outras escolas, “a CEPAL ensinava naquela altura os grandes autores críticos, justamente porque ela sabia que as academias ensinavam uma pseudoteoria neoclássica de baixo nível (TAVARES, 1996, p. 131).

Entre os intelectuais que influenciaram a trajetória inicial estão Roberto Campos, que na FGV lecionou Política Monetária. Maria da Conceição também foi assistente de Octávio Bulhões. Na Cepal, foi aluna de Raúl Prebisch e de Anibal Pinto¹³. Segundo Tavares (1996), o contato com a CEPAL lhe conferiu uma formação distinta dos padrões neoclássicos, “por isso sou uma economista crítica” (TAVARES, 1996, p. 130). O que Tavares (1996) denomina como formação crítica da economia, ela comenta que o contato com a CEPAL: “[...] serviu também para me dar uma preocupação nova sobre o que é formação histórica, a

¹² Os conceitos-chaves elaborados na Cepal até 1960 se desenvolveu em dois termos importantes: o conceito de “Centro” e “periferia”, o qual é empregado para descrever o processo de difusão do progresso técnico na divisão internacional do trabalho, para explicar a distribuição de seus ganhos. A tese parte do princípio que o progresso técnico se desenvolveu de forma desigual nos dois polos da economia. No centro, promovendo um nível homogêneo de desenvolvimento tecnológico. Na periferia, que teve a função de suprir o centro com matérias-primas, foi induzido apenas no setor de exportação. A segunda ideia importante para Cepal reside no fato que teria ocorrido uma mudança de direção no crescimento periférico a partir da I Guerra Mundial, num processo que ganharia um impulso decisivo após a Grande Depressão. Até então, o eixo dinâmico da economia se desenvolveu “para fora”. A partir de 1930, a economia passou a se “orientar para dentro”, em um processo espontâneo de industrialização (COLISTETE, 2007).

¹³ Com Raul Prebisch e Anibal Pinto. “Seu princípio normativo é a ideia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana. Trata-se, em resumo, do paradigma desenvolvimentista latino-americano” (BIELSCHOWSKY, 1997, p. 16).

evolução histórica, o papel dos agentes econômicos em uma sociedade, como é que se desenvolve, portanto, uma perspectiva estrutural histórica” (TAVARES, 1996, p. 132).

Neste sentido, segundo Bastos e D’Ávila (2009), o pensamento heterodoxo formou toda uma geração de economistas brasileiros. Para Mantega (1984), a importância do pensamento da CEPAL não reside apenas no fato de ter elaborado uma teoria do desenvolvimento latino americano, mas também de sua participação direta em polêmicas no Brasil, o que se traduziu em diversas páginas de jornais e revistas especializadas, em planos de governo praticados na segunda metade dos anos de 1950. Essa geração de economistas, da qual perfilam Conceição Tavares e José Serra, foi importante para os debates sobre política econômica e rumos da economia latino americana e especialmente a economia brasileira¹⁴.

Segundo Colistete (2007), a teoria cepalina esteve fundamentada na hipótese de que a industrialização seria capaz de se tornar o núcleo gerador do progresso técnico e da produtividade. Com isso, a condição de subdesenvolvimento característico da região seria superada¹⁵. Tavares procurou aprofundar essa questão em seus estudos acerca do desenvolvimento na América Latina, sobretudo no Brasil. Nesse sentido, o

seu primeiro trabalho influente, [...], inseria-se na tradição cepalina e explicativa o que foi o processo de substituição de importações, repensando-o, inclusive, teoricamente. A interpretação da Cepal tinha vários componentes importantes, que foram assumidos pela autora. Entre eles, a ideia de que o desenvolvimento não se dava em todos os lugares da mesma forma, seguindo as mesmas etapas. Uma vez que alguns países lograram industrializar-se, a dinâmica de poder no conjunto da economia mundial relegava os demais a um papel dependente e periférico (POSSAS, 2007, p. 446).

Vale lembrar que as principais fontes teóricas para Langoni foram autores como Theodore Schultz e Gary Backer – grandes expoentes a marcarem o campo da Teoria do Capital Humano na Escola de Chicago -, já para os de origem cepalina se formaram na tradição desta escola. A “Cepal ensinava naquela altura os grandes autores críticos, justamente ela sabia que as acadêmicas ensinavam uma pseudoteoria neoclássica de baixo nível. A Cepal dava Schumpeter e Kalecki [...]” (TAVARES, 1996, p. 132). Segundo Tavares (1996), o ensino na Cepal visou fundamentar as teorias do desenvolvimento.

¹⁴ O fundador e grande expoente dessa tradição foi Celso Furtado que não apenas teve uma contribuição importante na produção intelectual desde a década de 1950, com o seu livro clássico Formação econômica do Brasil, mas também participou ativamente como *policy maker* através do relatório da comissão Cepal-BNDE, fundou a Sudene e contribuiu para a elaboração do Plano Trienal. Sobre a influência de Celso Furtado no pensamento heterodoxo ver Bastos, D’Ávila (2009).

¹⁵ Para Celso Furtado, o subdesenvolvimento é uma condição da estrutura do padrão de desenvolvimento do Brasil (Bastos; D’Ávila, 2009).

os autores cepalinos elaboraram uma estrutura conceitual própria que deu suporte e legitimidade às propostas de política econômica oriundas da Cepal. Esse conjunto de proposições teóricas e de políticas econômicas deu substância ao que passou a ser chamado de desenvolvimentismo cepalino, referindo-se o termo às teses dos autores da Cepal que propunham que a industrialização apoiada pela ação do Estado seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento latino-americano (COLISSETE, 2007, p.27).

Assim, o pensamento econômico da CEPAL evolui em contraposição ao ideário de economia liberal de livre mercado¹⁶.

O pensamento heterodoxo desenvolvimentista latino-americano em geral, e brasileiro em particular, nasce das ideias e do ambiente intelectual desenvolvimentista mundial dos anos 1940 e evolui com a incorporação de outras contribuições heterodoxas, principalmente de autores de alguma forma ligados à tradição de Cambridge, como Kalecki, Kaldor, Joan Robinson e outros, como Steindel, Labini, Minsky. Essa trajetória, entretanto, não foi linear, envolvendo debates, controvérsias, revisões de posições por diferentes autores e mesmo divergências nunca sanadas (BASTOS; D'ÁVILA, 2009, p. 176).

Durante a década de 1960, “enquanto a maioria dos autores da Cepal estava ocupada nas controvérsias acerca da inflação e dos limites estruturais ao crescimento, os economistas da ‘Cepal do Brasil’ precisavam explicar o sucesso da industrialização no país” (BIELSCHOWSKY, 2011, p. 3). A década de 1960 e o início da década seguinte foram importantes muitos voltaram do Chile para o Brasil¹⁷ - vale frisar que em 1973, houve um golpe no Chile que depôs Salvador Allende. Em 1967 Tavares, em conjunto com José Serra, lançam o texto *Além da Estagnação*. A análise deste texto será aprofundada na seção dedicada ao envolvimento de José Serra nos debates sobre a distribuição da renda. Por ora, interessamos mostrar que este texto é um marco temporal importante e serviu de base para outros estudos, não apenas de economistas, mas de pensadores que buscaram essa fonte de inspiração para contestar o modelo econômico brasileiro.

¹⁶ Para Bielschowsky “Este ataque objetivava dar suporte a medidas governamentais, em particular ao planejamento e ao protecionismo, que eram vistos como meios de se alcançar industrialização rápida e eficiente e, conseqüentemente, de se alterar o curso da história dos países subdesenvolvidos. No caso específico do debate latino-americano, também se encontra um segundo conjunto de discordâncias, dirigidas às políticas do Fundo Monetário Internacional. A abordagem estruturalista consistiu, como se sabe, em explicações não convencionais sobre as causas da inflação e dos problemas do balanço de pagamentos, e também objetivava dar suporte a medidas de políticas heterodoxas destinadas à aceleração do processo de industrialização” (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 11-12).

Para Bastos e D’Ávila (2009), a teoria do desenvolvimento cepalino se apresenta como uma crítica à ortodoxia neoclássica, responde a condições históricas empíricas específicas.

¹⁷ Em entrevista, Carlos Lessa lembra como o paradigma da Cepal foi importante para o pensamento econômico brasileiro: “[...] Assim, eu fui beneficiário dessa pedagogia especial, singular, que deu oportunidade a mim, a Maria da Conceição, a Antônio Castro e outros de participar de um pequeno grupo privilegiado e viver essa experiência”. (LESSA, 1981, p. 175).

Em 1972, o Jornal Opinião dedicou uma matéria sobre o debate acerca da distribuição da renda, intitulada Milagre Brasileiro – o grande debate. O veículo indicava que o debate sobre a questão mobilizou alguns economistas, como aqueles pertencentes aos quadros do governo, por exemplo Mario Henrique Simonsen e Delfim Netto. De acordo com a matéria veiculada no Jornal Opinião, “Os economistas da linha oficial, também tem sua interpretação do ‘milagre’, alias muito mais difundida do que os trabalhos dos economistas contrários ao modelo” (MILAGRE...,1972, p. 12). Neste trabalho, procuramos dar destaque ao trabalho de Langoni como um intérprete da questão da desigualdade de renda que atuou como um porta-voz técnico do governo, por isso a sua interpretação lhe é inerente à oficialidade. Por outro lado, tal como buscamos ressaltar, a questão também preocupou economistas de uma linhagem crítica, nesta edição representados por aqueles que se ligaram à tradição cepalina ou membros da esquerda refugiada. Assim, menciona-se no jornal:

A partir do ‘Além da Estagnação’ formou-se portanto uma nova corrente de pensamento econômico no Brasil. Essa corrente conta hoje para mencionar apenas os autores de trabalhos recentes sobre o comportamento global da economia brasileira – com José Serra (O milagre econômico brasileiro, realidade e mito) Celso Furtado (“A análise do modelo brasileiro”); Francisco Oliveira (A economia brasileira critica a razão dualista); e Paul Singer (O milagre brasileiro: causa e consequências) [...] (MILAGRE...,1972, p. 12).

Com efeito, estes pensadores passaram a se envolver em controvérsias sobre a economia brasileira. Em relação à economia, torna-se representativo de um debate que nasceu em instituições de produção do conhecimento e se espalhou o debate público a partir de circulação de jornais e revistas que buscaram evidenciar a questão. Em se tratando especialmente desta edição do Jornal Opinião, os estudos de Langoni perfilam ali como a interpretação ligada aos economistas da “oficialidade”. Maria da Conceição Tavares, então, envolve-se em polêmicas com Carlos Geraldo Langoni (KROPF; LAMARÃO, 2017).

A questão sobre a distribuição da renda inspirou outros estudos de Maria da Conceição Tavares. Depois da experiência no Chile, ela também se encarregou de abordar a questão já na condição de professora da Unicamp. Para revisitarmos essa fase da vida de Tavares como uma intelectual no campo dos economistas críticos ao governo, primeiramente observaremos como se deu a ascensão do Instituto de Economia da Unicamp.

Com a situação difícil por lá, as universidades brasileiras se tornaram um local de “refúgio” para estes. Esse entendimento e busca por interpretação do desenvolvimento econômico foi importante para orientar os esforços iniciais do Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O

DEPE foi criado em 1968, dentro do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. O ensino de Economia inicia-se em 1970, o mestrado em 1974 e o doutorado em 1977.

Em seus primórdios, o curso de economia na Unicamp nasceu da insatisfação de grupo de professores ligados à Cepal, para estes, segundo Cano (2007), os cursos da área eram formados por uma base fraca, longe de explicar a realidade nacional. Em 1968, iniciam-se os trabalhos em cursos de especialização nas áreas de Planejamento Econômico – em convênio com a CEPAL -, cujo objetivo era “difundir técnicas modernas de planejamento (macro e microeconômico), para preparar quadros habilitados para o desempenho de funções públicas e privadas [...]” (CANO, 2007, p. 200). Até a consolidação do Instituto de Economia da Unicamp, a marca de Campinas consistiu, de acordo com o referido autor, em contemplar disciplinas como “Economia Política, História Econômica, Economia Brasileira, e, onde couber, o confronto com a situação internacional” (CANO, 2007, p. 201).

A perspectiva de análise de Conceição Tavares aborda os problemas da evolução do capitalismo no Brasil a partir do método de economia histórico-estrutural:

o método ‘histórico-estrutural’ no pensamento econômico latino-americano deve-se a ele [Raúl Prebisch] e Furtado. E nós todos, seus discípulos, somos históricos estruturais, todos” O Carlos Lessa idem, o João Manuel Cardoso de Mello também. Não importa que o João Manuel critique a teoria da CEPAL, ele a critica usando as relações sociais de produção mas é uma crítica interna. Não importa que ele critique a Teoria da Dependência, ele não a nega, critica-a por dentro, mesmo que os seus fundamentos teóricos sejam schumpeterianos ou marxistas! Portanto ele estará no interior da escola latino-americana fazendo uma crítica histórico-estrutural (TAVARES, 1996, p. 134).

A trajetória do pensamento econômico desenvolvido pela UNICAMP marca essa geração, representada por “teses complementares entre si de Mello (1975), que buscam responder às questões deixadas em aberto por Tavares e Serra (1971) analisa as condições históricas que resultaram no padrão de acumulação de 1970” (BIELSCHOWSKY, 2011, p. 7). Neste sentido, a teoria cepalina pôde influenciar o pensamento econômico nacional tanto entre os intelectuais e também os formuladores de políticas econômicas que, reservadas algumas diferenças, desenvolveram trajetória acadêmica na Escola de Campinas.

Para Maria da Conceição Tavares (1996), esse método caracteriza a escola de pensamento na qual se formou uma safra de pensadores. Essa concepção do papel das estruturas é similar àquela desenvolvida pela CEPAL. São estes quadros de análise que determinam as estruturas que caracterizam os distintos períodos históricos. Isso iluminou análises da macrodinâmica da economia. Tal perspectiva macro é comum às teorias da

dependência e do capitalismo tardio, embora nestas predominem conceitos de origem marxista ou kaleckiana. Nessas teorias, o lugar ocupado pela história caracteriza as estruturas em cada etapa do desenvolvimento econômico.

Assim, todos esses conceitos iluminam as análises de Maria da Conceição Tavares acerca da economia brasileira. Na sua trajetória, enquanto acadêmica, os seus estudos já contestaram as políticas econômicas colocadas em curso pelos governos militares. Neste sentido, Maria da Conceição Tavares marca as controvérsias nas quais se engajou, aumentando o espectro do debate sobre distribuição de renda.

Nessa linha de interpretação, Maria da Conceição Tavares, então professora do DEPE-UNICAMP, publicou *Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização: um ensaio preliminar (1973)* – artigo apresentado no I Encontro Anual da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia e também publicado na coletânea de textos organizados por Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli, como já mencionado. O texto é uma importante explicação sobre a distribuição funcional da renda. Assim, é necessário identificar as relações básicas entre estrutura de repartição e produção da renda, inerentes ao próprio processo de acumulação e de reprodução do próprio sistema,

De nosso ponto de vista é possível utilizar os conceitos básicos dos esquemas de reprodução para chegar a uma visão de como se podem modificar as características básicas de articulação endógena entre distribuição de renda e acumulação em distintos padrões históricos de acumulação. Nossa tentativa se orientará por buscar as formas pelas quais se vai resolvendo dinamicamente a contradição entre produção e realização de um excedente conforme a orientação do progresso técnico e do processo de acumulação se dê em forma dominante por um outro dos três grandes Departamentos de um sistema econômico em expansão (TAVARES, 1975, p. 37).

Neste esquema interpretativo, a dinâmica da economia são os ciclos endógenos de acumulação do capital como os motores da economia. Visto que se trata de uma economia industrializada, o contexto de capital e suas relações inter-setoriais são importantes. Para analisar estes ciclos, a perspectiva histórica foi utilizada para explicar a evolução – que evidencia a marca interpretativa de uma geração de economistas dos quais Maria da Conceição Tavares fez parte. Esse aporte teórico marca toda uma geração de interpretações sobre a constituição do capitalismo no Brasil, como ressaltado por Bielschowsky e Mussi (2005, p. 32): “[...] “dependente”, “associado”, “de Estado”, “dual”, “heterogêneo”, “tardio”, “perverso”, etc. Foi destacada a presença nesses escritos [destes economistas em] [...] tradições analíticas [...] filiadas à perspectiva histórica”. Esse paradigma se contrastou com o debate teórico de outras escolas. Assim,

[a] postura da UNICAMP consistiu na busca de um paradigma alternativo, fruto de um *mélange* entre o keynesianismo, a economia do desenvolvimento e as diversas correntes de crítica da economia política. Mas o centro dos esforços jamais foi este debate estratosférico [...] de aplicação dos mais variados elementos teóricos à história para forjar uma nova análise dos rumos do desenvolvimento brasileiro. Apresentar um caminho para o Brasil em meio à crise era o objetivo central dos campineiros; daí sua escolha pela pesquisa na macroeconomia e na economia política, bem como sua forte ligação com os partidos de oposição [...] (LESSA; EARP, 2004, p. 9).

Nesse sentido, para Maria da Conceição Tavares, a crítica da economia capitalista brasileira se dá em análises que introduzem os esquemas de repartição do produto considerando os três departamentos da economia. De acordo com esse aporte teórico, os três podem ser assim entendidos: “D1 correspondente ao setor produtor de bens de capital, D2 ao de bens de consumo capitalista e D3 ao de bens de consumo dos trabalhadores” (TAVARES, 1973, p. 37). Isto permite avaliar a redistribuição inter-setorial dos lucros, tanto pela via de modificação dos preços relativos como pela via das transferências de capital. Em certas etapas do processo de industrialização, essa diferenciação ajuda a compreender o problema da realização das economias.

A evolução dos três Departamentos varia de acordo com a evolução histórica das economias. Isso significa que quando se compara dois países, a evolução dos Departamentos não segue uma trajetória linear. Nos esquemas clássicos, a dinâmica inter-setorial dá-se basicamente entre D1 e D3. As condições se modificam quando a expansão de D1 leva a introdução do progresso técnico em D3 que aumenta a produtividade da mão-de-obra, permitindo aumentar a taxa de exploração. As condições de reprodução do sistema se modificam mediante uma queda do preço da mão-de-obra e aumento da competitividade entre os capitalistas. Já nas economias subdesenvolvidas, ela cria uma contradição particular: consumo dos trabalhadores *versus* consumo dos capitalistas. Esse modo de produção é inerente a uma economia subdesenvolvida desde a constituição dos padrões de reprodução. Consequentemente, uma economia capitalista não se pode expandir por muito tempo acelerando o crescimento “de D1 em relação a D3 sem criar sérios problemas de realização ou tendência à estagnação, a menos que se modifiquem, novamente, as condições de introdução do progresso técnico ou os preços relativos” (TAVARES, 1975, p. 42).

Podemos perceber como, ao utilizar os esquemas de reprodução, Tavares apresenta uma interpretação sobre a distribuição de renda que aponta que a desigualdade de renda no Brasil torna-se funcional. Neste sentido, a trajetória da economia caminhou em direção para a reprodução de uma repartição da renda desigual, dada as características do processo de industrialização nacional. Desse modo, a economia brasileira reproduz uma orientação

macroeconômica excludente. Essa linha argumentativa assumida por Conceição Tavares expressa à trajetória da autora em escolas que passaram a voltar as suas preocupações para problemas do desenvolvimento econômico, importantes para a gestação das ideias econômicas da Escola de Campinas.

A análise de Conceição Tavares, portanto busca esquematizar análises gerais e como estas se desenvolvem em economias subdesenvolvidas. A modificação do padrão de acumulação pode ocorrer endogenamente de três maneiras: 1) Via aumento da competição capitalista em D1: queda nos preços de bens de capital, verificando uma redistribuição dos lucros de D1 para D3, aumentando o emprego e o consumo dos trabalhadores; 2) Os capitalistas de D1 respondem a uma tendência aos baixos lucros, dirigindo o progresso tecnológico no sentido de poupar capital, isto é, barateando o custo relativo de produção dos bens de capital; e, 3) Utilizar os lucros crescentes de ambas formas de expansão em D3 e D1 para intensificar o consumo capitalista mediante a transferência de capitais para a instalação de um novo Departamento: D2, especializado na produção e diversificação crescentes dos bens de consumo capitalista. Assim,

O equilíbrio dinâmico depende agora basicamente de como se reparte o excedente entre consumo e investimento dos capitalistas e de como a taxa de acumulação, que deriva do crescimento de ambos determina o ritmo de crescimento dos salários, estabilizando ou não a taxa de exploração da mão-de-obra (TAVARES, 1975, p. 44).

No entanto, esse esboço não pode ser aplicado aos países subdesenvolvidos, mesmo naquelas onde existem os três Departamentos. Assim, de fato, ao indicar, chama-se atenção para abordagens que façam sentido para explicar os padrões de acumulação num processo de industrialização que é periférico e retardatário ao mesmo tempo. A desigualdade de renda, como salientado por Langoni, não está calcada em uma explicação meramente individual, que se expressa no nível educacional de cada membro da sociedade. As desigualdades de renda observadas em esquemas trissetoriais são inerentes à evolução dos setores produtivos e de acumulação de capital no Brasil.

Maria da Conceição Tavares menciona os padrões de processo de desenvolvimento dos três setores que se desenvolvem de acordo com o processo de industrialização de cada país. Os esquemas do desenvolvimento dos três setores são perceptíveis a partir de análises históricas, as quais podem ser:

- a) nas primeiras etapas de um processo de industrialização, um padrão de acumulação urbano se dê orientado principalmente sobre o D3, mas devido às condições de abundância da mão-de-obra – em decorrência de migrações urbanas

-, o nível de reprodução da mão-de-obra os salários médios na indústria podem se manter iguais aos custos de reprodução da mão-de-obra urbana. Neste esquema, os incrementos de produtividade serão apropriados em benefício do consumo do capitalista e da própria acumulação de D3;

- b) um segundo padrão de acumulação pode vir a estabelecer-se em países de industrialização retardatária quando o progresso técnico passa a incorporar-se sob a forma de intensificação de capital, seja pela via da modernização do setor D3, a instalação do setor D2 ou uma maior expansão da capacidade produtiva em D1 relativamente em comparação aos demais setores. Desta vez a dinâmica das relações intersetoriais se torna mais complexa, mas é evidente que a distribuição funcional da renda entre salários beneficia ainda mais os lucros, realimentada pelos gastos dos capitalistas em consumo (D2) e do investimento (D1) (TAVARES, 1975).

Para Conceição Tavares (1975), a primeira etapa de industrialização nestes países - se denominou substituição de importações-,

continuava orientando-se claramente pela expansão do Departamento 3, só que dessa vez com poderosos efeitos de acumulação endógena e, portanto, de reprodução ampliada. Quer dizer que nessa etapa se estabelecem os primeiros nexos industriais com um D1 (produtor de bens de capital), por efeitos endógenos, derivados da expansão da demanda interna (TAVARES, 1975, p. 56).

Foi durante a Segunda Guerra Mundial, que as tendências concentradoras se acentuaram, o que marca um momento de mudança da trajetória da economia. O seu efeito acelerador provocou uma onda de investimentos privados e um forte aumento do gasto público, com efeitos sobre a expansão interna e pressões adicionais sobre a capacidade de importar. “Nesse sentido, vão em favor da dinâmica da acumulação tanto o aumento do emprego nos setores modernos e intermediários urbanos como as políticas salarial e assistencial de corte populista da época” (TAVARES, 1973, p. 58).

No entanto, em geral, quando a distribuição da renda não tenha mudado sua estrutura básica tradicional, no que diz respeito à concentração no topo e aos níveis de pobreza rural, e em muitos casos possa mesmo ter aumentado o coeficiente global de concentração, “o fato fundamental reside em que se foi produzindo um alargamento dos estratos intermediários de renda urbana com uma dispersão não muito grande em torno da renda média nacional, em crescimento” (TAVARES, 1973, p. 59).

Na etapa seguinte, em meados da década de cinquenta, em alguns países de maior dimensão absoluta de mercado, iniciou-se a etapa de industrialização ‘pesada’ sob o controle do capital estrangeiro e parte complementada por novos investimentos públicos. Nessa etapa que se prolonga até por volta de 1970, os ramos dinâmicos da economia por excelência são os de consumo duráveis (D2) e, em alguns casos, de insumos e equipamentos para a sua implantação. Neste esquema agora a redistribuição da renda é em favor dos estratos médios urbanos e em detrimento dos assalariados. Assim, a distribuição da renda é funcional para esse tipo de acumulação, pois “passa a ser um pré-requisito para o funcionamento correto desse tipo de setores e não apenas um resultado a *posteriori* da concentração econômica urbana” (TAVARES, 1975, p. 59).

Essa situação provocou diversas tensões sociais em países da América do Sul, a partir de uma disputa em torno do quadro distributivo. Sobretudo no Brasil, um país de inflação crônica foi possível conter a pressão salarial dos operários e de outros setores da base e ao mesmo tempo aumentar as faixas de emprego e de remuneração das classes médias – o mesmo não aconteceu nos países vizinhos, como ressalta Conceição Tavares (1973). Esse esquema de reprodução foi possível, a partir de

uma redução brusca do salário mínimo urbano e da implantação de esquemas de financiamento interno e externo de atividades públicas e privadas (construção, setor financeiro, serviços de propaganda e comunicações), o novo padrão de acumulação voltou a ganhar dinamismo, e a distribuição regressiva dos acréscimos de produtividade e renda tenderam a confirmar os esquemas concentradores que facilitam uma diversificação e ampliação vertical do mercado consumidor (TAVARES, 1975, p. 60).

A partir de 1967, a economia brasileira se recuperou, mas manteve a posição antagônica entre consumo dos trabalhadores e consumo dos capitalistas a partir da queda na taxa de salário e de um incremento da taxa de exploração. A trajetória de recuperação se deu pela recuperação do investimento público e a expansão acelerada do consumo dos capitalistas, precedendo a recuperar do investimento privado, impossibilitando o aumento do consumo dos trabalhadores.

Em síntese, as análises de Maria da Conceição Tavares levaram adiante as críticas ao capitalismo brasileiro. Ao dimensionar historicamente a evolução do capitalismo brasileiro, a autora coloca em perspectiva os esquemas de repartição da renda. O problema da desigualdade de renda está calcado na produção social dos rendimentos. Sendo assim, as fronteiras de análise da Controvérsia de 70 se distanciam das análises de Langoni que enaltecem apenas os níveis individuais de renda, cuja fonte é o nível de educação que dispõe o indivíduo. A interpretação de Langoni dimensiona as desigualdades de renda apenas

como um problema de *performance* do crescimento econômico, ao passo que nas análises de Maria da Conceição Tavares as desigualdades de renda decorrem de aspectos funcionais da distribuição dos rendimentos.

4.1.2 José Serra e a CEPAL

O envolvimento de José Serra nas polêmicas acerca da desigualdade de renda em 1970 é importante, pois está se completando o mosaico de interpretações sobre essa questão. A partir daí, reforça-se a dinâmica do pensamento econômico, elencando o seu caráter conflitivo. Esse conflito, como já assinalamos, dá-se em relação às interpretações de economistas que estiveram mais ou menos ligados com o governo. Podemos desse modo, articular os lugares-chaves de produção do conhecimento e as justificativas sobre a distribuição de renda naquele contexto.

José Serra se formou em Engenharia pela USP, em 1964, ano no qual também começou a militância estudantil, ocupando a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE). Neste período, ele foi perseguido pelos militares, a solução foi partir para o exílio. No ano seguinte, transferiu-se para o Chile, onde trabalhou como pesquisador e professor da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU). Paralelamente, fez o curso de planificação de desenvolvimento econômico (especialidade planificação industrial), encerrado ainda em 1966, e o curso oferecido pelo Programa de Estudos Econômicos para Graduados Latino-Americanos (Escolatina), na Universidade do Chile, concluído em 1968. Nesse mesmo ano foi professor e pesquisador do Instituto de Economia da Universidade do Chile, também pela Escolatina. Ainda nessa instituição foi professor da cadeira de estruturas e modelos de desenvolvimento da América Latina (1969-1970 e 1972-1973). Em 1972 obteve o grau de mestre em ciência econômica por essa mesma universidade.

Do período em que esteve no Chile, Serra (2009) destaca o seu encontro virtuoso com os cepalinos, representando um convívio e uma interlocução intelectual no âmbito dos exilados na América Latina. José Serra (2009) ressalta os motivos pelos quais a CEPAL representou um convívio virtuoso em sua trajetória: primeiro porque para ele “Santiago era uma espécie de centro intelectual da América Latina, lá havia instituições internacionais de âmbito latino-americano” (SERRA, 2009, p.185). O Instituto Latino-Americano de

Planejamento Econômico e social (ILPES), expressa este formato de instituição, pois “[...] era agregado à CEPAL [...] O ILPES foi um instituto que o Raúl Prebisch criou depois que deixou a secretaria da Cepal, mais voltado para a docência e a pesquisa” (SERRA, 1999, p. 120). Serra destaca que desse encontro com os cepalinos, sobretudo aquele que “teve mais influência sobre mim na época foi o Aníbal Pinto, um economista da Cepal, que havia sido chefe do escritório da comissão no Brasil e com quem eu passei a trabalhar” (SERRA, 2009, p. 182). Do trabalho com o professor Aníbal surgiram “[...]alguns dos artigos pioneiros sobre as características e determinantes da distribuição pessoal da renda no processo de desenvolvimento” (SERRA, 1998, p. 4). Destes estudos de Aníbal Pinto em 1970, destacam-se aqueles que visaram explicar as especificidades da economia latino americana, com ênfase para os agentes envolvidos neste processo¹⁸.

Desse contato, Serra se tornou tributário das ideias de Aníbal Pinto. Foi com Aníbal Pinto que as preocupações sobre a estrutura de demanda e o processo de concentração de renda ganharam destaque¹⁹. De acordo com Octávio Rodriguez (2009), a análise de Pinto “foi a de maior difusão e ressonância durante o período em que este enfoque manteve um peso significativo no contexto do estruturalismo latino-americano” (RODRIGUEZ, 2009, p. 313). Dessas análises, provêm as argumentações acerca do “estilo de desenvolvimento”, “desenvolvimento excludente”, nomenclaturas amplamente difundidas durante os anos de 1970 (RODRIGUEZ, 2009). Segundo essa linha interpretativa, esse caráter excludente do desenvolvimento econômico na América Latina tem raízes no processo de industrialização, responsável pela acentuação do processo de heterogeneidade estrutural, o que trouxe implicações para a piora na distribuição da renda, isto é, houve naquele período uma concentração dos ganhos.

¹⁸ “Nos anos 70, Aníbal Pinto — em ‘Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina’, *Revista da Cepal* (1976); e em ‘Estilos de desenvolvimento: conceitos, opções, viabilidade’, *Trimestre Económico* (1978) — propõe debater o desenvolvimento econômico em um movimento que caminhe dos níveis mais gerais de abstração — da ideia de sistema (capitalista ou socialista), passando pelas dimensões estruturais de território, população, aparelho produtivo, inserção internacional, até a ideia de estilo — pensado como ‘a maneira pela qual, dentro de um determinado sistema, se organizam e se destinam os recursos humanos e materiais com o objetivo de resolver as interrogações sobre o que, para quem, e como produzir bens e serviços’. Na ideia de estilo é, para Aníbal Pinto, fundamental identificar o(s) agente(s) que conduz (em) o processo. Estabelece a ponte, sem qualquer reducionismo, com a política, incorpora inclusive o ideológico e tem presente o marco geopolítico. Obriga o ensaísta ao recurso da análise comparativa e possibilita organizar a visão de etapas sequenciadas de um determinado processo de desenvolvimento[...]”. Sobre o pensamento econômico de Aníbal Pinto ver Lessa (1998).

¹⁹ As análises de Aníbal Pinto partiram das críticas empreendidas contra as interpretações de Celso Furtado. Segundo Rodriguez: “Parece, portanto, que, atendo-se às análises de Furtado relativas à demanda, a razão do estancamento (ou da lentidão do crescimento) seja encontrada rastreando as suas ligações com os salários e a concentração da renda” (RODRIGUEZ, 2009, p. 320).

Ainda segundo Rodriguez (2009), Serra e Maria da Conceição Tavares, em *Além da Estagnação* (2009), levaram adiante as críticas a Celso Furtado e ampliaram as argumentações sobre a distribuição da renda. Isto é, “durante a década de 1960, se conformam condições de acumulação e crescimento características de um novo estilo de desenvolvimento, que no início de 1970 foi chamado com frequência de concentrador e excludente [...]” (RODRIGUEZ, 2009, p. 340). Para estes dois autores, durante a década de 1960 ocorreu uma crise no Processo de Substituição de Importação (PSI) e a ascensão de um novo estilo de desenvolvimento que reforçou o seu caráter excludente e perverso.

As circunstâncias históricas e institucionais levaram Conceição Tavares e José Serra a se inserirem no debate sobre o padrão de distribuição de renda alinhado ao contexto intelectual no qual estiveram envolvidos. Em 1972, o *Jornal Opinião* cita os argumentos levados e Maria da Conceição, no periódico há a identificação dos trabalhos conduzidos pelos dois autores como sendo inerentes à tradição cepalina (MILAGRE..., 1972). Nesta edição, as análises destes autores e identificada em contraposição aos economistas que pertenciam ao governo. José Serra comenta a produção deste artigo com Tavares.

Esse artigo nasceu de uma crítica a um texto do Celso Furtado sobre estagnação na América Latina. Lembro que fui dar um curso de um mês na Venezuela, em 1970, quando eu estava na Cepal, e todos estavam encantados com o artigo do Celso. Então, fiz uma espécie de seminário crítico do artigo dele, foi daí que surgiu a ideia então de escrever uma resposta. Como a Conceição concordou com minha análise tinha outras, com as quais eu concordava. Decidimos escrever algo juntos [...] (SERRA, 2009, p. 188).

Como argumenta Bielschowsky, “a década de 1970 forma um todo relativamente homogêneo na história da Cepal, já que permaneceu resguardado o interesse central pelas análises de médio e longo prazo e, nele, a discussão sobre ‘estilos’” (BIELCHOSWKY, 2000b, p. 45). Assim, sob a inspiração de Aníbal Pinto, Serra e Tavares em seus trabalhos levam adiante as explicações para o termo “estilos de desenvolvimento”. Para os autores expõe as características do desenvolvimento à luz das experiências latino-americanas:

[...] O que o artigo mostra é que você pode ter dinamismo econômico com aprofundamento de desigualdade, algo que não é incompatível com o capitalismo. Talvez a graça do artigo seja ter procurado ver como as coisas são, e não como deveriam ser. Não era propositivo, nem propunha reforma alguma, dizia simplesmente: ‘olha, esta é a dinâmica e estes são os problemas [...]’ (SERRA, 2009, p. 188).

O trabalho de Conceição e Serra analisava “a experiência brasileira [...] mas a conclusão geral pode ser considerada uma das peças inaugurais da nova linha analítica cepalina, sobre ‘estilos’” (BIELSCHOWSKY, 2000b, p. 50). Verifica-se assim que o

envolvimento de Serra e Tavares em controvérsias na economia brasileira é concebido a partir dos problemas de desenvolvimento econômico, o seu atraso tecnológico característico em relação às economias centrais e a sua repartição desigual da renda eram problemas específicos da América Latina²⁰.

Esse caudal caracteriza a concepção dos autores do estilo de desenvolvimento da região que apresenta como sendo perverso. Assim, a dinâmica das economias periféricas aludia

a concentração de renda que reajustava a estrutura de demanda na direção da estrutura produtiva existente, ampliando o consumo das classes médias e altas, e ampliando o excedente para financiar a acumulação. Tratava-se de um estilo de crescimento ‘maligno’ [...] ou ‘perverso’, que é como os autores apelidaram o pretense ‘milagre’ brasileiro, exibido pela ditadura de então com base nas aceleradas taxas de crescimento da época (BIELSCHOWSKY, 2000b, p. 50).

Ao caracterizar os desdobramentos do desenvolvimento econômico, para os autores sobrepunha-se o caráter perverso era inerente ao estilo de crescimento que ora estava ocorrendo nas economias da região. Esse desenvolvimento econômico observado na região teve uma contrapartida muito clara, a saber, o seu caráter de socialmente injusto, às vezes em decorrência de políticas econômicas colocadas em cursos pelos governos militares. Tratava-se de um modo de entender as especificidades da realidade histórica da região. Como salienta Bielschowsky e Mussi (2005), na área de economia esse trabalho foi o texto de maior impacto analítico, ideológico e político do período da ditadura militar. Sobre o artigo, comenta o próprio José Serra,

[...] Minha contribuição maior foi na primeira parte, que faz a crítica da ideia da estagnação e analisa o papel das reformas do período Campos-Bulhões, as quais foram altamente funcionais para o dinamismo posterior da economia [...]. Partimos da ideia de que você poderia ter um desenvolvimento dinâmico e, junto, piora da distribuição da renda e aprofundamento da heterogeneidade estrutural da economia. Claro que se estas fossem melhores, o desenvolvimento poderia ser mais equilibrado. Isso ninguém discute. Qualquer bom analista vai concordar que a distribuição de renda mais igualitária – além de representar um valor em si- é boa para o crescimento econômico (SERRA, 1999, p. 126).

²⁰ “Conceição e Furtado - e, à mesma época, também Aníbal Pinto – estavam naquele momento inaugurando na América Latina a história de um longo debate sobre as relações entre processos de crescimento e de distribuição de renda – sobre “modelos” ou “estilos” de crescimento - que perdura até hoje. A formulação se baseia na idéia da adequação entre perfis de oferta de bens e serviços com crescente emprego de tecnologias importadas de países com dotações de recursos diferentes dos nossos, a perfis de sua demanda que refletiam oferta abundante de trabalho, baixos salários e concentração de renda” (MUSSI; BIELCHOSWKY, 2005, p. 38).

Estes aspectos foram essenciais para o envolvimento de José Serra nas controvérsias sobre a economia nacional, definindo assim os seus principais interlocutores. Como se pode notar, ao se colocar no debate nacional sobre a distribuição de renda, o instrumental analisado utilizado por Serra buscou frisar o caráter perverso do desenvolvimento econômico no Brasil. Tal instrumental, primeiramente, contava menos com os princípios de matematização da economia, muito “embora tivesse uma formação razoável em Matemática [...], acabei não recorrendo muito a ela, [...] em função dos ambientes acadêmicos onde vivi que não estimulavam muito esse caminho” (SERRA, 1999, p. 125). Assim, Serra (1999) pode-se verificar um forte contraste aos economistas que se valeram dessas análises.

Foi dele a autoria do artigo chamado O Perverso Milagre Brasileiro. Em entrevista, Serra comenta que esse artigo foi publicado sob pseudônimo. De acordo com o Jornal Opinião (1972) “os economistas da linha oficial, também tem sua interpretação do ‘milagre’, alias muito mais difundida do que os trabalhos dos economistas contrários ao modelo [...]” (MILAGRE... 1972, p. 13). Tal como apontado na seção dedicada à Maria da Conceição Tavares, os economistas ligados ao governo tiveram uma maior participação no debate público, aparecendo mais em jornais. É sob essa perspectiva que o debate econômico implicava em algumas estratégias por parte de Serra. No debate, o artigo foi como um motivador para críticas ao governo Médici

[...] Como eu trabalhava na ONU, o artigo, que virou livro, saiu com pseudônimo. O termo ‘perverso’ se refere ao milagre econômico passou a ser adotado pelos críticos do período Médici e popularizou-se. Mas a ideia foi do Aníbal Pinto.

Voltando ao tema, se você não parte da ideia de que o desenvolvimento é o desenvolvimento das forças produtivas, você se atrapalha nas análises de interpretações e das mudanças e não identifica adequadamente as possibilidades de ação em relação ao futuro [...] (SERRA, 1999, p. 129).

Os problemas de desenvolvimento são vistos à luz do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil. O Milagre recebeu o adjetivo perverso, pois a desigualdade da renda era funcional às estruturas do capitalismo no Brasil. Esses elementos aparecem na contraposição entre os economistas ligados ao governo e aos argumentos de José Serra. Em 1973 ele escreveu o artigo A reconcentração da renda: justificações, explicações, dúvidas. Segundo próprio autor, o artigo “limita-se a criticar alguns enfoques sobre o processo de reconcentração da renda, realizado por economistas ‘oficiais’, cujo esforço analítico está voltado à apologia do modelo econômico brasileiro” (SERRA, 1973, p. 263). Neste sentido, o artigo passa por considerações desses economistas sobre a distribuição da renda, depois discute as principais explicações sobre a distribuição de renda. Por economistas oficiais José

Serra (1975) entende aqueles que ocupavam posição estratégica no governo, e, segundo o autor, o enfoque analítico oferecido por estes autores estava preocupado, sobretudo em fazer uma apologia às políticas econômicas dos governos militares²¹. Na classificação de José Serra, estes economistas eram representados por Eugenio Gudín, Roberto Campos, Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen²². Para Serra (1975), estes economistas ditos como “oficiais” foram capazes de relativizar a desigualdade de renda no Brasil na década de 1970, e não estabeleceram uma resposta satisfatória aos problemas da distribuição de renda no Brasil.

Dentro desse propósito crítico, o primeiro argumento que Serra menciona é que a desigualdade de renda, para alguns economistas, é normal diante da evolução da economia brasileira rumo à maturidade. Essa tônica da argumentação foi ressaltada também por Carlos Geraldo Langoni e a defensiva em seus artigos na imprensa escrita, ao buscar ressaltar que o que ocorrera no Brasil trata-se de um movimento natural da economia, em uma fase de transição, conhecido como um efeito Kuznets²³. Ou seja, a justificativa da desigualdade de renda se dá pelos mecanismos de mercado de uma economia em fase de transição. Parte dessa teoria que Serra denomina como Teoria Econômica Convencional encontraram suas justificativas no critério de Ótimo de Pareto, “segundo o qual o bem-estar social aumenta durante um processo de transformação econômica em que melhora a renda de alguns grupos – sempre que não piora a renda de outros” (SERRA, 1975, p. 264). Ao tentarem explicar as desigualdades de renda sob este prisma, os economistas “oficiais” buscaram argumentos racionais para defender as diferentes dimensões desse sistema e a realidade econômica de determinados períodos históricos. No entanto,

é falso o que habitualmente se sustenta, de que o aumento da renda pessoal dos setores mais ricos provoca um aumento da sua propensão a poupar e conseqüentemente eleva a propensão correspondente da economia. Sua propensão média a poupar pode ser mais alta que a dos grupos mais pobres, mas não tende a aumentar diante de incrementos da renda (SERRA, 1975, p. 266).

Em se tratando da economia brasileira, essa relação é inválida devido a duas características da economia brasileira: trata-se de uma economia subdesenvolvida e

²¹ Segundo Serra este trabalho visou “criticar alguns enfoques sobre o processo de reconcentração da renda, realizados por economistas ‘oficiais’ cujo esforço analítico está voltado à apologia do modelo econômico brasileiro” (SERRA, 1975, p. 263).

²² Eugenio Gudín ex-Ministro da Fazenda (1954-1955), publicou inúmeros artigos contra as políticas adotadas pelo presidente João Goulart. Já Roberto Campos foi Ministro do Planejamento (1964-1967), Delfim Netto desde 1967 ocupou o cargo de Ministro da Fazenda, Já Mário Henrique Simonsen atuou como presidente do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e, em 1974, passou a ocupar o cargo do Planejamento (Ver Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro).

²³ Sobre isso ver RAMOS, L. R. A.; REIS, J. G. A, Distribuição da renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil. In.: CAMARGO, J. M; GIAMBIAGI, F. **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 21-46.

dependente. A reconcentração da renda estimulou “a concentração de poder de consumo em benefício dos grupos mais altos” (SERRA, 1975, p. 266). Para José Serra as questões da piora da desigualdade de renda são definidas por estilos da formação do capitalismo no Brasil, isto é, são decorrentes de questões estruturais e repartição do produto entre as classes, aspectos que são funcionais ao sistema econômico. Essas características gerais da repartição da renda e de seus respectivos estratos políticos estavam já mencionado texto *Além da Estagnação* (1972), sobretudo no que tange as explicações do problema limitado de consumo e da distribuição de renda em favor dos setores médios urbanos em detrimento dos assalariados²⁴.

Neste sentido, a teoria do bolo é verdadeira para se tratar das classes mais altas, assim, “somente tem sentido se se admite que um número enorme do bolo presente e maior ainda do bolo futuro está já reservado ao consumo de setores minoritários privilegiados” (SERRA, 1975, p. 267). Essa argumentação é usada para fazer frente às teorias de economistas que ocupam lugares estratégicos no governo, buscando então construir os seus principais interlocutores e maneiras de organizar quem são os responsáveis por difundir essas teorias. Para Serra (1975) a teoria do bolo foi extensamente divulgada por Eugênio Gudim, Roberto Campos, Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen e por outros economistas que por Serra recebeu a denominação de economistas menores, sendo estes meros repetidores da tese, embora Serra não qualifique quem são estes economistas, os entende como legitimadores das teorias supracitadas. Isto é, para Serra a teoria do bolo ganhou a adesão por parte dos economistas ligados à burocracia do governo e foi usada para justificar os programas de desenvolvimento colocados em curso pelos governos militares.

Sob este sentido, José Serra (1975) entende que a tese defendida por Langoni (1973), cuja primazia está relacionada ao nível de educação e distribuição da renda, provém de uma explicação que guarda um aspecto importante: ela vem de um porta-voz do governo. Ela então resguarda um caráter de explicação alinhada com o governo. Embora Serra (1975) concorde que a educação pode levar a uma produtividade maior e consequentemente a ganhos salariais, isso deve-se, sobretudo, a casos meramente pontuais que são incapazes de ser generalizada

²⁴ Sobre isso: “A política do novo governo militar criou condições para uma reorganização do esquema distributivo ‘conivente’ ao sistema, começando por redistribuir a renda em favor dos setores das classes médias urbanas e contra as classes populares assalariadas. Esta redistribuição teve início primeiro ao nível do gasto, mediante novos esquemas ampliados de financiamento de bens duráveis e, posteriormente, pelo lado da renda, mantendo a queda dos salários mínimos reais mas permanecendo constantes os médios, permitindo uma abertura do leque da escala de remuneração em favor dos novos grupos médios emergentes. Tudo leva a pensar que a concentração na cúpula continuou e ainda com maior vigor, desde o significativo crescimento do excedente a partir de 1967, possibilitado por um nível de salários reais rebaixado em quase 30%, no caso do salário mínimo” (SERRA; TAVARES, 1972, p. 201).

para se conceber a estrutura da distribuição de renda no Brasil. A teoria difundida por estes economistas é insuficiente para explicar a desigualdade de renda, pois esconde o caráter perverso da economia brasileira. Na concepção de Serra (1975, p. 267) o

anseio de justificar essa distribuição leva a distorções teóricas e [...] se perde de vista o processo através do qual a distribuição é gerada, sua articulação com o padrão de desenvolvimento prevalecente bem como as contradições que envolve seu perfil e sua dinâmica do sistema produtivo.

Serra se apropriou da conhecida teoria do bolo para criticar os interlocutores políticos do governo. Sem aprofundar no assunto, Serra afirma que essa explicação não leva em consideração os estilos, os mecanismos das políticas salariais, e em alguma medida a posição social das famílias e seu nível de consumo bem como os mecanismos de repressão social aspectos estes que para Serra determinam os estilos da repartição da renda colocados em curso no Brasil.

Então, como explicitado nas palavras de Serra (1975), descortinam-se arenas de disputas cuja distinção é feita por economistas que estão dentro e fora do governo, isto é, entre os economistas quem tem ou que não tem influência no governo. Ou seja, aqueles que fazem parte do governo e do processo decisório. Assim, as lutas giraram em torno de projetos de desenvolvimento e de repartição da renda. As explicações que consagraram a referida teoria do bolo não se sustentam para José Serra, pois se “perde de vista o processo através do qual a distribuição é gerada, sua articulação com o padrão de desenvolvimento prevalecente, bem como as contradições que envolvem seu perfil e a dinâmica do sistema produtivo” (SERRA, 1975, p. 267).

Uma explicação razoável e suficiente para a desigualdade de renda no Brasil, não deveria “perder de vista que o aparato produtivo – seu volume, estrutura, formas de absorção e difusão do progresso técnico, etc – configura uma estrutura de demanda de mão-de-obra, em vários níveis (expressão de Paul Singer) a qual se associa a uma determinada distribuição dos salários” (SERRA, 1975, p. 274).

Na última sessão do artigo, Serra (1975) aborda a questão dos dados e análises empíricas. Para ele, todos os economistas ligados ao governo – tais como o Simonsen e o trabalho encomendado pelo Ministro da Fazenda, Delfim Netto -, trabalharam no sentido de relativizar a reconcentração da renda. Primeiro porque exclui o autoconsumo das classes,

isso porque é óbvio que ao longo da década diminui em termos relativos a parte da não-monetizada da economia, quanto mais não seja devido à disparidade de crescimento da população urbana e rural e à modernização de áreas agrícolas. E, apesar dessa diminuição, piorou a situação da renda monetária relativa dos setores da população para os quais o autoconsumo tem maior importância (SERRA, 1975, p. 282).

Para Serra (1975), o grupo mais alto dos estratos sociais recebe renda privatizada não-contabilizada no censo, o que, por sua vez, acentua as desigualdades. Essa renda financia os gastos de consumo dos grupos mais altos.

A natureza crítica do pensamento de Maria da Conceição Tavares e de José Serra pode ser explicada pelos lugares de onde foram influenciados. Tais influências se difundiram em seus estudos e proposições na área da economia. Para estes autores, a internacionalização das ideias se deu no âmbito da América Latina, sobretudo das influências intelectuais da CEPAL e, posteriormente, nas análises da Unicamp. Assim, os esquemas interpretativos destes autores se ligaram às tradições cepalinas, levando adiante as explicações que buscaram ressaltar a formação do capitalismo em países periféricos e seu aspecto excludente. Em suma, a trajetória de Tavares e de Serra e seus envolvimento nos debates sobre distribuição da renda durante a década de 1970 são paradigmáticos para deslindarmos as batalhas que permearam o campo dos economistas no Brasil.

4.1.3 Luiz Gonzaga Belluzzo e o DEPES – Unicamp

O pensamento econômico do período só é entendido se levamos em consideração as análises críticas. Ao dimensionar a análise levando em consideração estas interpretações críticas, conseguimos completar o entendimento dos diferentes autores, que sob a inspiração de diversas instituições e interpretações se incumbiram de buscar explicações para as desigualdades de renda em 1970. Entre estes economistas cuja obra assumiu um caráter mais crítico, podemos identificar as interpretações de Luiz Gonzaga Belluzzo.

Tal como vimos, as redes formadas pelos economistas também foram importantes para a composição das análises. Nesta perspectiva, o IPEA foi atuante na proliferação dos economistas norte-americanos no Brasil, provocando as disputas entre os economistas do governo e aqueles ligados ao Instituto assim como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), como um centro que exerceu relevância para as análises de Paul Israel Singer e os intelectuais que tiveram sua trajetória ligada à CEPAL e que ligavam ao centro através dos debates lá conduzidos. Essa rede entre os economistas também importa para o debate público, tal como vimos a análise de Langoni que se projetou no debate público se colocando ao lado do Ministro da Fazenda Delfim Netto, ao passo que outros economistas

de linhagem crítica se projetaram nas políticas econômicas. Em suma, o debate em torno da distribuição da renda traz em seu bojo uma disputa entre os economistas.

Como buscamos evidenciar a partir das análises de Maria Rita Loureiro (1997d), a década de 1960 representou um momento de modernização das instituições ligadas à produção do conhecimento em economia. Interessa-nos observar a evolução destes institutos e suas respectivas inserções no debate público, do qual a questão da distribuição da renda em 1970 é exemplificadora das disputas entre as instituições de conhecimento. Entre os seus primeiros membros estiveram entre eles alguns economistas que tiveram a sua trajetória ligada à CEPAL. Entre esses professores estavam Fausto Castilho, João Manuel C. de Melo, Luiz G. M. Belluzzo e Osmar O. Marchese, Fernando O. Figueredo, Roberto M. R. Gamboa e Wilson Cano. Posteriormente foram incorporados ao corpo docente Eolo M. Pagnanni, Antônio Barros de Castro, Carlos Lessa, Jorge Migioli e a Maria da Conceição Tavares. Posteriormente, passaram a integrar o corpo docente Carlos Barbosa, Carlos Kurkiewa, Frederico Mazzucchelli, José C. Braga, Liana M. L. A Silva, Luciano G. Coutinho, Paulo Baltar e Sergio Silva (CANO, 2007).

Procuramos destacar o pensamento de Belluzzo como um dos seus representantes para o entendimento das controvérsias sobre a distribuição da renda em 1970. Luiz Gonzaga Belluzzo se formou em direito e em Ciências Sociais, ambos na USP em 1965. Em 1966 ele realizou o curso de treinamento em problemas ligado ao ILPES da Comissão Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Tal Escola se projeta no pensamento econômico nacional com preocupações que, segundo Cano (2007), surgiu como uma insatisfação em relação à má qualidade dos cursos de economia, pela baixa capacidade crítica que ofereciam diante da realidade nacional e pela alienação teórica e política. Neste sentido,

tinha como objetivo central possibilitar uma visão crítica da economia, das diferenças que separam os países subdesenvolvidos dos desenvolvidos e, especialmente no caso do Brasil de então, tentar preparar um ‘antídoto’ para a ideologização e alienação que o regime militar tentava impor ao país, notadamente por meio dos cursos de economia (CANO, 1998, p. 9).

O projeto inicial do instituto de economia surgiu como o Departamento de Planejamento Econômico e Social (DEPES), criado em 1968. Para Belluzzo (1996), a estruturação do “[...] Departamento da UNICAMP foi criado como um Departamento de Economia e Planejamento Econômico, para aproveitar a experiência da CEPAL. O primeiro curso dado foi Planejamento Econômico, que tinha uma estrutura semelhante à da CEPAL” (BELLUZZO, 1996, p. 253). Assim, o ensino da economia no Departamento de Economia da

UNICAMP, desde a sua formação, já expressa algumas diferenciações entre os economistas dentro de um contexto de modernização dos institutos de pesquisa em economia. Wilson Cano (2007), um dos expoentes dessa escola, mais enfaticamente assim contextualiza a ascensão do DEPES: “[...] se deu em um momento importante, a saber o endurecimento do regime militar instaurado no país pós-64 [...] o programa assumiu críticas na luta contra a ditadura e contra a economia política do regime militar” (CANO, 2007, p. 200).

Essa diferenciação se torna mais apreciável quando o próprio Belluzzo (1996) se lembra da criação do Departamento:

Quando nós organizamos o curso de graduação, pensamos em um modelo com um curso básico, em que se daria uma formação mais geral ao aluno, que só a partir do segundo ano começaria a entrar no *currículum* propriamente de Economia. De certa forma isso tinha o propósito de diferenciar o curso da UNICAMP em relação aos cursos de Economia existentes (BELLUZZO, 1996, p. 253-254).

Com o projeto de ensino do DEPES, as reflexões desenvolvidas pelos seus membros visaram entender a formação do capitalismo no Brasil, sendo especial para a compreensão dos desdobramentos históricos do capitalismo nacional. No horizonte de conhecimento desta Escola havia a preocupação de tornar os alunos como críticos da política econômica e do capitalismo²⁵. Isso também pode ser visto mais tarde, em 1974, quando foi criado o programa de pós-graduação do Instituto de Economia da UNICAMP²⁶. Há certa homogeneidade teórica

²⁵ Por exemplo, o texto elaborado para o curso de introdução à economia foi preparado “tendo como base a visão estruturalista da CEPAL [...], isto é, que comportasse também visões teóricas compatíveis com a boa doutrina keynesiana, marxista ou schumpeteriana” (CANO, 2007, p. 201). Em relação à ascensão do Instituto da UNICAMP como uma escola dedicada à produção de conhecimento, comenta João Manuel Cardoso de Mello: “Pela definição de um campo comum de discussão: levar adiante a crítica ao capitalismo no Brasil. E isso numa conjuntura muito particular, definida pela terrível derrota da esquerda representada pela “revolução de 64”, pela vitória do capitalismo plutocrático. Havia então dois marcos críticos fundamentais, Um Projeto para o Brasil, do Furtado, e A Revolução Brasileira, de Caio Prado que nos pareciam insuficientes. Maria da Conceição Tavares já tinha dado um passo fundamental ao escrever, Com José Serra, “Além da Estagnação”, e este ensaio primoroso que é “Natureza e Contradições do Desenvolvimento financeiro Recente”, Francisco de Oliveira – pessoa que, com o tempo, aprendi a admirar cada vez mais – escreve a a Crítica a Razão Dualista, um ensaio imaginoso, cheio de ideias interessantes. Mas nos parecia necessários aprofundar, radicalizar a crítica” (MELLO, 1999, p. 200).

²⁶ Sobre essas influências, comenta João Manuel: “[...] Qual Marx? Essa questão está respondida neste livro notável pela penetração analítica, pela fineza e elegância de raciocínio do Luiz Gonzaga [Belluzzo] que é Valor e Capitalismo. Mas, por outro lado, era necessário estabelecer um diálogo aberto e fecundo com os grandes autores que pensaram o capitalismo, quer sob influência direta do marxismo, como Kalecki, ou reconhecendo sua importância decisiva, como Schumpeter. E havia Keynes [...] Mas que Keynes? Certamente não o dos manuais; nem mesmo o de certas interpretações um pouco mais sofisticadas do Keynes teórico da instabilidade. Neste aspecto, o diálogo entre o Luiz Gonzaga e a Conceição foi muito fecundo [...] Outra frente de batalha: pensar a história do desenvolvimento do capitalismo no século XX, sem o que evidentemente não se entende nada do Brasil contemporâneo [...] Por outro lado, era necessário desentranhar de Marx e sistematizar suas reflexões sobre as determinações gerais da formação do capitalismo [...] Outro ponto: acertar as contas da economia Política da CEPAL [...] Finalmente, repensar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil fazer a crítica da política econômica e procurar renovar as prepostas de reforma econômica e social [...]” (MELLO, 1999, p. 200-201).

como parte das produções dos economistas de Campinas, compatibilizando influências de Schumpeter, Kalecki, Keynes e Marx. Nas palavras de Wilson Cano:

Já então éramos conhecidos como a escola crítica de Campinas, constituindo assim uma raridade no Brasil, não só por sua postura crítica à política e à economia política do regime militar; pela estrutura curricular; intensidade de leitura; pela pluralidade teórica de estudar os grandes mestres, notadamente Kalecki, Keynes, Marx e Schumpeter; pela visão crítica no estudo histórico do sistema capitalista de produção; pela grande importância que sempre demos aos estudos da história econômica do Brasil e de sua evolução. (CANO, 2007, p. 201).

Como vimos, para Maria Rita Loureiro e Gilberto Tadeu Lima (1994), nas décadas de 1960 e início de 1970, houve um processo de modernização da ciência econômica no Brasil. As trajetórias de economistas como Carlos Geraldo Langoni e Albert Fishlow, por exemplo, deu-se no bojo deste processo, cujo uma das expressões foi o intercâmbio entre os economistas brasileiros e norte-americanos, com impactos domésticos na produção do conhecimento. Tal como ressaltado por Loureiro e Lima (1994), entretanto a incorporação de um processo de americanização sofreu resistência. Isso significa que o impacto doméstico do processo não se deu de forma homogênea, pelo contrário, reforçou polarizações entre as escolas de economia no Brasil. Em grande parte, a ligação de ex membros da CEPAL com a UNICAMP foi fundamental para os desdobramentos na formação do campo dos economistas no Brasil, tal como ressaltado por Belluzzo (1996).

Interessa-nos, assim, observar como Belluzzo (1996) trabalhou na questão da distribuição da renda, a fim de examinarmos como ele se apropriou do debate e o seu contexto,

Era a preocupação dos anos 60 com a distribuição da renda, a Conceição, que havia feito um trabalho que está publicado em livro de 68, *Controvérsias sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, falou-me: ‘Você faça uma tese teórica sobre as teorias da distribuição’. Então fui ver as teorias da distribuição e achei aquilo de uma pobreza franciscana, e falei: ‘Não vou perder o meu tempo com isso aqui’. Essa controvérsia da distribuição foi iniciada pela controvérsia de Cambridge, pela grande criatividade, colocou-se um grande esforço teórico nessa controvérsia, como se aquilo fosse decidir – depois vimos que não era bem assim- algum caminho novo para a Economia. A sensação que se vivia naquele momento era que a controvérsia sobre o capital, valor e distribuição era a questão central. Achei que aquilo era uma coisa que tendia à esterilidade, e pensei: ‘bem, o que eu posso fazer aqui?’ Já que eu tinha uma certa formação marxista, tentei mostrar qual é a especificidade da teoria do valor de Marx [...] (BELLUZZO, 1996, p. 255).

Belluzzo (1975) analisa as controvérsias sobre distribuição de renda, a partir de uma linguagem com pouco uso do ferramental matemático e muito mais preocupado com uma

explicação teórica sobre a temática. Neste sentido, a distribuição de renda para Belluzzo é uma discussão no campo marxista. Assim, segundo Belluzzo, a economia tem um objeto que lhe é pertinente: “a Economia tem historicidade” (BELLUZZO, 1996, p. 259). Este aspecto é inerente nas explicações sobre o que constitui o objetivo da Economia, pode ser verificado no

que os clássicos procuraram mostrar. Marx procurou mostrar a historicidade desse objeto, no sentido de que ele é capaz de se reproduzir e reafirmar a sua identidade, mas ao mesmo tempo se transformar: um objeto em permanente transformação. Quando Keynes fez a crítica da econometria, o que ele estava dizendo? Que o objeto não é homogêneo ao longo do tempo, os dados que esse objeto produz não são homogêneos. Não só os dados mudam, como a relação entre eles muda (BELLUZZO, 1996, p. 259).

Por outro lado, para o autor, “muitas vezes você tem que usar o modelo matemático” (BELLUZZO, 1996, p. 260), ou seja, em certos casos até se justificam, porém os “economistas frequentemente se esquecem de que a Economia é uma forma de conhecimento que requer o confronto com a experiência” (BELLUZZO, 1996, p. 260), neste aspecto a dimensão temporal torna-se importante nos esquemas de análise de Belluzzo. Isso, nas controvérsias nas quais se envolveu, se traduziu um projeto teórico levado adiante por Belluzzo e se transformou em uma interpretação capaz de refletir sobre os desdobramentos da economia capitalista.

Foi no texto *Distribuição de Renda: Uma visão da controvérsia*, escrito em 1973²⁷, publicado no I Encontro Anual da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia. A questão da distribuição da renda é examinada teoricamente elencando os momentos importantes para a teoria econômica. O autor recorre às questões de Economia Clássica para explicar a distribuição de renda entre as classes. A da distribuição de renda é concebida em dois planos importantes e que estão correlacionados: econômico e social. Neste sentido, mesmo do ponto de vista eminentemente teórico, o autor ressalta a relação da distribuição do produto entre as classes. As dimensões econômicas e sociais são fatores que se entrelaçam e se reforçam ao longo do tempo. Para Belluzzo (1975, p. 15),

os pontos mais agudos da controvérsia teórica, procurando fixar os momentos de ‘ruptura’ que, em última instância, estão representados pela visão de sociedade econômica subjacente em cada uma das teorias. É fundamental, para a teoria da distribuição, a forma pela qual se procede à segmentação dessa sociedade. A cada dicotomia (capitalistas *versus* trabalhadores, ou empresas *versus* famílias) correspondem formas diferentes de propor as regras de funcionamento ou de apresentar leis de movimento do sistema econômico.

²⁷ O texto também foi publicado na coletânea de organizada por Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli, *A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento* (1975).

A repartição da renda segue estruturas sociais que lhes são pertinentes para a sua produção e repartição. Para Belluzzo (1975, p. 16), a divisão “entre trabalho e capital se traduz em relações de distribuição igualmente antagônicas: o desejo dos trabalhadores de melhorar suas condições de vida se contrapõe ao impulso do capitalista em expandir o valor de seu capital”. Claramente, considerando as teorias da distribuição proposta por economistas clássicos, para Belluzzo (1975) não há a pressuposição de que as características dos agentes no sistema de produção que expõem o aspecto da contradição entre as classes sociais.

No século XIX, com a Revolução Marginalista a ideia central destes economistas desta linhagem passa pela questão de equilíbrio no processo de troca. Nesta perspectiva, a teoria da distribuição pode ser tratada como teoria de preços. Se a remuneração de cada fator de produção é concebida por um preço, então será determinada pela oferta e demanda de seus “serviços” no mercado. Cada fator é remunerado de acordo com a sua contribuição ao processo produtivo. E essa contribuição está regida pelas leis inerentes ao capitalismo, sobretudo a lei dos rendimentos decrescentes.

As análises teóricas de Belluzzo (1975) se desdobram em dois aspectos de análise: a primeira como crítica da teoria neoclássica e a segunda ressaltando quais aspectos são determinantes nas explicações sobre distribuição da renda. Há uma confusão por parte de quem foi educado na tradição marginalista: “o maior deles consiste na confusão entre dois conceitos de capital: o fundo financeiro controlado pelos capitalistas é identificado ao equipamento físico e às máquinas que permitem ao trabalhador produzir” (BELLUZZO, 1975, p. 18). Para Belluzzo (1975) o conceito de capital adquire um sentido particular em economias capitalistas, pois sobrepõe “uma relação social entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores diretos, advoga uma outra explicação para a natureza do lucro e dos mecanismos de distribuição numa sociedade capitalista” (BELLUZZO, 1975, p. 19). A elaboração de uma explicação suficiente para a distribuição de renda se dá mediante a explicação nos quadros do capitalismo, em grande parte incapazes de serem percebidos dentro de modelos econômicos neoclássicos e abstratos. Isso significa que os termos levantados pela teoria neoclássica são claramente confrontados.

Dentre os quadros do capitalismo, uma variável chave para explicar a distribuição dos rendimentos é o progresso técnico. O progresso técnico tem claros impactos na distribuição regressiva da renda, isto é, tem claros impactos sociais e reforça desigualdades na distribuição da renda. Então, no capitalismo o progresso técnico tem um papel importante, “[...] é a arma utilizada por esses belicosos senhores para se esmagarem mutuamente. Mediante a introdução de inovações, alguns procuram rebaixar seus custos e aumentar suas margens de lucro [...]”

(BELLUZZO, 1975, p. 27), legitimando uma distribuição de renda entre as classes alinhadas à divisão social do trabalho. Segundo Belluzzo (1975), a repartição da renda torna-se melhor apreciável explicar as diferenciações de renda a partir da “introdução do poder de barganha, como hipótese aditiva, para explicar a evolução das participações relativas” (BELLUZZO, 1975, p. 29). Assim, Belluzzo (1975) chama atenção para explicações sobre a repartição da renda mais voltada para aspectos sociais subjacentes à economia, como distinção entre classes sociais, a repartição da renda no processo produtivo e coloca no centro da questão os conflitos entre o capital e trabalho. Belluzzo, em suma, recusa as explicações que tem o aspecto principal regulado pelo automatismo do mercado, como pretendem explicar os neoclássicos.

Dentro de esquemas, nos quadros de uma economia monopolista, Belluzzo (1975) recorre a alguns aspectos teóricos inspirados em Kalecki para formular uma explicação sobre o poder de barganha entre as classes sociais, colocando no centro das explicações a relação entre capital e trabalho. Inerentemente ao capitalismo monopolista está a “[...] faculdade que as empresas adquirem de fixar um ‘mark-up’ sobre seus custos debilita a ação sindical, na medida em que os aumentos de salários podem ser absorvidos sob a forma de aumentos de preços [...]” (BELLUZZO, 1975, p. 29-30). Pelos custos de produção, quanto mais caro o custo da mão-de-obra, menor será o lucro, “o que move todo sistema em direção à concentração da propriedade e à desigualdade distributiva, no mundo neoclássico [...] conduz sempre a economia ao equilíbrio e ao crescimento estável.” (BELLUZZO, 1975, p. 32). Ao tecer fortes críticas às interpretações neoclássicas, Belluzzo vai se afastando deste horizonte interpretativo e dá ensejo a uma linha interpretativa que concebe uma teoria para explicar as diferenças de remuneração da renda, mediante a mobilização de diversos fatores dentro da economia. São estes aspectos que iluminam o horizonte crítico das análises de Belluzzo. Então, é possível entender a distribuição dos rendimentos ao incorporar

[...] a diversificação dos aparatos burocráticos das empresas e do Estado no estágio oligopolista do capitalismo. A concorrência oligopólica reforça o crescimento de um tipo especial de trabalhadores improdutivos, na medida em que suscita modificações na estrutura das empresas em favor do quadro administrativo ligado ao processo decisório [...] o que recebem tem muito pouco a ver com grau de qualificação e bastante com suas proximidades dos centros de poder (BELLUZZO, 1975, p. 34).

Os esquemas de interpretação da distribuição de renda, para Belluzzo (1975), são entendidos nos quadros da repartição social da renda, não se restringindo a abordagens que levam em consideração apenas a qualificação da mão-de-obra individual. Sobre isso ele mesmo comenta:

Por outro lado, as modificações na estrutura da empresa, determinando um declínio do peso relativo da mão-de-obra direta, enfraquecem o poder de barganha dos sindicatos operários e, ao mesmo tempo, o crescimento do ‘grau de monopólio’ amplia a capacidade das grandes empresas de controlar suas margens de lucro. Isso permite, por outro lado, que os salários diretos cresçam a um ritmo menor que a produtividade e, de outro, que se diferencie o leque de remunerações da hierarquia burocrática (BELLUZZO, 1975, p. 35).

O esquema interpretativo de Belluzzo (1975) enfoca a análise da distribuição de renda, levando a uma diferenciação entre classes. Essa hierarquia, conseqüentemente se reflete no poder de barganha que privilegia estratos sociais abastados em detrimento daqueles que não dispõem de poder de barganhar. Neste sentido, a obra de Belluzzo reforça as contraposições da distribuição da renda, afastando-se daquelas explicações levadas ao cabo pela análise de Carlos Geraldo Langoni e a sua articulação com a teoria do capital humano²⁸.

4.1.4 Paul Singer e o CEBRAP

De maneira similar, vale mencionar a trajetória de Paul Singer como um autor relevante que se envolveu em polêmicas sobre a distribuição de renda no Brasil. Tal como indicado na introdução deste trabalho, a literatura sobre a controvérsia na distribuição da renda deu pouca ênfase na interpretação de Paul Singer sobre esta questão. Buscaremos, então, resgatar a sua trajetória como um intérprete sobre as causas da distribuição de renda. Em comparação com os seus pares que se engajaram neste debate, a sua trajetória não esteve ligada aos vínculos mais estreitos com o governo, tal como Carlos Geraldo Langoni. Entretanto, salientamos os motivos pelos quais Singer se engaja em debates e o situaremos como um representante do pensamento crítico. Essa dimensão só é apreciável quando

²⁸ Em entrevista enfaticamente Belluzzo rejeita as explicações sobre a desigualdade de renda tem a sua primazia nas teorias do capital humano. Segundo ele: trata-se de uma explicação monocausal que inclusive pode levar as distorções na proposição de alternativas se lavada a frente como uma questão meramente econômica: “Acho que isso não é verdade. No caso dos asiáticos, é claro que a educação é fundamental, inclusive como mecanismo de integração social e de reprodução daquela sociedade – faz parte das formas de coesão social. Mas, por outro lado, não se pode desprezar alguns fatos que também são importantes: os sistemas financeiros especializados no financiamento do investimento e a organização da grande empresa coreana e japonesa. A teoria do capital humano criou o seguinte: se se treinar todo mundo, educar todo mundo, vai se resolver o problema do emprego. Isso depende da velocidade com que se acumula capital. Já há uma certa reação mostrando a importância da acumulação de capital físico também para promover o crescimento” (BELLUZZO, 1996, p. 269-270).

podemos articular a trajetória do próprio Singer com as instituições de produção do conhecimento pelas quais ele passou, atuou e contribuiu.

Paul Singer, desde a sua juventude, engajou-se em grupos de estudos, os quais foram determinantes para a sua formação como pesquisador e, por conseguinte, como um autor cujas ideias o tornam essenciais dentro das interpretações em temas como “economia marxista, da urbanização, do trabalho e emprego, ou de demografia e saúde.” (COSTA FILHO, 2007, p. 455). Em 1959, Paul Singer se formou em Economia na FEA-USP, inclusive foi aluno de Delfim Netto. Posteriormente, entre 1961 e 1963 cursou a pós-graduação na referida instituição. Em 1966 e 1967 se dedicou ao estudo de Demografia em especialização no Office of Population Research, da Princeton University. Quando retorna ao Brasil, em 1967, obtém o título de livre-docente em Demografia pela Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP (SINGER, 2009).

A obra do autor é relevante, sobretudo por estar articulada aos lugares-chave pelos quais ele transitou e, assim, perpassa por diferentes temáticas, sendo este um marco importante aos aspectos conflitivos sobre a questão da distribuição de renda. A obra de Singer para o pensamento econômico está articulada com dois aspectos intimamente relacionados: a sua trajetória ligada à sua formação em grupos multidisciplinares e o seu convívio com intelectuais que lutavam contra o contexto político da época. Desse encontro virtuoso, germinaram as ideias críticas de Singer, dentre as quais se destacam aquelas que visaram atacar os problemas referentes às desigualdades da renda no Brasil, que foram determinantes em sua atuação durante a década de 1970. Assim, buscaremos entender como as análises em economia estão permeadas por questões importantes para uma instituição tal como o CEBRAP e a sua inserção nas questões importantes para a época. Neste sentido, buscaremos indicar as relações entre os textos e contextos. Sob este aspecto, buscaremos ressaltar a relação entre Singer e o seu pensamento, e a sua projeção em debates públicos na imprensa.

Ainda na graduação, o jovem Singer foi convidado por Fernando Novais para compor os quadros do grupo de estudos sobre O Capital²⁹. O grupo iniciou as suas atividades em 1958, muitos eram professores da Universidade de São Paulo que se reuniam com o intuito de discutir a obra de Karl Marx. Entre os principais membros que compuseram o grupo estão Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, José Arthur Giannotti, Octávio Ianni, Ruth

²⁹ Entre os participantes do grupo estiveram professores ligados à Universidade de São Paulo. Sobre esse grupo, comenta Francisco de Oliveira: “[...] O Grupo do Capital é um mito. Na verdade não tinha importância nenhuma, a não ser para eles mesmos, e depois teve uma importância extraordinária porque muitos deles se tornaram intelectuais eminentes e gente de muito peso na produção de ciências sociais no Brasil [...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 164).

Cardoso, Roberto Schwarz, Juarez Brandão Lopes e o próprio Paul Singer. Com o golpe militar no Brasil em 1964, entretanto, alguns de seus membros foram exilados no Chile, tais como Fernando Henrique Cardoso, Vilmar Faria, José Serra, Francisco Weffort e Carlos Estevam Martins, que por lá atuaram em instituições como a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) e a Cepal, rompendo assim com as suas respectivas atividades. Tal como o supracitado o Chile recebeu um contingente de exilados que procuravam Santiago para escapar do clima político em seus países.

Deste contato, surgiram algumas ideias que foram importantes para a formação de Singer. Pelas suas entrevistas, esse período resguarda importantes contribuições para sua trajetória, tal como podemos verificar quando Paul Singer ressalta que a “obra que mais me influenciou [...] foi *O Capital* [...]” (SINGER, 1999, p. 57). De acordo com Mantega e Rego (1999), o grupo de *O Capital* foi importante para o entendimento de que as ciências humanas não são desconectadas uma das outras, pois não é possível entender a economia sem a compreensão dos aspectos econômicos e sociais. E em segundo lugar, pelo contato com as ideias de marxistas e do próprio Marx.

Pouco mais tarde, quando se formou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o CEBRAP³⁰, ocorre um momento importante para a ascensão do posicionamento político de um grupo de pesquisadores em relação ao contexto da época. O CEBRAP teve seus quadros de pesquisadores preenchidos por aqueles ligados à esquerda, composta por ex-professores aposentados compulsoriamente ou que fugiam da repressão do regime. O CEBRAP se vincula à militância e à resistência por parte de seus membros. Assim, o

CEBRAP surgiu em decorrência da cassação de alguns professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, após o AI-5 de dezembro de 1968. Embora a maioria de seu núcleo fosse de cassados, nem todos o eram. Alguns nomes do núcleo (membros com participação não-esporádica) são: Arthur G. Gianotti, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Juarez Brandão Lopes. Deste núcleo, o único a não ser cassado, foi Brandão Lopes. Gianotti, por ocasião de sua cassação, era professor do Departamento de Filosofia da FFCL da USP (EKERMAN, 1989, p. 128).

Isto é, a formação desse grupo pode ser compreendida como um movimento de resistência em relação aos eventos políticos que se passavam no país. Diante deste contexto, ressaltamos a contribuição de Paul Singer como um intérprete para as questões das desigualdades de renda assistidas no Brasil durante a década de 1970. Ou seja, autor e obra são aspectos indissociáveis para compreender a questão da distribuição da renda. É sob esse

³⁰ O CEBRAP também contou com recursos vultosos por parte da Fundação Ford no Brasil. Sobre isso ver Singer (2009).

bojo, de um pensamento crítico, conduzidos por estes intelectuais, que a interpretação de Paul Singer se projeta no debate nacional. Paul Singer foi atuante na constituição do pensamento econômico ligado à esquerda,

Com a edição do Ato Institucional nº5 pelo governo militar, Singer foi afastado das atividades docentes juntamente com outros jovens professores da USP. Em 1969, porém, participou da formação do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e, contando com o apoio da Fundação Ford, pôde continuar a desenvolver pesquisas na área de Ciências Humanas (MANTEGA; REGO, 1999, p. 56).

Contando com recursos oriundos da Fundação Ford, o grupo do CEBRAP avançou em produções críticas sobre a sociedade, política e a economia do país. Vale ressaltar que a Fundação Ford foi atuante no Brasil desde 1962, sendo importante para a consolidação das pesquisas em ciências sociais no Brasil e a formação de uma rede de pesquisadores³¹. Tal como indica Loureiro (1997d), os recursos alocados pela Fundação Ford ajudaram no intercâmbio entre pesquisadores nacionais e internacionais. Desse contato, como assinalamos, alguns nomes passaram a atuar no Brasil. Outros pesquisadores brasileiros foram aos Estados Unidos para cursarem pós-graduação. Esse foi um dos mecanismos importantes para a construção de uma comunidade de pesquisadores, como indicou Raúl Ekerman (1989).

Os recursos oriundos de órgãos internacionais também foram determinantes na configuração da Associação Nacional de Pesquisa em Economia (ANPEC), assim como foi atuante na configuração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Isto é, a Fundação Ford esteve por de trás da formação de novos quadros de profissionais, impactando no treinamento de grupos de economistas (FERNANDEZ; SUPRINYAK, 2015). O interesse da Fundação, entretanto, não se restringiu a um só campo do conhecimento. Ao contrário disso, o seu interesse também foi em bancar recursos por instituições como o CEBRAP. Assim,

Tampouco se pode acusar as fundações de conivência com o regime militar. O melhor indício contra esse argumento é que os órgãos de informação brasileiros desconfiavam delas, em especial da Ford, financiadora de entidades politicamente “suspeitas”, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) (MOTTA, 2014, p. 146).

³¹ Assim comenta Fernando Henrique (2009) sobre a atuação da Fundação Ford: “Não sei dizer se o apoio foi uma diretriz geral pensada pela Ford. Isso teve cobertura de gente dos Estados Unidos que não sei quem é. Eu só conheci os que apoiaram perseguidos políticos aqui, no Chile e na Argentina, pessoas que tinham uma visão política liberal, progressista, e que estavam contra os regimes autoritários. Seguramente em algum momento chegaram à conclusão de que era conveniente desenvolver ciências sociais como um elemento de dinamização de um pensamento não conservador, não autoritário, e depois passaram a financiar movimentos sociais, ações políticas favoráveis à igualdade de gênero etc. Muitas vezes a gente atribui muito mais capacidade estratégica e deliberativa a essas instituições (as fundações) do que elas realmente têm, pelo menos essa é a minha sensação” (CARDOSO, 2009, p. 34-35).

Neste sentido, a constituição do CEBRAP como um centro na condução de pesquisa também guarda a sua importância para o pensamento econômico do período, o qual o posicionamento de Paul Singer é um caso interessante. A trajetória de Paul Singer no centro e o seu engajamento na questão da distribuição de renda em 1970 torna interessante para dimensionar e entender como essa questão inspirou diferentes análises. Se abordarmos a questão pelo prisma dos economistas que se vincularam estreitamente ao governo, a saber, os contatos de Langoni com o Ministro da Fazenda ou se restringirmos aos economistas que foram ligados ao IPEA não projetamos como essa questão também reverberou entre os intelectuais como Paul Singer. O CEBRAP “aglutinava um conjunto de intelectuais de várias áreas de conhecimento, que se opunham ao regime militar e produziam críticas e alternativas ao ideário que a ditadura queria implantar” (MANTEGA; REGO, 1999, p. 41). De acordo com Mantega e Rego (1999), no tocante à política, as cisões entre os intelectuais entre dois grupos que assim podiam se identificar:

De um lado, estavam aqueles que se alinhavam com o governo e defendiam um modelo econômico desenvolvimentista, porém concentrador de renda e que aumentava as desigualdades sociais. Era a turma que argumentava de forma caricata que era preciso primeiro “fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”. Do outro lado, [...] os opositores desse modelo, que sonhavam com um desenvolvimento que conciliasse crescimento econômico com distribuição equitativa da riqueza (MANTEGA; REGO, 1999, p. 42).

Ao se formar como grupo de pesquisadores, além de reuniões e estudos, também encarregaram de divulgar a produção de conhecimento em publicações como a série Estudos Cebrap, Novos Estudos e, posteriormente, passaram a editar os Cadernos Cebrap³². Segundo Chico de Oliveira (2009), a publicação dos Cadernos Cebrap foi importante para a veiculação dos estudos desenvolvidos pelos membros do Centro: “[...] Nos Cadernos Cebrap saíam os chamados textos em progresso. Na verdade teve alguns clássicos, como “O milagre Econômico”, do Paul Singer, que foi uma primeira abordagem mais consistente do período do chamado ‘milagre econômico’” (OLIVEIRA, 2009, p. 166)³³.

Como se pode verificar isso torna importante para a dimensão conflitiva do pensamento econômico. Neste sentido, as ideias levadas à frente por esse grupo de intelectuais estiveram atreladas ao pensamento crítico, ou seja, os membros do CEBRAP

³² A publicação dos Estudos CEBRAP reuniu publicações multidisciplinares e contou com 27 números publicados até 1980. Os Cadernos CEBRAP cujo intuito era divulgar as pesquisas internas teve 45 edições em três séries entre 1971-1978, 1984-1986 e 1994-1997. Sobre a trajetória e entrevistas dos membros do grupo ver Monteiro e Moura (2009).

³³ As publicações do CEBRAP também reuniram artigos de autores como Hugh M. Lacey, Francisco Weffort, Elza Berquó, Bolívar Lamounier, Vilma Faria. Sobre isso ver Oliveira (2009).

estavam no espectro político distante daquelas interpretações mais alinhadas ao governo³⁴, durante a década de 1970.

As reflexões sobre a distribuição da renda inspiraram diversos debates entre os membros do CEBRAP³⁵. As resultantes destes contatos foram importantes reflexões em torno da política nacional e dos desdobramentos da economia brasileira, aspecto importante para a propagação do pensamento econômico em produções intelectuais de grupo quer sejam através das revistas editadas pelo Centro, quer sejam em artigos veiculados na imprensa escrita. Neste sentido, como exemplo de um encontro frutífero no CEBRAP podemos citar a presença de Maria da Conceição Tavares que, como já vimos, juntamente com José Serra escreveu um texto importante naquele período. O texto “‘Além da Estagnação’ foi trazido ao CEBRAP” (SINGER, 1999, p. 74). A difusão deste texto no CEBRAP foi importante, pois deu origem a outros dois textos, de Chico de Oliveira, Crítica a Razão Dualista, e do próprio Singer³⁶. Em 1972, o *Jornal Opinião* lançou um número dedicado às vertentes sobre a questão da distribuição da renda. Segundo a edição, o texto *Além da Estagnação* deu impulso a uma nova corrente de pensamento econômico brasileiro, sendo representado por estudos de autoria de José Serra, Celso Furtado, Francisco de Oliveira e do próprio Paul Singer. Segundo esse periódico, o CEBRAP era “um dos locais mais ativos para a discussão dessas ideias [...] onde todo dia reúne um pequeno grupo de economistas, sociólogos cientistas políticos e filósofos” (MILAGRE..., 1972, p. 12).

Um desdobramento importante das reuniões realizadas durante a década de 1970 culminou a um momento de extensa criatividade e produção nos estudos que se desenvolveram no Centro³⁷, que também podem ser verificadas nos estudos de Singer sobre a

³⁴ “[...] O CEBRAP criou também a tradição de acolher intelectuais que haviam tido problemas políticos com o regime militar Inclusive pessoas saídas das prisões da ditadura encontraram guarida no CEBRAP, como intelectuais Vinicius Caldeira Brant, Régis de Castro Andrade e Luiz Werneck Viana”. Ver Rego e Mantega (1999).

³⁵ Estes encontros no Centro eram denominados como “mesões”, momento em que os membros do grupo e de fora se reuniam. Os “mesões” eram organizados para discutirem diversos temas, como por exemplo, a economia brasileira (SORJ, 2001).

³⁶ Sobre o trabalho de Chico de Oliveira comenta Singer (1999, p. 74): “[...] produzimos textos, eu diria, completamente dispares. Claro que referem à mesma realidade, mas são muito divergentes. Tem a ver com a história do Chico, que dada a sua formação de Economia muito ligada ao pensamento da CEPAL, aproveitou o ensejo para fazer exatamente a crítica ao pensamento da Cepal. E eu tenho a própria história que está sendo relatada aqui e, portanto, a minha análise é, eu diria, a marca de todo o meu trabalho”.

³⁷ Esse momento de extensa criatividade no Cebrap pode ser verificado nos trabalhos de outros membros: “[...] O Fernando Henrique desenvolveu também um trabalho muito rico de análise política da própria ditadura e da sua relação com a economia, com as classes dominantes. Octávio Ianni escreveu trabalhos importantes aqui também, assim como Vinicius Caldeira Brant, que veio depois. Atraímos intelectuais que se integrariam completamente ao Cebrap [...] como Juarez Lopes e Cândido Procópio [...], e o Chico de Oliveira veio mais ou menos nessa época. Em suma, estava se produzindo no Brasil uma análise crítica cuidadosa e cada vez mais ousada. A meu ver, foi um momento intelectualmente muito rico para o país” (SINGER, 1999, p. 74).

questão da distribuição de renda no Brasil naquela década. Em relação a isso, diz Singer (2009) em livro sobre a memória institucional do Centro,

[...] o fato de ter havido um desenvolvimento intenso desde a época do Juscelino até a época do milagre e a desigualdade ter aumentado era para nós um argumento fundamental não só contra a ditadura, mas contra o capitalismo. Havia a tese do Carlos Geraldo Langoni, que não inventa nada, só aplica a análise convencional de distribuição de renda, em que se procuram diferentes fatores para explicá-la, como raça, gênero, sorte etc. Em suma, para ele, a desigualdade é circunstancial. Tese que vai naufragar em função dos estudos históricos que foram feitos e que mostram como o desenvolvimento, quando começa muito intensamente, produz maior desigualdade (SINGER, 2009, p. 86).

Para Singer (1999), as interpretações sobre distribuição da renda seguem duas linhagens principais. De um lado, são flagrantes os pressupostos neoclássicos que tratam de

[...] um método totalmente estranho porque os pressupostos sobre a natureza humana, sobre a racionalidade do *homo economicus*, é a ideia de que existe um objetivo de maximização da utilidade”, colocando a primazia em um único aspecto. Por outro lado, há uma linhagem que se contrapõe à primeira, assentada no seguinte pressuposto: “[...] enquanto pessoas, somos, em grande parte, fruto da nossa inserção em diferentes agrupamentos sociais, econômicos e políticos, culturais, religiosos [...] É isso que me torna muito aberto à postura histórico-institucional” (SINGER, 1999, p. 58).

Da primeira linhagem, por parte do que Singer (1999) denomina como teoria convencional há limitações, pois não levam em consideração fatores, sociais, econômicos e políticos que refletem na distribuição de rendimentos no espaço e no tempo.

Em 1972, o referido Jornal Opinião destaca a interpretação de Singer no debate:

Na verdade, não há nada de ‘natural’ na concentração da renda. Ela decorre de circunstâncias político-institucionais – basicamente a desigualdade da repartição da propriedade – que podem ser mudadas sem que o crescimento da economia seja negativamente afetado.

[...] Também não é natural que o aumento da desigualdade na repartição dos salários, como tem acontecido entre nós ultimamente (MILAGRE..., 1972, p. 13).

No ano seguinte, em 1973, Singer publicou artigo nos Cadernos Cebrap que tem por finalidade analisar essas diferenciações observadas nos argumentos levantados por Singer no texto Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil³⁸. Para o autor “[...] o que os dados não demonstravam, nem podiam fazê-lo, era por meio de que mecanismos se dava a concentração da renda, nem que grupos eram beneficiados e que grupos ficavam à margem dos frutos do desenvolvimento” (SINGER, 1973, p. 73). Estes mecanismos se traduzem nos fatores

³⁸ O texto também fora publicado na coletânea TOLIPAN, R; TINELLI, A. (Org). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

políticos e sociais que exercem peso sobre a distribuição dos rendimentos, os quais foram negligenciados nas interpretações de Carlos Langoni em seu livro mais conhecido.

Estes aspectos são melhor dimensionados ao longo do tempo, enfatizando então uma característica pertinente à suas concepções de economia enquanto campo de conhecimento. Neste sentido, a distribuição de renda entre as classes não são estanques, mas seguem uma dinâmica. Assim,

[...] algumas classes sociais crescem, outras decrescem, surgem classes novas, por força da criação de novas relações de produção, que em parte se superpõem e em parte substituem as antigas. É nesse contexto, de mudanças na estrutura de classes maciças de grupos populacionais no espaço e deslocamentos dos mesmos na estrutura produtiva, que a tendência à concentração da renda encontra sua explicação (SINGER, 1975, p. 74).

Essa dinâmica, em grande medida, é “[...] determinada por fatores históricos-estruturais, o excedente acumulado depende da proporção em que o excedente total é dividido entre consumo produtivo e improdutivo” (SINGER, 1975, p. 76). Isso está atrelado também em uma dimensão política, pois a distribuição da renda

[...] se dá no contexto de um sistema de dominação, que dita os parâmetros que determinam de um lado a repartição do produto entre necessário e excedente (política salarial, sindical, previdenciária etc.) e do outro o modo de apropriação do excedente (política fiscal, de crédito, de preços, etc) (SINGER, 1975, p. 76).

Para dar ensejo a esta explicação, Singer diz que isso pode ser verificado na evolução histórica atuantes sobre a economia e como estes fatores são interdependentes:

Se, em 1930, a população urbana constituía uma minoria pouco expressiva, em 1970 já era maioria no Brasil. Essa intensa urbanização de nossa população deu-se no quadro de um processo de transformação estrutural da economia, na qual o Setor de Mercado Interno assumia uma posição hegemônica. Nesse processo, as atividades voltadas para o mercado interno não somente se expandiam a um ritmo mais rápido que o resto da economia, mas mudavam de caráter. É o que aconteceu com a indústria. Até 1930, nosso parque industrial se limitava a produzir certos bens de consumo não-duráveis – tecidos, roupas, alimentos etc- em estabelecimentos de tamanho pequeno ou médio, voltados para mercados locais ou, no máximo regionais. Nas últimas quatro décadas a indústria brasileira diversificou-se bastante, iniciando a produção de bens duráveis de consumo, bens intermediários e bens de capital. Os novos ramos utilizavam técnicas que requerem grande volume de capital por trabalhador e amplas escalas de produção. Resultou daí um intenso processo de concentração do capital, mediante o surgimento de grandes empresas que buscavam suprir o conjunto do mercado nacional (SINGER, 1975, p. 87).

Como se pode verificar, há condicionantes que incidem sobre a distribuição de renda que variam no espaço e no tempo. Esses condicionantes extrapolam os limites de uma explicação estritamente econômica para englobar outros aspectos de ordem social, cultural e

política. A partir de 1964, há um ponto decisivo sobre a condução histórica de mecanismos importantes que incidem sobre a distribuição da renda a “nova situação política operou uma forte redistribuição da renda para cima” (SINGER, 1975, p. 92). Essa reconfiguração política acarretou em implicações econômicas que levaram os grandes empregadores a ter os maiores beneficiados, mas não os únicos. Isso foi uma resultante direta de medidas de política econômica, tais

como os incentivos concedidos à indústria petroquímica, à automobilística (em especial durante a crise de 1965), os subsídios dados à exportação de produtos industrializados etc. Constitui exceção o apoio dado à construção civil pelo Banco Nacional de Habitação, destinado a multiplicar a demanda por mão-de-obra pouco qualificada (SINGER, 1975, p. 92).

Neste período, é observável que “[...] a demanda por técnicos, administradores e profissionais liberais cresceu mais que a oferta desses tipos de trabalhadores, acarretando substancial elevação dos seus ganhos” (SINGER, 1975, p. 92). Este aspecto foi importante para o fortalecimento da piora na distribuição da renda, pois houve “um novo impulso à concentração da renda, com o aumento do desnível, já por si só grande, entre os salários dos empregados de nível elevado e os da grande maioria dos trabalhadores adestrados e não-qualificados” (SINGER, 1975, p. 92). Assim, a distribuição da renda reflete também as posições de poder dentro das empresas, ou seja, os dirigentes têm um salário alto em comparação aos outros trabalhadores. Isto, por sua vez, reforça os padrões de concentração da renda.

Desde a consolidação como um centro de pesquisa independente, o CEBRAP aglutinou pensadores de múltiplas áreas. O Centro recebeu apoios significativos da Fundação Ford para a execução de suas pesquisas. Parte desses pensadores buscou refugio contra o autoritarismo do implantados pelos governos militares, em especial a partir do AI-5. Assim, podemos verificar que os posicionamentos de Paul Singer acerca da desigualdade de renda também refletiu uma linhagem de pensadores críticos ao governo. Ao dimensionar historicamente o capitalismo no Brasil, inspiração essa que reflete o posicionamento do grupo de pensadores ligados ao CEBRAP, Singer define os seus interlocutores e as instituições responsáveis pela concentração da renda. A piora na distribuição de renda se vincula, portanto, na condução da política econômica sob a égide dos governos militares.

4.2 OUTRAS LINHAGENS CRÍTICAS

4.2.1 Edmar Lisboa Bacha

Lisboa Bacha obteve a sua graduação em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1963. Em 1964, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde fez o curso de aperfeiçoamento de economistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Este contato com a FGV lhe propiciou uma vaga para cursar pós-graduação no exterior.

Ao se tornar elegível para uma bolsa de estudos no exterior, podemos enxergar como a carreira de Edmar Lisboa Bacha foi impactada pelos desdobramentos da modernização de ciência econômica no Brasil. Observamos que rapidamente Bacha passou a se interligar aos circuitos internacionais através de intercâmbio com as universidades norte americanas.

No ano de 1965, sob os incentivos de Werner Baer, Bacha iniciou o curso de pós-graduação na Universidade de Yale, em New Haven (EUA), onde obteve o título de mestre e doutor pela mesma universidade, ao estudar um modelo econométrico para o café³⁹. Assim comenta Bacha sobre sua trajetória da Fundação Getúlio Vargas até Yale:

[...] fiz no final de 1963 o concurso para o programa de pós-graduação do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da Fundação Getúlio Vargas – era o caminho aberto para a pós-graduação no exterior [...] O esquema de ensino do CAE/FGV consistia em umas tinturas de Micro, Macro, Matemática, Estatística e Inglês, em aulas indo de janeiro a junho de 1963, destinadas a preparar os alunos para os programas de pós-graduação nos EUA. Mário Simonsen dava quase todas as aulas, mas me lembro também que Warner Baer e João Paulo Reis Velloso ensinavam algo de desenvolvimento econômico [...] (BACHA, 1996, p. 233).

Essa trajetória é um exemplo do intercâmbio entre os estudantes brasileiros e o ensino norte-americano, fatores que foram impactantes na trajetória deste economista. A ligação de Bacha com centros estrangeiros aparece em outros momentos de sua carreira, por exemplo, quando atuou como pesquisador associado do MIT, junto à Oficina de Planificação Nacional, em Santiago no Chile, onde ficou até 1969.

³⁹ “Café e econometria; dessa união saiu minha tese doutoral. Sob a orientação de Marc Nerlove, desenvolvi um modelo econométrico para a política brasileira do café e o mercado internacional do produto [...]” (BACHA, E. L. Edmar Lisboa Bacha: 1996. [Entrevista concedida a] Entrevista cedida a] Ciro Biderman, Luis Felipe L. Cozac e José Marcio Rego. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. Conversas com economistas brasileiros. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 233.

Bacha colaborou com a montagem do arranjo institucional da ciência econômica no Brasil, ocupando lugar de destaque por onde passou. No início da década de 1970, atuou como professor da EPGE e foi coordenador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Rio de Janeiro entre 1970 e 1971. A partir de 1972 tornou-se professor da Universidade de Brasília (UnB), onde fundou a pós-graduação em Economia. Não se pode perder de vista que, posteriormente, entre 1975 e 1977, Bacha atuou como professor em Harvard e no mesmo MIT.

Tal como identificado por Loureiro (1996), este intercâmbio entre economistas do Brasil e das Universidades norte-americanas, representam um dos aspectos inerentes à internacionalização da ciência econômica no Brasil. O contato com aqueles centros de pesquisa foi importante para os desdobramentos estratégicos da profissão do economista no Brasil. A ligação dos economistas aos circuitos internacionais se desdobrou na legitimação técnica dos economistas. De acordo com Loureiro (1997d), quanto mais estreitos são os vínculos com as universidades norte americanas, “mais reconhecido é o economista e tanto mais legítimas são suas decisões quando em postos governamentais.” (LOUREIRO, 1997d, p. 82)⁴⁰.

A volta de Edmar Bacha ao Brasil torna mais apreciável o seu envolvimento em controvérsias acerca da economia brasileira, sua trajetória é exemplificadora de como autores se relacionam com o contexto histórico sob as quais atuam e, sobretudo, produzem análises econômicas. Isto é, interessa-nos ressaltar o papel relevante da trajetória de Bacha e seu envolvimento em assuntos polêmicos, como as disputas em torno da desigualdade de renda. Nesse momento, a questão da distribuição de renda passa a ser um tema recorrente em sua obra e seu engajamento político⁴¹. Edmar Bacha, assim, menciona em quais assuntos sobre economia brasileira ele participou: “Todo o debate sobre distribuição de renda, sobre a crise da dívida externa e sobre inflação inercial” (BACHA, 1996, p. 234). O seu envolvimento nas controvérsias sobre a distribuição de renda torna interessante para nos especificar como um economista se liga com as questões de uma época, tornando o campo sobre o qual falam,

⁴⁰ Sobre a relação entre as instituições brasileiras e seus vínculos com as universidades norte-americanas comenta Andrea Sandra Calabi: “Os fortes vínculos entre Ipea e Berkeley remontam a meados dos anos 60, com a vinda de Albert Fishlow, professor de Berkeley, chefiando uma equipe num dos convênios entre o governo brasileiro e a Usaid. Desse período datam os trabalhos do Fishlow – com Pedro Malan, especialmente, mas também Edmar Bacha e Claudio de Moura Castro – sobre distribuição de renda. Acho que Fishlow já era a segunda leva de professores de Berkeley no Ipea, mas o fato é que ele levou Pedro Malan e Regis Bonelli para lá” (BACHA, 1996, p. 233).

⁴¹ A temática da distribuição da renda foi bastante fecunda n obra de Bacha: “[...]Durante o governo do presidente Ernesto Geisel (1979-1985), publicou várias obras criticando as medidas tomadas em relação à distribuição de renda e a crescente desnacionalização da indústria brasileira.”.

permeado por polêmicas que não escapam ao contexto político sob qual tecem as suas publicações. Ou seja, Edmar Bacha foi um importante autor a refletir sobre a distribuição de renda em 1970, o seu envolvimento em debates tendo como pano de fundo as questões políticas da época:

Toda a minha reinserção no Brasil depois do doutorado teve muito a ver com a luta contra a ditadura. É basicamente nesse contexto. A atuação naquele tempo era muito politizada e havia concorrência nesse sentido. Delfim [Netto] e [Mário] Simonsen estavam ligados ao governo militar e a UnB representava uma alternativa. Tem um claro sentido político aí. Essa é a coisa mais importante, porque uma vez que se tire a nuvem da ditadura a frente, as diferenças propriamente de teoria econômica aparecem com muito menor relevância. Havia uma sobreenfatização de diferenciações de questões teóricas em Economia, mas o que estava realmente pegando era a questão da luta pela democracia [...] (BACHA, 1996, p. 234).

O envolvimento de Bacha nas controvérsias sobre a economia está imbricado pelas questões políticas na qual ele se envolve. A luta política contra a ditadura não era um apanágio dos intelectuais marxistas e declaradamente de esquerda, mas de intelectuais que estiveram ligados ao campo liberal e também estavam empenhados na luta pela democracia. A obra de Bacha, ao procurar desvendar as causas inerentes à distribuição de renda, buscou como um de seus alvos a política econômica dos governos militares. Isto é, a trajetória de Bacha representa um adágio em relação às controvérsias envolvidas pelos economistas em 1970. Os locais onde publicaram os economistas, sobretudo, que buscaram atacar os trabalhos de Langoni (1973), também são importantes para dimensionar as controvérsias como, por exemplo, o IPEA, as reuniões da SBPC e o CEBRAP.

A ligação de Bacha com o IPEA expressa as relações com institutos de produção do conhecimento em economia. Criado na década de 1960, o IPEA⁴² tornou-se um local de destaque no contexto de produção do conhecimento econômico em 1970. Como já vimos, os institutos de produção do conhecimento em Economia foram importantes na formação de conhecimento e para a definição de atuação política⁴³, sejam eles próximos ao governo, sejam eles não alinhados ao governo. Tal como identifica Loureiro (1997c) esses institutos tornaram-se verdadeiros *think tanks*, cujas atuações “[...] neste tipo de organização, suas

⁴² Segundo João Paulo dos Reis Velloso: “[...] em meados de 1964, recebi de Roberto Campos, então Ministro do planejamento, a ‘proposta indecente’ de criar, no âmbito do Ministério, uma instituição destinada a pensar o Brasil no médio e longo prazo, fora do dia-a-dia da gestão da economia. É o que, naqueles tempos, se chamada de *think tank*. (LOUREIRO, 2007, p. 193).

⁴³ Sobre a atuação política, comenta Reis Velloso: “No tocante a pesquisas aplicadas (daí o nome Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA), houve, sucessivamente, a versão final do PAEG (programa de Ação Econômica do Governo Castelo Branco) os Diagnósticos Setoriais (preparados para a minuta de Plano Decenal e depois revistos para o PED), o documento básico do Programa Estratégico de Desenvolvimento (o citado PED), os documentos básicos para a elaboração do I PND e do II PND” (VELLOSO, 2007, p. 194).

atividades, entretanto, estão voltadas necessariamente às demandas concretas de políticas governamentais” (LOUREIRO, 1997c, p. 203). Essa forma de atuação dos *think tanks* no Brasil “desempenharam ainda outro papel crucial: eles permitiram, de forma direta ou indireta, a produção da visibilidade dos economistas fora dos meios acadêmicos e sua legitimidade enquanto interlocutores políticos [...]” (LOUREIRO, 1997c, p. 204). Neste sentido, o IPEA representou um lugar estratégico na produção do conhecimento em economia e contribuiu para a competência técnica dos economistas, sendo importante para a sua respectiva atuação como interlocutores políticos (LOUREIRO, 1997c)⁴⁴.

Uma característica marcante para o recrutamento da carreira no IPEA esteve ligado às origens norte-americanas destes profissionais que passaram a integrá-lo. Para Bacha o IPEA representou um centro de produção de conhecimento tal como a Cepal. Se na Europa as universidades encarregavam de desempenhar uma espécie de comissão econômica, no Brasil, “[...] não existe nada que teve a importância do IPEA. É como se deu o desenvolvimento das academias. O *lócus*, em certo sentido, não foi propriamente universitário: a CEPAL durante um certo tempo e o IPEA depois” (BACHA, 1996, p. 240). Neste sentido, como ressalta Loureiro (1996), o IPEA foi importante para o engajamento dos seus pesquisadores nos debates dos problemas nacionais.

Com o patrocínio do IPEA e na condição de professor da UnB, em 1973, Bacha publicou o artigo “Hierarquia e remuneração gerencial”, o texto foi publicado em livro organizado por Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli (1975). Esse trabalho tem dois objetivos: primeiro, apresentar os argumentos de natureza sociológica e organizacional para a questão da distribuição da renda. Desse primeiro objetivo, decorre-se um segundo, que visa apresentar evidência empírica relacionada à conjuntura, no sentido de que a hierarquia, ou seja, como a relação entre trabalhadores/gerentes é o fator fundamental para explicar a diferença salarial no setor urbano brasileiro na década de 1960.

De acordo com Bielschowsky e Mussi (2005), os estudos de Bacha resguardam uma importância para o debate sobre a distribuição da renda, sobretudo por levar adiante o que indicava as “estatísticas como concentração pessoal da renda no topo da estrutura distributiva

⁴⁴ Essa atuação dos pesquisadores do IPEA como interlocutores políticos também podem ser expressa pelos membros que compuseram os seus quadros em períodos subsequentes, como foi caracterizado por Roberto Brás Matos Macedo: “[...] Aí o IPEA desempenhou um papel muito importante, por força da contribuição de Albert Fishlow, Bacha e outros, numa tradição que se mantém até hoje [...] Depois, é importante o vínculo com o governo e a influência na mídia. Também está no imaginário do brasileiro comum que economista importante é quem passou pelo governo. E quem aparece no jornal, inclusive os próprios jornalistas econômicos” (MACEDO, 2005, p. 324-330).

seria apenas um indício de uma concentração funcional da renda extremamente perversa, entre salários e lucros, já que os salários dos gerentes são parte do excedente” (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005, p. 41).

Ao se inspirar nos estudos sociológicos e gerenciais, Bacha visa ressaltar a decomposição do trabalho e a decomposição do capital ressaltando a hierarquia gerencial nas empresas. Essa hierarquização na obra de Bacha (1975) é um microcosmo da economia. Assim, olhando para esse microcosmo, Bacha busca tecer justificações e argumentações para a questão da distribuição da renda no Brasil. Essa relação é de suma importância, pois

A primeira é causada pela separação entre propriedade e controle, dando lugar ao aparecimento de uma classe executiva ao lado da classe proprietária. A segunda refere-se à crescente importância numérica dos trabalhadores semiqualeificados e qualificados, o que leva a uma diferenciação progressiva nos quadros do proletário. Ao lado dessas decomposições, emerge a nova classe média assalariada (White collar), na qual, de acordo com Dahrendorf, dois grupos claramente demarcados por ser distinguidos: os burocratas, que ocupam os distintos degraus na escala de posições hierárquicas, e os funcionários, que não pertence, a essa hierarquia (BACHA, 1975, p. 126).

Neste sentido, a autoridade oferece o critério básico de separação entre as classes, aspecto este que incide nas remunerações entre as diferentes classes. Assim, a partir dos estudos gerenciais, Bacha fala sobre a distribuição salarial na economia brasileira, isto é, “cada novo nível hierárquico corresponderá um salto salarial, haja ou não diferença em níveis educacionais” (BACHA, 1975, p. 135). As argumentações propostas por Bacha (1975) se distinguem daquelas defendidas por Langoni (1973) ao ressaltar o papel da educação como o fator essencial da desigualdade. Quando Bacha (1975) se cerca dessas teorias, ele define com quem está dialogando e quem critica. Ao falar das remunerações, sobretudo dos salários recebidos pelos trabalhadores, Bacha expõe a interferência do governo no mercado de trabalho.

Em nota de rodapé no mesmo artigo, Edmar Bacha (1975) deixa claro como elabora uma hipótese para explicar as remunerações de acordo com a posição hierárquica. Para Bacha esse tipo de estudo representa uma retomada a

[...] um tema dos autores clássicos, para quem a procura de determinações sociais deve localizar-se na esfera das relações de produção à qual pertence a noção de posição hierárquica, contrapondo-se, assim, à conceituação neoclássica de soberania do consumidor, a qual tem ditado a orientação da pesquisa empírica para a busca de pseudodeterminações comportamentais e sócio-demográficas, tais como nível educacional, sexo, cor, religião e idade (BACHA, 1975, p. 135).

Para Bacha (1978) a questão da distribuição de renda foi importante ao ponto de ser caracterizada como um dos “Mitos de uma década”⁴⁵. Assim, ele se coloca sob a perspectiva crítica aos pressupostos do marginalismo e da teoria neoclássica⁴⁶. Conduzindo, então, os seus estudos com diálogo com a Economia Política Clássica e a de Marx. Em suma, Bacha busca ressaltar, por este prisma, as relações sociais subjacentes às relações de produção. Este aspecto é essencial para a determinação das diferenças com as explicações mais aceitas na época e condiz com a argumentação de Bacha contra as estruturas determinantes da distribuição da renda. Interessa-nos expressar aqui como as diferenças entre distribuição funcional e pessoal da renda foram suscitadas por diferentes economistas, entre os quais o envolvimento de Bacha nas controvérsias sobre a distribuição de renda é paradigmática. Essa maneira expressa as relações e diferenciações dos economistas. Portanto, o instrumental analítico da Economia Política Clássica da qual bebe Edmar Lisboa Bacha, é utilizado dentro do seu estudo empírico para investigar as relações dentro das classes gerenciais e seus subalternos. Ou seja, dessa maneira, Bacha ressalta as relações sociais inerentes à economia. Então, expressa os caminhos que podem ser tomados na intervenção do governo na economia.

A partir das duas teorias sumarizadas acima, expõem a segmentação ocorrida no mercado de trabalho: separação das pessoas ocupadas na esfera real (atividades produtivas) daquelas ocupadas na esfera de controle - essa diferenciação também é ressaltada nos artigos publicados na imprensa escrita que tratam do posicionamento de Bacha, reverberando no debate público. Assim,

No nível das atividades ‘reais’ seguiria tendo validade, em primeira aproximação, os postulados da Teoria Econômica referentes à fixação dos salários relativos segundo níveis de qualificação, ou seja, em equilíbrio, a escala de salários seria determinada, em condição de oferta ilimitada de mão-de-obra não-qualificada, pelo nível do salário mínimo e pelos custos de treinamento de sucessivos níveis de qualificação. Já na esfera de controle empresarial, o custo de treinamento estabelece apenas um limite inferior para

⁴⁵ Título homônimo de um trabalho que reúne outros artigos de sua autoria. Segundo Bacha, “inúmeros economistas brasileiros têm apresentado argumentos teóricos e evidências empíricas que se contrapõem frontalmente à tese de que a má distribuição da renda é ‘natural e autocorretiva’” (BACHA, 1978, 1975, 15).

⁴⁶ “As últimas décadas do século XIX foram testemunhas de uma mudança na visão do problema redistributivo, a chamada revolução marginalista, que substituiu a ideia de conflito entre os fatores de produção e classes sociais pela harmonia e coexistência pacífica. Tanto trabalhadores quanto capitalistas se apresentam no mercado como proprietários de fatores de remuneração por seus serviços. Essa é ditada pela disponibilidade relativa de tais fatores e pelas características da tecnologia disponível. No âmbito desse paradigma neoclássico as firmas, na presença de concorrência perfeita, contratam mão-de-obra até o ponto em que a receita adicional gerada pela última unidade contratada seja igual ao custo desta, isto é, a taxa de salário. Desse modo, para cada salário existe uma quantidade de trabalho demandada pelas firmas – a demanda global por trabalho. Os trabalhadores, por sua vez, decidem o quanto estão dispostos a trabalhar [...] gerando assim uma oferta global de mão-de-obra. Da interação dessas duas forças resulta o salário de equilíbrio na economia. Processos similares determinam os preços dos demais fatores de produção, de modo que os preços funcionam como sinalizadores da escassez relativa dos fatores” (RAMOS, 1991. p. 23-24).

salários relativos, já que, além de seu custo de reprodução, os gerentes percebem um sobrevalor somente explicável por sua posição de dominação nas relações de produção capitalista, a qual os associa à classe proprietária nesse sistema (BACHA, 1975, p. 132).

Essa perspectiva segue interpretação, representada por Bacha como expressão da “[...] análise clássica, admitimos que a variável chave na determinação da distribuição da renda seja a taxa de exploração, em nosso caso redefinida como a relação entre remuneração de gerentes e salários dos trabalhadores [...]” (BACHA, 1975, p. 133). Assim para Bacha tem a sua importância e “pode ser entendido como uma teoria sobre a estrutura de remuneração mais ampla, mas do mesmo gênero que a ‘teoria do capital humano’”. (BACHA, 1975, p. 136). Bacha ressalta que através dessa perspectiva pode-se expor “[...] a relação entre a remuneração dos gerentes e os salários dos trabalhadores tem a ver não com sua importância funcional relativa, mas com a razão entre lucros e salários existentes na economia [...]” (BACHA, 1975, p. 137). São estes aspectos que Bacha define como sendo aqueles importantes para apreciação da desigualdade nos rendimentos.

Para validar os pressupostos, Bacha fez uma análise de empresas que ele considera de ponta e, portanto, são representativas. O autor então empreende em fazer uma análise empírica, a fim de investigar as relações entre os salários daqueles que estão ocupados em cargos de gerência e aqueles que estiveram na fábrica. Assim, ele busca verificar as relações entre trabalhadores e gerentes a partir de dados disponíveis referentes aos salários pagos em grandes setores industriais, situadas no que ele denomina como triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, sendo estas empresas representativas dos setores que ele pretende investigar⁴⁷. As fontes salariais foram do GRUPISA, CSN, GE e MORRIS & Morgan⁴⁸. Assim:

- a) os dados do GRUPISA confirmam que no período de 1964-1996 houve queda nos salários reais dos trabalhadores;
- b) a pesquisa da CSN indica ganhos salariais maiores para gerentes do que para trabalhadores no período de 1966 até 1972;

⁴⁷ Em entrevista no Jornal do Brasil em 1973, Bacha dá ênfase em sua argumentação principal, ele ressalta que: “[...] cerca de 20% da mão-de-obra ocupada na indústria não são operários mas burocratas (a distinção precisa é entre ‘pessoal ocupado na produção’ e ‘pessoal administrativo’ (SINDICATO..., 1973). Bacha ainda continua a defender a sua argumentação “[...]Quando olhamos o comportamento relativo dessas duas categorias, constatamos que os burocratas se apropriaram da parte de leão dos aumentos de produtividade da mão-de-obra na indústria no pós-guerra.” (SINDICATO..., 1973).

⁴⁸ Assim, são quatro fontes principais para entender a distribuição salarial utilizada por Bacha. Segundo o autor, são empresas que se localizam no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. O GRUPISA: representa um mutirão de empresas formado em 1964, abrangendo 130 cargos. A CSN corresponde a uma amostra de 15 grandes empresas localizadas na região Centro-Sul. A GE de uma pesquisa realizada pela Gerência de Planos da General Electric S/A, desde 1965. A MORRIS & MORGAN corresponde a um informe estatístico que abrange 36 cargos gerenciais (BACHA, 1973).

- c) os dados do GE não confirmam os dados da CSN quanto aos ganhos dos dirigentes;
- d) as informações de Morris & Morgan apontam uma taxa média anual de crescimento dos salários dos gerentes no período de 1969-1972 igual a 6,7%.

Para Bacha (1975), os dados sugerem que claramente o comportamento dos salários é substancialmente diferente da divisão entre trabalhadores e gerentes. Assim, “[...] em que se sustentou que seria a hierarquia e não a qualificação a variável chave para explicar a abertura do leque na década de sessenta” (BACHA, 1975, p. 151), sustentando então uma posição diferente das teses langonianas. Os argumentos de Bacha (1975) são levados adiante, e são expressos também na imprensa escrita, tal como se pode entender de sua participação em uma edição no Jornal do Brasil em 1973, data deste mesmo trabalho:

Em seu depoimento, o economista Edmar Lisboa Bacha considera que o fenômeno de concentração da renda tem fundas raízes estruturais e não pode ser corrigido apenas através do nível de escolaridade da mão-de-obra (SINDICATO..., 1973).

Isto posto, significa que a solução da distribuição da renda passa pela resolução de fatores estruturais na economia, dos quais resguardam importância à distribuição salarial mais equânime entre gerentes e trabalhadores. Para Bacha (1975), as causas dessa diferenciação na distribuição de renda tem um dos seus aspectos inerentes à política salarial e na ação sindical. Esses resultados possuem refletir as políticas salariais colocadas em curso durante a década de 1960 e a proibição da ação dos sindicatos.

A política salarial no período consistiu da fixação do salário mínimo, regulamentação da fórmula de reajustamento salarial a ser obedecida nos acordos e dissídios coletivos, e proibição à ação sindical reivindicatória fora dos Tribunais do Trabalho (BACHA, 1975, p. 152).

Este ponto de vista foi levado adiante por Bacha em suas contribuições para o debate público da época. Diante desse aspecto, podemos analisar as diferenciações entre os economistas em posições mais alinhadas daquelas menos alinhadas ao governo. Carlos Geraldo Langoni e o Bacha são duas vertentes para se contrastar o debate da questão. As suas narrativas são diferentes dentro do debate. Isso significa que o Langoni se coloca no debate como um vencedor, ao passo que Edmar Bacha se coloca como alguém que estava combatendo o autoritarismo, como o supracitado. Essas contraposições permeiam os posicionamentos de Bacha. Para ele, a desigualdade na renda

[...] não parece se tratar de fenômeno passageiro, ou consequência temporária do jogo da oferta e procura de mão-de-obra qualificada. Trata-se aparentemente de fenômeno de fundas raízes estruturais que não pode ser corrigido apenas através do aumento do nível de escolaridade da mão-de-

obra do país. A única solução parece ser uma taxação crescente dos lucros e dos salários superiores, empregando-se o produto da arrecadação em investimentos públicos de alto poder germinativo de empregos permanentes (SINDICATO..., 1973).

A solução para o problema da renda torna-se inviável de se resolver pelo automatismo do mercado, tal como indicado pela teoria pessoal da distribuição da renda. Para refrearem os problemas oriundos das desigualdades de renda, resguardam a intervenção do Estado na economia. Portanto, a desigualdade na distribuição da renda não representa um fenômeno natural que se buscará autocorrigir-se na medida em que o crescimento econômico se eleva e se perpetua pelo tempo, sendo assim, é um fenômeno passageiro de uma economia em fase de transição.

A política também aparece em outra publicação de Bacha. Em um dos seus artigos, intitulado os mitos de uma época, Bacha tece algumas críticas que, segundo ele, são “os resultados da política econômica do período revolucionário” (BACHA, 1978, p. 13). Na introdução desse livro, Bacha (1978, p. 9) diz que o ensaio “foi originalmente escrito em março de 1974 para uma revista semanal brasileira, mas foi publicado apenas em forma resumida e anônima na “Coluna do Castello” do Jornal do Brasil”. Aqui podemos ver que há uma semelhança com as estratégias de veiculação das ideias tal como buscado por José Serra que teve um de seus artigos publicados sob pseudônimo. Apesar de nunca ter sido preso ou perseguido como alguns representantes do CEBRAP, o pensamento econômico de Bacha está assim permeado pelas disputas de uma época. Ele aparece como crítico ao governo militar e como o supracitado mais alinhado aos valores democráticos.

Em 1974, Bacha publicou o artigo no Jornal Opinião⁴⁹ intitulado O rei da Belíndia. Tal como indicado no subtítulo da obra, o texto se dirige aos tecnocratas. O artigo está longe de tratar a questão da distribuição da renda e buscar o esgotamento da questão. Tal como já apontamos, entretanto, esse jornal veiculou os artigos de críticos, como Paul Singer e aqueles que trabalharam na Cepal como Maria da Conceição Tavares e o José Serra. A ressonância desse artigo no Jornal Opinião expõe a dimensão sob a qual publica Bacha, como alguém que

⁴⁹ O jornal Opinião teve entre os seus quadros autores buscaram contestar as políticas. Esse quadro de “colaboradores se constituiu “mediante a reunião de diversos intelectuais de diversos horizontes políticos em virtude de algo comum a todos, o direito e o dever de defenderem a liberdade de expressão”. Seus membros eram Antônio Calado, Antônio Cândido de Melo e Sousa, Fernando Henrique Cardoso, Millôr Fernandes, Celso Furtado, Paulo Emílio Sales Gomes, Alceu Amoroso Lima, Luciano Martins, Francisco Oliveira, Paul Singer, Francisco Weffort e outros”. (OPINIÃO, c2017).

estava mais atuante também na questão política e, por isso, presente no debate público. Essa questão dá ressonância aos trabalhos de Bacha durante a década de 1970.

Assim, pelo exposto, a atuação de Bacha é exemplificadora para entendermos as disputas entre os economistas em 1970. Como salientamos, a trajetória de Bacha se deu em um momento peculiar de intensificação do intercâmbio entre pesquisadores. Ao retornar ao Brasil, Bacha, que teve vínculos com o IPEA, envolve-se nas polêmicas sobre a distribuição da renda sempre mobilizando críticas ao governo, aspecto que marca um posicionamento em contraposição aos demais economistas envolvidos na controvérsia sobre a distribuição da renda.

4.2.2 Pedro Malan e John Wells

Pedro Malan e John Wells guardam em comum em suas trajetórias, ligações com centros internacionais da pesquisa econômica, dividem a produção de artigos e aparecem juntos no debate sobre a controvérsia em entrevistas na imprensa escrita, o que justifica abordagem em uma só seção do capítulo. Wells, posteriormente, aparece escrevendo artigos de próprio punho. Ao mergulharmos na trajetória institucional destes dois autores, procuramos ressaltar como estes se envolveram entre as disputas com seus pares em proposições sobre a distribuição da renda. São essas forças que agem sobre a produção dos economistas e que as disputas em torno da desigualdade de renda é um bom estudo de caso. Para tanto, vamos estudar a trajetória e filiação institucional destes autores e como então eles se inseriram nas disputas acerca da distribuição de renda.

Pedro Sampaio Malan é engenheiro por formação. Em 1964, ele iniciou o curso de Economia pela Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), porém não chegou a concluir este curso. Mais tarde, em 1966, Malan cursou, o 18º Curso Intensivo em Problemas do Desenvolvimento Econômico, patrocinado pela CEPAL e pelo BNDES, ministrado em Vitória, no Espírito Santo⁵⁰. O seu bom desempenho

⁵⁰ “[...] Foi um bom curso, estruturado seriamente, com alguns professores muito competentes vindos do Chile, Argentina e Uruguai, além de bons brasileiros. Do Rio de Janeiro fomos, que me lembre, Regis Bonelli, um funcionário do recém-criado Banco Central, Satossi Abe, e eu. Foi interessante, e terminei o curso muito bem. Em agosto, Regis Bonelli e eu nos candidatamos a um lugar no EPEA (Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada), do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (depois transformado em Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), onde, aprovado, comecei a trabalhar em setembro de 1966” (MALAN, 2005, p. 58).

favoreceu sua candidatura a uma posição no então Escritório de Pesquisa de Economia Aplicada (EPEA), onde pode iniciar a sua carreira como pesquisador e planejador econômico (PEDRO..., 2019).

No EPEA, em 1967, participou do programa de desenvolvimento econômico ofertado pelo Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico e Social (CENDEC). No Centro havia a presença de pesquisadores estrangeiros devido aos convênios com centros de pesquisas internacionais. De acordo com Malan (2005), entre os nomes e suas respectivas funções estava Willy Van Ryckingham, que elaborou uma matriz de insumo-produto. Havia também pesquisadores franceses, como Alain Jacob, que fez estudos sobre crescimento da demanda em diferentes setores, e Michelle Guérard, além de norte-americanos como Samuel Morley, que trabalhou com emprego e distribuição da renda. Albert Fishlow, em macroeconomia. Gordon Smith, especialista em agricultura. Outro pesquisador mencionado por Malan foi Joe Bergsman, que trabalhou na Índia. Estes convênios também foram importantes para a atuação de John Wells em pesquisas sobre a economia brasileira.

Como ressaltado por Loureiro, com o processo de modernização da ciência econômica, houve um intenso fluxo de pesquisadores estrangeiros, sobretudo norte-americanos no Brasil. Esse contato foi fundamental para novos arranjos profissionais no Brasil, impactando desse modo nas estratégias de atuação dos economistas. Isso também pode ser visualizado na formação do pessoal que passou a compor os quadros do IPEA, segundo João Paulo Reis Veloso:

Desde o início teve gente com pós-graduação no exterior. Primeiro, procurou-se trazer aqueles que estavam voltando [...] Outra forma era requisitando economistas de instituições de governos e, às vezes, até de empresas públicas ou de autarquias [...] Havia um terceiro tipo de recrutamento que era a formação de pessoal [...] Contingencialmente trouxe pessoas de fora (LOUREIRO, 1997c, p. 333).

Dessa interação, esperava-se que houvesse o intercâmbio entre os pesquisadores nacionais e estrangeiros. Desse encontro nasceram diversos estudos sobre o Brasil. Dentre os quais está aqueles que se propuseram a investigar a questão da distribuição da renda. Os impactos também podem ser observados no envolvimento dos economistas estrangeiros em debates que foram difundidos na imprensa escrita. Esse caudal de proposições e análises econômicas, sobretudo, ao contestar as interpretações mais aceitas, dá ensejo à produção de conhecimento em economia e ressaltam a dimensão politizada dos autores envolvidos. Neste sentido, a ascensão dos centros de pesquisa também foi importante para o destaque dos economistas como interlocutores políticos.

Por outro lado, o clima político de repressão foi um gargalo na participação dos economistas estrangeiros, levando alguns destes a interromperem os seus contratos. Como lembra Malan (2005, p. 62):

[...] os eventos políticos influenciaram na presença dos economistas estrangeiros no IPEA. Sim, depois do AI-5 o clima no país mudou, e radicalmente, para muito pior. Eu estava entre os que achavam que estávamos entrando em um período mais autoritário e de duração ainda mais imprevisível. [...] Entendi perfeitamente a decisão dos pesquisadores estrangeiros.

Em 1969, Pedro Malan foi aprovado no programa de doutorado ofertado pela Universidade da Califórnia em Berkley⁵¹, com a sua tese intitulada Restrições cambiais ao crescimento em economia semi-industrializadas: a experiência brasileira – 1946-1976. Nessa mesma universidade John Wells se formou e continuou a desenvolver seus estudos em programas de mestrado e, posteriormente, no ano de 1978 obteve o seu título de doutorado⁵². Destaca-se, da trajetória destes autores, que ambos foram orientados por Albert Fishlow. Malan buscou dedicar-se ao estudo da economia monetária e da economia internacional (MALAN..., 2019). Já Wells trabalhou como assistente de pesquisa de Albert Fishlow, “He went to the University of California, Berkeley, to do research on development processes in Brazil. He obtained a Master’s Degree (1971) and worked as a research assistant for Albert Fishlow.” (HOUCOURT, 2012, p. 253).

Como podemos perceber, há similaridade no pensamento destes autores, sobretudo em suas formações. Foi neste momento da carreira de John Wells que os estudos sobre o Brasil passaram a despertar o seu interesse acadêmico. As preocupações de John Wells se envolvem com as pesquisas sobre a América Latina, “He was a consultant for several international bodies, working on applied economic issues in Brazil and Chile especially” (HOUCOURT, 2012, p. 253). No Brasil, ao adentrarmos em sua atuação podemos visualizar um exemplo para entendermos as disputas sobre a desigualdade de renda, entre aqueles que não possuíram um vínculo direto com o Ministro da Fazenda, Defim Netto. Wells,

[...] did publish a number of outstanding pieces of applied economics, especially his writings on Brazilian development where typically, he analysed the issues and extent of poverty in that most unequal of societies. They included his path-breaking and widely referred to article on the diffusion of consumer durables in Brazil (1977) (HOUCOURT, 2012, p. 254).

⁵¹ EDMAR Lisboa Bacha. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV, c2017. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edmar-lisboa-bacha>. Acesso em: 25 jun. 2019.

⁵² Sobre isso ver Houcourt (2012).

Tal como vimos anteriormente, durante a década de 1960 houve intensificação dos estudos sobre economia brasileira. A Fundação Ford e os acordos de cooperação MEC-USAID favoreceram este crescimento de estudos. Nessa mesma década, também multiplicaram o número de traduções de obras de autores brasileiros para o inglês. Por exemplo, os livros de Celso Furtado, Pandiá Calógeras e Caio Prado Junior. Dentro desse estreitamento de produções, destacamos a trajetória de economistas que chegaram ao Brasil como Werner Baer, Albert Fishlow dentre outros já citados (PRADO, 2016). Estes americanistas envolveram-se também em questões domésticas como o treinamento de uma elite para estudos em economia, ao mesmo tempo em que se envolvem em disputas sobre a economia brasileira.

De volta ao Brasil, Malan retomou suas atividades de pesquisa no então IPEA e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Ministério do Planejamento. Entre as preocupações de Malan circunscreveram aos seguintes temas: “Depois de um primeiro envolvimento no debate sobre essa questão de distribuição de renda no Brasil, a discussão macroeconômica passou a ser dominada pelas consequências [...] do primeiro choque do petróleo” (MALAN, 2005, p. 63).

Como diz Loureiro (1997c), o IPEA atuou naquela época como um *think tank* encarregado de pensar soluções para os problemas da economia brasileira. Entre 1966 e 1967, o IPEA foi atuante na elaboração dos Planos Decenais. Pelos incentivos do então Ministro Roberto Campos, os pesquisadores foram orientados a pensar na economia brasileira dez anos à frente. Entretanto, os Planos Decenais foram substituídos pela elaboração de um programa trienal de desenvolvimento estratégico, entre 1968 e 1970. Dessa maneira, observamos como o IPEA se inseriu como um instituto para a elaboração do conhecimento em economia e, não obstante, impactou na carreira dos economistas ao dar-lhe visibilidades diante dos problemas nacionais, tal como a distribuição de renda.

Neste processo, o IPEA também resguarda a sua importância no debate nacional frente aos problemas econômicos no Brasil. Sobre esse processo, lembra Malan (2005, p. 64):

Além das atividades de pesquisa, investigação, debates, as conferências, apresentações de trabalhos, no final dos anos 60 e início dos 70, o Ipea teve um papel da maior importância no estímulo ao desenvolvimento institucional dos centros de pós-graduação em economia no Brasil. A Anpec, a Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, muito deve ao apoio do Ipea.

No Brasil, durante a década de 1970, Malan e Wells desenvolveram trabalhos que buscaram refletir sobre a distribuição de renda. Interessa-nos aqui buscar os vínculos que tornaram Malan e Wells autores críticos sobre a distribuição da renda durante a década de 1970. Envolveram-se assim em um terreno de disputas entre os economistas que se encarregaram de pensar a questão. Wells⁵³ teve vínculos acadêmicos que ajudaram a compor o artigo publicado na coleção do Tolipan e Tinelli, autores que também envolvidos nas controvérsias sobre a distribuição da renda, tais como: Albert Fishlow e Pedro Malan, estes autores buscaram se contrapor às teses mais aceitas sobre a distribuição da renda. Isto é, os vínculos profissionais estabelecidos por John Wells com autores que justamente demonstramos estar no espectro ocupado por autores mais críticos.

Malan e Wells, em 1973, publicaram juntos um texto “A Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil”⁵⁴, originalmente publicado na revista Pesquisa e Planejamento, edição de dezembro de 1973. Ambos os autores identificam que o estudo conduzido por Langoni como sendo a interpretação de um porta-voz técnico ligado ao Ministro da Fazenda Delfim Netto. Malan e Wells (1973) visam atacar os fundamentos do trabalho de Langoni. Ou seja, há limites nas explicações de Langoni quando ele ressalta que a educação é a variável mais importante para explicar as diferenças de rendimentos, para os dois autores existem outros fatores explicativos para a desigualdade na renda. Isso significa que “[...] é preciso lembrar que não há qualquer evidência independente acerca desses supostos deslocamentos diferenciados nas curvas de demanda de diferentes tipos de mão-de-obra” (MALAN; WELLS, 1975, p. 248). Há assim uma igualdade entre todos os fatores de produção – o capital físico, acesso à propriedade e rendimentos do capital – e o capital humano.

Diante dos pressupostos assumidos por Langoni, existem duas formas de distribuição da renda: “a de rendas do trabalho (na sua terminologia, rendas derivadas da propriedade de capital humano) e a de rendas derivadas da propriedade de ativos reais e financeiros” (MALAN; WELLS, 1975, p. 251). Porém, para Malan e Wells (1973), essa forma de entender os rendimentos em uma economia capitalista é reducionista, pois “em um regime capitalista, a distribuição de rendimentos do trabalho é codeterminada com a distribuição de

⁵³ Posteriormente, em 1977, Wells volta a Cambridge e conclui o seu doutorado tendo como foco a economia brasileira, ‘Growth and Fluctuations in the Brazilian Manufacturing Sector’ (1977). Sobre isso ver Houcourt (2012).

⁵⁴ O artigo também foi publicado na coletânea organizada por Ricardo Tolipan e Arthur Tinelli, TOLIPAN, R; TINELLI, A. (org.) **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

rendas e da propriedade” (MALAN; WELLS, 1975, p. 251). Isso pode ser exemplificado olhando para as grandes empresas em que os gerentes determinam os seus salários e os da hierarquia que eles controlam.

Para Malan e Wells (1975), a interpretação de Langoni restringe as explicações sobre a distribuição de renda nos mecanismos de mercado, como sendo aqueles capazes de resolver os problemas distributivos no Brasil. Langoni sugere que as políticas econômicas devem buscar a “eficiência alocativa” e ampliação de “oportunidades” através dos mecanismos de mercado. Isso para os autores é problemático, pois

[...] a experiência de qualquer país capitalista indica claramente que não há qualquer tendência intrínseca para o sistema distribuir automaticamente, seja riqueza, seja renda, sejam oportunidades. Que isso tenha de fato corrido em vários países avançados é um fato, mas consequência de atividades organizadas politicamente por parte dos grupos e classes interessadas no controle ou na influência sobre a estrutura de poder da sociedade, consubstanciada no aparato institucional do Estado (MALAN; WELLS, 1975, p. 256-257).

Os autores identificam, então, as forças atuantes sobre a distribuição da renda. Este aspecto é importante na contraposição entre estes autores. Enquanto Langoni enxerga as diferenciações de renda como passageiras, e condizentes com o automatismo do mercado, em que a eficiência levaria a alocação ótima dos recursos, Wells e Malan (1975) ressaltam que as desigualdades foram impostas pelos mecanismos de intervenção do Estado na economia, através dos instrumentos de controle salarial. No que pesam as diferenças entre os economistas, há contraposições entre as interpretações, sendo elas mais alinhadas ao governo, daquelas que procuraram chamar atenção para o papel do governo na economia.

Não obstante, para os dois autores, a explicação de Langoni é insatisfatória, pois as teorias do capital humano não levam em consideração a “[...] ênfase em instituições, estruturas de poder e lutas de classe” (MALAN; WELLS, 1975, p. 260). Para os autores, a explicação de Langoni não pode estar no rol dos clássicos da literatura econômica brasileira da década de 70, tal como indicou o Ministro da Fazenda Delfim Netto, pois

- a) é insuficiente nos próprios termos em que o autor procura tratar a questão, isto é, o modelo é insuficiente;
- b) Langoni é omissos no que se refere às relações entre distribuição da renda com as diferentes formas de condução da política econômica;
- c) sobre a política econômica, Wells e Malan citam o artigo do Fishlow. Sobre o padrão de desenvolvimento, ele cita Maria da Conceição Tavares, José Serra e o

texto do Celso Furtado como um exemplo de pesquisas que consideram este aspecto.

Assim, para Wells e Malan (1975), o estudo conduzido por Langoni constitui um ato de fé nos mecanismos de mercado como indutores do desenvolvimento econômico. Neste sentido, reforça-se a dimensão conflitiva do debate, contrapondo, desse modo, as teorias levantadas pelo porta-voz técnico do governo diante das contestações de Wells e Malan (1975).

As polêmicas não se encerraram aí, John Wells, em 1974, escreve um artigo de próprio punho, buscando reforçar a sua visão sobre as explicações sobre distribuição da renda. Segundo Wells (1974), na obra de Langoni, ao ressaltar a contribuição da educação, inerentemente o autor colabora para perpetrar a “[...] ideia que pessoas de escolaridade mais alta dão uma maior contribuição à sociedade [...] e, portanto, merecem apropriar-se de uma parcela mais do que proporcional do crescimento econômico” (WELLS, 1974, p. 197). Isso, nos termos de Wells (1974), as explicações conduzidas por Langoni são limitadas, pois “[...] prevê uma justificativa ideologia para a desigualdade existente, ao invés de apresentar uma explicação científica para o que ocorreu” (WELLS, 1974, p. 197). Este aspecto do debate sobre a distribuição da renda foi até então pouco abordado pela literatura especializada, ao que parece sem levar em conta as minúcias dos debates capazes de exemplificar as disputas entre os economistas.

Ainda, segundo Wells (1974), deve-se chamar atenção para os fatores estruturais. Neste sentido, a “distribuição da renda do trabalho parece ser sensível às flutuações cíclicas da atividade econômica [...]” (WELLS, 1974, p. 217). Isso se dá por duas razões: primeiro, a relação crescimento e igualdade é falsa, isto não se verifica no Brasil. Entre 1967 e 1971 houve período de crescimento do produto, mas não se produziu efeito em favor do aumento do emprego entre os mais pobres. Em segundo lugar, as experiências de países como os Estados Unidos, a Inglaterra e Holanda, por exemplo, indicam que a dispersão salarial seguiu os ciclos econômicos. Isto é, na expansão ocorre uma redução das disparidades ao passo que na recessão estas tendem a aumentar. Isso parece não ser o que ocorreu no Brasil. As modificações cíclicas no Brasil não distorceram o quadro apresentado. Por outro lado, para Wells (1974) o que caracteriza o caso brasileiro, se trata de uma economia com uma

[...] oferta abundante de mão-de-obra não-qualificada, o salário mínimo desempenha um papel crítico na determinação da distribuição global dos rendimentos. Durante o período de estabilização, o Governo teve bastante sucesso em controlar os salários mais baixos e foi, portanto, responsável pela deterioração observada na distribuição de rendimentos. A experiência dos países capitalistas avançados indica que uma redução na desigualdade dos

rendimentos segue-se ou da formação de um movimento sindical independente, ou de uma escassez geral de mão-de-obra numa situação em que seja bastante rígida a distribuição estrutural de trabalho entre os setores. Como nenhuma dessas condições tende a aparecer no Brasil, a política governamental é um determinante crucial da distribuição (WELLS, 1974, p. 223).

Wells chama a atenção para os determinantes que atuam no mercado e que levaram às distorções na distribuição da renda. Parece o que ocorre no Brasil é uma distribuição funcional da renda, em contraposição às teses que falam da distribuição pessoal da renda, tal como a de Langoni. A contrapartida direta dessa intervenção dos formuladores de política econômica se manifestou nas desigualdades da renda, que, em certo sentido foi beneficiária de uma pequena parcela da população. A economia experimentou fases de expansão, mas logo veio o seu custo social. Isto é.

Ao considerar a estrutura da demanda, uma importante contribuição ao debate sobre o processo de recuperação industrial no Brasil foi feita por aqueles que consideram que a redistribuição de renda – que se diz ter sido uma característica da recessão – foi uma causa e condição necessária da recuperação ocorrida subsequentemente e[...] a contribuição mais importante do período de estabilização foi redistribuir a renda em favor dos grupos de renda mais alta. Isso colocou mais renda dos que tendiam a adquirir bens de consumo durável, e também incorporou as pessoas a essa categoria. Além disso, o dinamismo do setor produtor de bens de consumo durável deveu-se a uma contínua concentração e reconcentração de renda através da recessão e expansão [...] (WELLS, 1974, p. 229).

Wells (1974) ressalta que a redistribuição dos rendimentos foi uma característica marcante do período de estabilização, acompanhado de um forte aumento de desigualdade em 1969 e 1970. A redistribuição da renda no período se devia ao aumento da demanda por bens duráveis.

Wells e Malan também estiveram presentes nos debates na imprensa. Sempre tendo como interlocutor do debate as teses levantadas por Carlos Geraldo Langoni em seu estudo mais conhecido, e que usamos para exemplificar os posicionamentos mais próximos ao governo. Neste sentido buscamos ressaltar as disputas entre os economistas mais alinhadas e menos alinhadas. Neste sentido, Wells e Malan foram intérpretes da economia, ao se envolverem com a questão da distribuição da renda, traduzindo no debate público com análises que se contrapuseram às interpretações dos porta-vozes do governo.

Em 1974 o Jornal do Brasil dedicou páginas a remontar esse debate. Na ocasião, o jornal dava destaque e voz a Carlos Geraldo Langoni, John Wells e Pedro Malan. Estes dois últimos autores acabaram de publicar um artigo na revista Economia e Planejamento do

IPEA. Ao reunir estes entrevistados, o jornal ressaltava o posicionamento dos autores diretamente envolvidos com o debate, que, assim, se projetaram no debate público.

Nessa entrevista, coube a Langoni buscar ressaltar o seu posicionamento sobre a questão da distribuição da renda de que, embora houvesse aumentos das desigualdades, não houve, de fato, perda de bem-estar. Dito de outro modo, apesar das desigualdades, todos os estratos sociais ganharam com a expansão econômica observada entre 1960 e 1970. Em contrapartida, John Wells contesta:

A maior desigualdade é o resultado da política de estabilização e do processo de crescimento econômico muito rápido. Em particular, a queda no valor real do salário mínimo é a principal causa desta crescente desigualdade: no caso dos trabalhadores, significou um barateamento no custo de emprego de trabalho e uma elevação na taxa de exploração do trabalho. Isso resultou numa redistribuição da renda dentro do setor urbano, do trabalho para o capital (A RENDA..., 1974).

Esse debate deslinda os conflitos inerentes ao campo dos economistas. Estes autores alimentam as diferentes instâncias do debate sobre a distribuição da renda, contribuindo para que houvesse divergências no campo de atuação dos economistas. Tais distinções são paradigmáticas para entendermos as distinções que dinamizam a produção do conhecimento econômico. Dentro destas disputas, nas quais o debate público representou uma de suas faces, para Malan e Wells as explicações dadas por Langoni são insuficientes, pois

A verdade é que, além da posição do professor Langoni, não há uma segunda posição claramente definida para o que ocorreu no Brasil, ao longo da década, em termos de distribuição de renda. Vários autores sugerem que a política econômica (a salarial e/ou a de incentivos à lucratividade privada) não primou pela neutralidade distributiva (Mário Henrique Simonsen); que o fenômeno não deve ser reduzido a desequilíbrios no mercado de trabalho (R. Hoffmann); que a distribuição funcional altera-se nas diferentes fases do ciclo (J. Wells); que parte dos salários é função do comportamento dos lucros (Edmar Bacha); e que a distribuição dos estoques de ativos reais e financeiros afeta a distribuição dos fluxos de renda (R. Hoffmann). Nenhuma dessas questões mereceu a atenção do professor (A RENDA..., 1974)

Tal como já demonstramos, as trajetórias de John Wells e Pedro Malan se deram no bojo das transformações sobre o campo de atuação dos economistas, sobretudo no que se refere aos intercâmbios entre os pesquisadores. Quando a questão da distribuição de renda passou a ocupar a ordem do dia, Wells e Malan buscaram mobilizar argumentos que se contrapuseram às teses de Langoni, sobretudo aqueles de natureza contestatória de que a intensificação da distribuição da renda não representou um aspecto “natural”. A atuação destes autores, então, reforça as intensas batalhas que incidem sobre o campo dos economistas.

4.2.3 Rodolfo Hoffmann

Rodolfo Hoffmann foi outro autor que buscou refletir sobre as causas da desigualdade na distribuição da renda. Hoffman acabava de defender a sua tese sobre distribuição de renda na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP).

Como já explicitamos, a década de 1960 foi importante para a consolidação do campo dos economistas no Brasil. Neste contexto, como já destacamos pelos trabalhos de Maria Rita Loureiro (1997d), os institutos de pós-graduação em economia se estabelecem como um local por excelência na produção de conhecimento. Como buscamos salientar, o campo dos economistas no Brasil está também permeado por disputas, sendo aquela em volta das questões sobre desigualdade de renda um exemplo paradigmático para o entendimento das diferenciações entre os economistas. Quando a questão sobre a desigualdade de renda ascendeu, irradiando o debate público, Hoffmann já despontara como um jovem pesquisador em economia, com participação direta nos debates levantados entre os seus pares. Segundo Raúl Ekerman (1989), que foi um importante autor a observar as transformações no campo dos economistas, as observações de Hoffmann o colocam em evidência e exemplificam as disputas inerentes ao campo dos economistas, assim

Conhecidos os resultados do Censo Demográfico de 1970, iniciaram-se as comparações com o Censo de 1960 para saber em que direção havia ido o grau de concentração da distribuição *pessoal* de renda. Os primeiros resultados de Hoffman, da Escola de Agronomia Luiz de Queiroz da USP, indicaram aumento [...] (EKERMAN, 1989, p. 130).

Neste sentido, Ekerman (1989) identifica o trabalho de Rodolfo Hoffmann entre os primeiros autores que se propuseram a investigar as causas da distribuição da renda no início de 1970. Buscar apenas as origens do debate, entretanto, não responderá à questão principal do presente trabalho, isto é, não podemos apreciar as disputas em torno da desigualdade de renda. Interessa-nos analisar as dimensões conflitivas do debate entre os quais Hoffmann participou e colaborou. Precisamos considerar, todavia, que Rodolfo Hoffmann escreveu pouco nos jornais da época, em comparação com Carlos Langoni ou Albert Fishlow. Buscaremos, então, olhar para a trajetória de Hoffmann para darmos conta de como este autor refletiu sobre a distribuição da renda.

A trajetória de Rodolfo Hoffmann começou durante os anos de 1960. Coincidentemente, ele ascendeu em um contexto em que testemunhou as intensas

perseguições aos que eram considerados os opositores do regime. Tal como ressalta Boris Fausto (2006), este foi um período de perdas de direitos, expurgos, cassação de mandatos, vigilância e repressão. Essas questões de ordem política também permeiam a memória de Hoffmann acerca do período. Assim, este autor compreende que

[a] análise do aumento da desigualdade entre 1960 e 1970, constatada por meio da comparação dos dados dos Censos Demográficos realizados nesses dois anos, pois ocorreu o golpe militar em 1964 e uma radicalização do processo em 1968. Eu mesmo fui preso de maneira totalmente arbitrária em abril de 1964, apenas por ser considerado um estudante “subversivo”. Permaneci preso por 50 dias e posso testemunhar que os demais presos “políticos” em Piracicaba eram todos líderes sindicais. Na medida em que essa repressão aos sindicatos ocorreu em todo o país, é claro que isso reduziu o poder de barganha dos trabalhadores e contribuiu para aumentar a desigualdade da distribuição da renda. É certo que mecanismos de mercado e a escassez de mão de obra mais qualificada contribuíram para o aumento da desigualdade durante o período de rápido crescimento econômico na década de 60, mas é inegável o papel relevante da repressão aos movimentos sindicais, da falta de liberdade, da censura [...] (HOFFMANN, 2009).

Assim Hoffmann, mostra que com a ascensão dos militares ao poder em 1964 levou a uma situação de repressão aos opositores do regime. Essa perda de liberdade culminou em aumento das desigualdades de renda. Isto é, Hoffmann enfatiza que as políticas lavaram ao o aumento da desigualdade. Isso pode ser visto em seus argumentos, nos quais ele se apoia para dimensionar a questão da distribuição da renda e em sua presença no debate público. Em 1972, após a conclusão de sua tese, Hoffmann emerge no debate buscando salientar a sua posição no debate público; em edição do *Jornal do Brasil*, diz Hoffmann,

Do ponto de vista econômico, as soluções são muitas e não existe incompatibilidade nenhuma. Para resolver a crise econômica que o país atravessou no início da década de 60 havia várias opções e foi escolhida uma que levou à maior concentração da renda. Mas essa escolha foi política e não necessária do ponto-de-vista exclusivamente econômico. Houve, portanto, uma decisão em nível político (PADRÃO..., 1972, p. 42).

Para Hoffmann, as desigualdades experimentadas na distribuição de renda representavam os resultados de políticas econômicas que não foram produtos naturais—argumentos levados adiante pelas interpretações mais próximas do governo, e que ganharam ensejo nos trabalhos de Carlos Geraldo Langoni—, mas foram claramente deliberadas e, assim, circunscreveram as opções de política econômica em voga durante a década de 1960. As desigualdades observadas na renda não se restringiram aos mecanismos de mercado, baseado na lei da oferta e da procura, mas que resultado deliberado das políticas econômicas. Assim, podemos ressaltar a dimensão conflitiva do debate que foi levada adiante por Hoffmann, colocando-o ao lado dos economistas críticos. Neste sentido, o envolvimento de Hoffmann na

controvérsia sobre a distribuição de renda é paradigmático para reconhecer que o campo dos economistas gira em torno de disputas:

O trabalho de Langoni (1973), realizando com o apoio do então ministro da Fazenda, professor Antônio Delfim Netto, foi fundamental para estabelecer um consenso sobre o aumento da desigualdade entre os anos 1960 e 1970. Com isso, o aspecto polêmico passou a ser a interpretação do fenômeno, com alguns autores enfatizando a política governamental (políticas econômicas-sociais), enquanto outros consideravam que a maior dispersão das rendas refletia, essencialmente, um mercado no qual corria um crescimento da demanda por mão-de-obra mais qualificada sem o correspondente da oferta a curto prazo (HOFFMANN, 2007, p. 135).

Como podemos observar, o Hoffmann (2007) contribui para o debate enaltecendo as interpretações críticas. A questão da distribuição da renda ganhou o centro das preocupações da carreira de Hoffmann, sendo o centro de suas preocupações em outros estudos. Assim, Hoffmann e João Carlos Duarte (1972) publicaram artigos na Revista Brasileira de Administração, da FGV. O artigo mostrara que o índice de Gini saltou de 0,49 para 0,57, no período de tempo entre as décadas de 1960 e 1970. O índice de Gini varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 0 corresponde que não há desigualdade de renda. Sendo mais próximo de 1, há maiores desigualdades nos rendimentos. Em suma, os autores entendem que houve uma piora na distribuição da renda. A desigualdade da renda foi mais intensa na região Sul, especialmente nos setores urbanos. Estes dois autores ressaltam que:

Em primeiro e principal lugar, a causa mais evidente: compressão salarial. Face às características, desde há muito reconhecidas, do processo de industrialização do Brasil como sejam o uso de técnicas capital-intensivas nos setores dinâmicos da indústria, a desorganização do mercado de trabalho derivada da existência de excedentes estruturais de mão-de-obra, e, mais recentemente, a fragilidade das organizações sindicais, o salário médio de grande parcela dos trabalhadores da indústria permanece desvinculado dos ganhos de produtividade no setor e amarrado ao mínimo estabelecido institucionalmente. Ora, o salário mínimo real, em 1970, apresentava-se rebaixado em cerca de 30 % em relação ao do ano de 1961 [...]. Os salários médios apresentados nesse quadro foram obtidos deflacionando, mês por mês, o salário mínimo vigente na cidade de São Paulo e calculando, em seguida a média aritmética dos 12 valores reais obtidos para cada ano (DUARTE; HOFFMANN, 1972, p. 61).

O estudo conduzido por Duarte e Hoffmann (1972) ganhou evidência na imprensa escrita. Em 1972, o jornal Correio da Manhã publicou uma série de três reportagens sobre os estudos produzidos pelos autores. Na primeira, o principal destaque é o fato de que “10% da população apresentam quase a metade da renda nacional” (PINHEIRO NETO, 1972b, p. 06). Assim, são identificados pelos autores quatro grupos de renda: o primeiro, constituído por 50% da população, são aqueles considerados marginalizados pelos grupos consumidores.

Neste grupo faz parte grande contingente da população rural não proprietária e parte da população do Nordeste. O grupo seguinte corresponde aos 30% da população, constitui uma renda cerca de três vezes maior do que a do grupo anterior. O terceiro grupo é representado pelos operários, pequenos comerciantes, quadro médio da burocracia e parte do pessoal do administrativo, correspondendo a 15% da população remunerada e que detém 27% da renda total. No alto da cúpula está os 5% da população que detém 36% da renda total. O último artigo da série em destaque pelo Correio da Manhã apresenta notas conclusivas das análises dos estudos destes autores, ou seja, para estes autores, o crescimento do produto neste período beneficiou apenas uma metade, por outro lado parte da população foi marginalizada dos benefícios do crescimento econômico. Isto é, beneficiando uma minoria reduzida de consumidores.

Hoffmann frequentemente apareceu entre os debates conduzidos na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a qual representou um local importante para a contestação do que ocorreria no Brasil. Como o próprio Hoffmann (2007, p. 135) ressalta, “[...] nessa época, as reuniões anuais da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) ganharam enorme importância como fórum de manifestação de críticas do regime”. Assim, as disputas em torno da distribuição de renda foram capazes de mobilizar outras instâncias do debate no contexto da ditadura militar, além das universidades.

Em 1972, Rodolfo Hoffmann publica um trabalho na XXIV Reunião Anual da SBPC⁵⁵. O autor destaca que a distribuição de renda passou a ocupar um lugar central entre as preocupações dos economistas. No trabalho, o objetivo é relacionar o processo de concentração da renda do último decênio com o rápido crescimento econômico. O tipo de crescimento econômico foi beneficiado pelo processo de concentração da renda. “Enfatizamos, entretanto, que esse tipo de crescimento opõe-se, sob diversos aspectos, ao desenvolvimento econômico a longo prazo” (HOFFMANN, 1975, p. 105).

Para caracterizar o grau de concentração da distribuição da renda ou da riqueza em uma região podemos utilizar o Índice de Gini. A renda estimada pelo autor foi levada em consideração em termos de Contas Nacionais, representada por um misto entre Renda Pessoal e Renda Pessoal Disponível. Os dados, todavia, não incluem a produção agrícola para autoconsumo. Isso faz com que os índices de concentração superestimam o grau de

⁵⁵ O artigo também foi publicado na coletânea organizada por Ricardo Tolipan e Arthur Tinelli, TOLIPAN, R; TINELLI, A. (org.) **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

concentração real. No cálculo também, não foram calculado o índice de variação no custo de vida, de uma região para outra, e de um setor para outro.

Os índices levantados no trabalho mostram que, na década de 1960-1970, houve concentração da renda no Brasil. Esse processo foi mais intenso no setor urbano e na região Sul. Em contraste, somente na região urbana do Nordeste indicam uma diminuição no grau de concentração da distribuição da renda. De acordo com Hoffmann (1975, p. 108), “a renda real dos 50% da população remunerada de rendas mais baixas apresentou, de acordo com as estimativas obtidas, um aumento de 1% durante o decênio, o que é, praticamente, desprezível”.

A nota conclusiva de Hoffmann é que a metade da população não se beneficiou com as taxas de crescimento econômico (pelo menos em termos monetários) e outros 30% da população tiveram apenas benefícios marginais. Hoffmann então parte para uma nova etapa do artigo, que visa entender os motivos que levaram a concentração de renda naquelas décadas. Uma das causas principais para o aumento da desigualdade de renda foi a compressão salarial. O salário mínimo real diminuiu durante o período analisado por Hoffmann (1975, p. 109): “Um índice do valor do salário mínimo real médio na cidade de São Paulo, tendo por base o triênio 1959-61 = 100, caiu para 82 no triênio 1962-64 e para 75 e 71 nos triênios 1965-67 e 1968-70, respectivamente”. Isto é, para o autor, o Milagre Econômico foi um período de intenso crescimento, mas que combinou forte desigualdade, por exemplo, na região metropolitana de São Paulo. O autor, então, avança em suas interpretações das forças que atuam sobre o mercado e foram capazes de produzir as grandes diferenças nos salários:

A remuneração de parte dos empregados administrativos, particularmente dos executivos das empresas, é estabelecida por forças sociais que regulam o nível de renda das classes dominantes (A “elite do poder”, conforme Mills), e não em função da oferta e da demanda de mão-de-obra. Na sua qualidade de membros ou ‘assessores’ da ‘elite do poder’, esses empregados administrativos foram beneficiados pelo processo de concentração da renda e do poder econômico que teve lugar no Brasil (HOFFMANN, 1975, p. 110).

Assim, para Hoffmann (1975), o aumento da diferença dos salários entre os operários e empregadores administrativos estão entre os determinantes que contribuíram para o aumento de concentração de renda no setor industrial.

Para Hoffmann (1975), para dar uma resposta sobre a desigualdade de é necessário também avaliar as bases da distribuição da posse da terra. Nesse ponto, o autor se vale de análises históricas para compreender o presente. Neste sentido, Hoffmann (1972), ainda que resumidamente, expõe a trajetória de distribuição e posse da terra ao longo do tempo. Entende Hoffman que há fatores que colaboram para que as “distribuições da renda e da riqueza em

um país parecem ser características bastantes estáveis, isto é, na ausência de revoluções sociais os índices de concentração só se modificam pouco ou lentamente” (HOFFMANN, 1975, p. 112). Em outras palavras, a desigualdade na posse da terra acompanha a evolução política do país, isto é, ela se reproduz ao longo do tempo, mantendo uma estrutura concentradora.

Assim, Hoffmann (1975) vai às origens históricas para compreender essa estabilidade na posse da terra. O autor entende que essa concentração da posse da terra tem as suas origens na colonização. O Brasil permaneceu como colônia de Portugal de 1500 até 1808, ao longo destes séculos, “não havia lugar para a pequena propriedade na economia brasileira [...]” (HOFFMANN, 1972, p. 113). Para ressaltar esse processo histórico de concentração da riqueza, Hoffmann recorre às análises de Caio Prado Júnior,

[...] exclusivamente para a exploração em larga escala de produtos de alto valor comercial como o açúcar, o algodão, o café, a borracha, o cacau; e assente no trabalho de escravos ou semi-escravos que formavam a massa camponesa do país. As condições econômicas fundamentais do país e a estrutura social que sobre elas se constituía tornavam evidentemente inviável uma organização agrária democrática e de larga repartição de propriedade fundiária (PRADO JR *apud* HOFFMANN, 1975, p. 249).

Neste sentido, Hoffmann dimensiona os problemas atuais que ele está observando a partir de análises históricas. Mais do que uma simples digressão ao passado, esse movimento também nos parece interessante para dimensionar o pensamento econômico e seu caráter conflitivo. Hoffmann (1975) explora a história com uma espécie de laboratório para as explicações econômicas que estão imersas também no presente. Há, então, um claro distanciamento de suas explicações para aquelas cuja tônica gira em torno de movimentos naturais da economia.

Hoffmann, ainda, busca nas interpretações de Celso Furtado para as suas exemplificações do processo de concentração de renda no Brasil. Assim,

Furtado (1967) assinala que a exploração da cana-de-açúcar no período colonial era incompatível com o sistema da pequena propriedade (p. 28), mostrando, também, o alto grau de concentração da renda gerada pela economia açucareira (p. 49); mais adiante afirma que, na região açucareira do NE, a libertação dos escravos ‘muito provavelmente não provocou modificação sensível na distribuição da renda’, embora tal pareça ter ocorrido na região cafeeira (pp. 146-148). Analisando o país como um todo o autor citado conclui que ‘abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda (HOFFMANN, 1975, p. 113).

Ao se inspirar em Celso Furtado, o autor chama atenção para os condicionantes históricos e as estruturas sociais subjacentes na economia brasileira. As bases sociais assentadas na escravidão e a estrutura econômica que se baseia na monocultura de exploração latifundiária favoreceram a reprodução da desigualdade de renda. Não resta dúvida de que Rodolfo Hoffmann (1972) explora a questão da desigualdade de renda e os determinantes da renda olhando também para o passado.

Para Hoffmann (1975), o Brasil não logrou um padrão de desenvolvimento tal como nos Estados Unidos. Naquele país, desde a colonização, houve um processo de distribuição da renda acompanhado de seu respectivo poder econômico. O mesmo provavelmente aconteceu com a renda, que se baseou na chamada pequena propriedade familiar. No Brasil, em contraste, a produção se assentou na grande propriedade monocultural, o que implicava em um mercado restrito. Assim, os padrões de desenvolvimento entre os EUA e o Brasil se contrastam, pois, naquele país, ao longo do seu processo histórico, houve menos desigualdade, ao passo que no Brasil houve intensas desigualdades que se reproduziram no tempo. Tais desigualdades ainda acompanham a história e, provavelmente, inspiraram as inquietações de Hoffmann. Assim, ao observar e avaliar o crescimento econômico, sobretudo em fins da década de 1960 e começo de 1970, o autor entende que

[...] o crescimento da indústria brasileira no decênio 1960-70 caracterizou-se, também, por um nítido aumento do grau de concentração tanto da renda como do poder econômico. Mas esse processo de concentração se deu a partir de um padrão de distribuição já bastante concentrado (HOFFMANN, 1975, p. 114).

Assim, para Hoffmann (1975) denominar aquele crescimento como sendo um ‘milagre econômico’, é um exagero, tal como entender que no período o crescimento foi “natural”. No Brasil a desigualdade na renda é historicamente concentradora. Entre 1960 e 1970 representa um período importante para entender como as desigualdades se manifestaram ao longo do tempo, pois nesta década houve uma intensificação da concentração da renda. Então, para Hoffmann (1975, p. 120),

Vimos que o Brasil, cuja formação histórica já levou a uma elevada concentração da riqueza e da renda, passou, no último decênio, por um processo de aumento do grau de concentração da distribuição da renda. Mesmo sem considerar as resistências políticas reforçadas por esse processo, é notório que o grau de concentração da renda e da riqueza não será facilmente diminuído. Uma distribuição da renda mais igualitária exigiria profundas modificações numa estrutura de produção organizada em função de uma demanda condicionada por elevado grau de concentração.

Hoffmann aproveita, então, para criticar a matéria veiculada na Revista Veja (edição número 196, do dia 7 de junho de 1972). Segundo Hoffmann (1975), as explicações contidas nessa matéria reforçam a ideia de que “o desenvolvimento econômico brasileiro – como o de qualquer país – é um mecanismo que naturalmente diferencia as pessoas, principalmente através da educação” (HOFFMANN, 1975, p. 120). Por outro lado, segundo Hoffmann (1975, p. 121) “o crescimento econômico capitalista em presença de reservas de mão-de-obra não-qualificada implica desvalorização relativa dos salários correspondentes; tratar-se-ia apenas de um resultado do jogo das forças de mercado, sendo nesse sentido, ‘natural’”. Assim, o autor chama atenção para certas medidas de influência do governo na remuneração dos assalariados. O autor, então, se distancia das explicações de Langoni e se projeta ao lado dos economistas críticos, sendo importante para emoldurar as controvérsias entre os autores críticos.

Quadro 1 - Autores envolvidos nas disputas sobre desigualdades de renda

Autor	Formação	Ligação institucional
Albert Fishlow	Economia/Universidade da Pensilvânia.	IPEA
Carlos Geraldo Langoni	Economia (Brasil). Pós-graduação pela Universidade de Chicago (EUA)	IPE
Maria da Conceição Tavares	Matemática (Portugal). Economia (Brasil).	Unicamp
José Serra	Engenharia (Brasil). Pós-graduação em economia (ILPES/Escolatina).	CEPAL
Luiz Gonzaga Belluzzo	Ciências Sociais (USP). Direito (USP). Curso de treinamento (ILPES)	DEPE- Unicamp
Paul Israel Singer	Economia (USP). Pós-graduação em Ciências Sociais e especialização em Demografia (Princeton)	CEBRAP
Edmar Lisboa Bacha	Economia (UFMG). Pós-graduação (FGV). Mestrado e doutorado (Yale).	UNB
Pedro Sampaio Malan/John Wells	Engenharia (PUC-RJ). Economia (Não concluído). Doutor (Berkley)/Mestrado (Berkley)	IPEA
Rodolfo Hoffmann	Agronomia. Mestrado em ciências Sociais Rurais. Doutorado Economia Agrícola (USP/Esq)	ESALQ

Fonte: Elaboração própria.

5 CONCLUSÃO

Este estudo analisou as disputas entre os economistas acerca da desigualdade da renda no Brasil, na década de 1970. Após a divulgação do Censo de 1970, desencadeou-se um extenso debate sobre a distribuição de renda no país. Tal como analisamos, esse momento foi paradigmático para entendermos as disputas entre os economistas que buscaram explicar os motivos que levaram às diferenças entre os rendimentos. Assim, a questão da distribuição da renda torna-se exemplificadora de como o campo dos economistas está imbricado por disputas. Para elucidá-las, investigamos as trajetórias dos autores envolvidos, em um momento em que houve modernização das instituições de produção do conhecimento em economia. Consideramos, então, que a trajetória institucional é importante para recuperar os argumentos levantados por cada autor envolvido.

Há vários fatores que incidem sobre a produção dos autores para compreendermos as disputas sobre a desigualdade de renda. Neste sentido, a disputa acerca das desigualdades de renda é paradigmática de como as análises sobre a distribuição de renda foram pensadas, projetadas e estudadas pelos economistas. Assim, buscamos articular a filiação institucional a qual pertencia cada autor, bem como suas respectivas escolas de formação e filiações teóricas nas quais seu pensamento se formou. Caracterizando-se, assim, a dinâmica da produção do conhecimento em economia. Dentro dessa dinâmica, podemos verificar na trajetória dos autores envolvidos os aspectos inerentes à produção do conhecimento e as disputas ensejadas.

Como já se reconheceu, o ambiente acadêmico no Brasil é marcadamente pluralista, aspecto que contrasta com a formação da comunidade acadêmica dos economistas nos Estados Unidos. Essa característica também é notória nos debates sobre a distribuição de renda que ascendeu no Brasil durante a década de 1970. Podemos evidenciar essa característica quando notamos a trajetória dos autores supracitados. Entre os economistas envolvidos, podemos verificar aqueles com filiações institucionais que remetem à CEPAL - um centro de preocupação no âmbito da América Latina. Além disso, a década de 1960 também foi fundamental para a formação da comunidade dos economistas no Brasil, sobretudo a partir dos contratos entre a Fundação Ford e o MEC. Este contrato impulsionou os contatos entre os estudantes brasileiros e os pesquisadores norte-americanos.

Essa internacionalização da pesquisa pode ser apreendida quando analisamos os impactos domésticos na profissionalização dos economistas, na ascensão de instituições produtoras de conhecimentos como os centros de pós-graduação e outros como o IPEA e o

CEBRAP, a formação de um corpo técnico encarregado de pensar a economia e a propor soluções e intervenção na política econômica. A formação de centros e a ascensão da pós-graduação consolidam-se como um *locus* de produção do conhecimento, e serviram de base para a legitimação técnica entre os economistas. Os centros de pesquisa representam um palco privilegiado para analisar a difusão do conhecimento em economia e a formação de uma comunidade, de um corpo técnico, tal como os economistas.

O debate sobre distribuição da renda teve como mote inicial o estudo de Albert Fishlow. O americanista veio ao Brasil e estabeleceu contatos com o IPEA. Aqui, passou a orientar alunos e atuou na formação de novos pesquisadores. Contou com apoio do Ministro Reis Veloso com quem obteve os dados para a realização de sua pesquisa. Albert Fishlow passou então a se interessar pelos problemas do Brasil – como buscamos ressaltar essa foi uma característica do período, houve uma intensificação das preocupações de americanistas que passaram a estudar o Brasil. Fishlow entende que entre as décadas de 1960 e 1970 houve um aumento do produto, mas com concentração da renda. O trabalho de Fishlow exerceu papel relevante para a ascensão do debate sobre a distribuição da renda.

Não demorou para que houvesse uma resposta por parte do governo. Carlos Geraldo Langoni foi incumbido dessa missão. Langoni então passa a ser uma figura-chave para expressar uma visão, atuando como um porta-voz técnico do governo. Para Langoni, muito embora houvesse desigualdade de renda entre as décadas de 1960 e 1970, não houve de fato perda de bem-estar para a população. As desigualdades observadas seguem movimentos naturais em uma economia em fase de transição. A visão de Langoni também contou com divulgação na imprensa escrita, aspecto que entendemos como relevante para compreensão das disputas entre os economistas. A trajetória de Langoni é bastante exemplificadora das transformações da profissão do economista depois de 1960. Langoni se beneficiou dos investimentos da Fundação Ford e seu patrocínio pra que ele pudesse cursar a sua pós-graduação na Universidade de Chicago nos Estados Unidos. Este contato foi excepcional para que Langoni tomasse conhecimento de novas teorias do desenvolvimento produzidas nesta escola de pensamento econômico. Naquele período, as pesquisas desenvolvidas em Chicago passaram a incorporar o capital humano como um fator para mensurar o desenvolvimento econômico dos países. Em seu escopo, a teoria pregava que um aumento do nível da educação beneficiava o indivíduo no mercado de trabalho, levando-o a auferir maiores ganhos de salário. As relações do mercado tendem a premiar aqueles indivíduos com mais recursos educacionais. Quando Langoni retorna ao Brasil, ele estabelece contatos com o então Ministro da Fazenda Delfim Netto, cujo contrato se deu para explicar as desigualdades de renda,

estreitando-se assim os laços entre o governo e a FIPE como produtora de conhecimento econômico.

A questão da distribuição da renda foi levada adiante por intelectuais como Maria da Conceição Tavares e José Serra. Estes dois pensadores tiveram trajetória comum: a formação nos quadros da América Latina, no âmbito da CEPAL no Chile – tendo como referência de destaque as influências conduzidas por Aníbal Pinto. A natureza conflitiva dos textos de Tavares e de José Serra é inerente aos quadros em que estes intelectuais se formaram, sendo este um importante aspecto para deslindar as controvérsias sobre a distribuição de renda. Para os dois autores, a distribuição da renda tornou-se perversa para os extratos mais baixo da população. Por isso os países periféricos tiveram por características estilos de desenvolvimento acentuadamente perversas, tal como pode ser observado a partir de um ângulo quando se privilegia as características do capitalismo periférico. Assim, interessa-nos indicar que a dimensão conflitiva levadas adiante por Tavares e Serra nutriram análises críticas em um momento chave para a formação da comunidade dos economistas no Brasil. Estes aspectos ressaltam as diferentes tradições na produção do conhecimento em economia no país. A difusão do pensamento de Tavares e Serra inspirou uma série de outros estudos, aqui buscamos destacar sobre a influência de outro autor, o Paul Singer.

A questão da distribuição da renda também pode ser vista na obra de Paul Singer. Esse economista teve a sua trajetória como um representante do centro que aglutinou intelectuais de posicionamento contrários ao regime, o CEBRAP. Como podemos verificar, tal como a ANPEC, o IPEA e outros institutos importantes na formulação do conhecimento em economia, o CEBRAP também recebeu os incentivos oriundos da Fundação Ford. No âmbito do Centro foram desenvolvidas críticas contra o regime, além de proposições sobre o rumo da política nacional. Tal como mencionado, Singer – e outros membros do CEBRAP -, foi influenciado pela obra de Tavares e de Serra, buscando entender que a distribuição da renda deveu-se a fatores funcionais. Ele busca nas origens da industrialização as causas da piora da distribuição da renda. Dessa forma, ele continua a abordagem com base em aspectos históricos e identifica a reprodução de uma distribuição de renda concentradora. Assim, a ascensão dos militares no poder em 1964 foi um ponto decisivo, culminando em uma situação política responsável por operar uma distribuição da renda concentradora.

No âmbito da Escola de Campinas, Belluzzo se debruçou sobre o tema da distribuição da renda a partir de um ponto de vista eminentemente teórico. As produções deste economista podem ser vistas como representantes de uma escola que se declarava como herdeiros das tradições da CEPAL no Brasil. Entre os membros desta escola, a marca é um tipo de

ecletismo que combina Kalecki, Keynes e Marx. Belluzzo se insere no debate chamando atenção para explicações sobre a repartição da renda para aspectos sociais subjacentes à economia, como distinção entre classes sociais, a repartição da renda no processo produtivo e os conflitos entre o capital e trabalho.

A trajetória de Edmar Lisboa Bacha é paradigmática para elucidarmos o posicionamento de economistas que foram buscar a formação nos EUA e que ao regressarem estiveram vinculados ao aparato do Estado, tal como exemplifica os seus vínculos com o IPEA – trajetória muito semelhante com Fishlow, Malan e o John Wells. Tal como podemos identificar em suas entrevistas, a questão da distribuição da renda representou combates contra a ditadura militar no Brasil. Assim podemos identificar que a distribuição da renda não era uma preocupação restrita aos intelectuais marxistas e aqueles que declaradamente pertenciam aos grupos de esquerda. Como buscamos ressaltar nas intervenções de Bacha em jornais, ele teceu críticas aos tecnocratas, como sendo estes os economistas que pertenciam aos quadros do governo e sendo eles os responsáveis diretos pela condução de políticas econômicas.

Padro Malan e John Wells tiveram as suas trajetórias ligadas à Universidade de Berkeley e ambos também foram orientados por Albert Fishlow. Para os autores, a explicação de Langoni sobre a distribuição da renda representou um ato de fé nos mecanismos de mercado. Segundo estes autores, ao observar as experiências dos países desenvolvidos não há evidência que comprove que o sistema é capaz de distribuir renda automaticamente. As desigualdades na renda estão submetidas às relações de poder. Sob este aspecto, as interpretações de Langoni são insuficientes, pois não levam em consideração as estruturas de poder. Assim, tanto Pedro Malan como Wells identificam as desigualdades de renda como sendo a resultante direta das políticas econômicas de compressão salarial.

Já Rodolfo Hoffmann, que é originalmente um agrônomo, mas no âmbito da Esalq passou a investigar a questão da distribuição de renda. De seu ponto de vista, ele entende que a distribuição da renda também é uma consequência direta das políticas econômicas concentradoras de renda, colocadas em curso a partir de 1964 com os militares no poder. Ele aproveitou o clima das reuniões da SBPC para se manifestar contra o regime militar. Para este autor, é inegável que as causas da piora da distribuição da renda foram em decorrência da repressão aos sindicatos.

Em suma, com esta pesquisa podemos verificar que o campo dos economistas é permeado por outras questões que são inerentes à política e a formação do conhecimento. Ao nos debruçarmos sobre a trajetória dos autores envolvidos e as instituições às quais

pertenciam, nós podemos identificar os laços teóricos entre as produções dos economistas, isto é, as divergências teóricas do debate, que resultaram uma grande pluralidade de pensamento. Neste sentido, buscamos salientar que estes fatores incidem sobre a posição dos economistas, revelando conflitos e tensões presentes no debate sobre a distribuição da renda em 1970.

REFERÊNCIAS

- A RENDA dos Brasileiros. **Revista Veja**, n. 196, 7 de jun. 1972. Disponível em: <http://acervo.veja.abril.com.br>. Acesso em: 16 nov. 2019.
- AZEVEDO, L. **Albert Fishlow**: trajetória intelectual em busca das raízes do desenvolvimento. [2016]. Disponível em: http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Albert-Fishlow_Trajeto%C3%B3ria-intelectual-em-busca-das-ra%C3%ADzes-do-desenvolvimento-v.5.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.
- BACHA, E. L. Edmar Lisboa Bacha: 1999. [Entrevista concedida a] Guido Mantega e José Marcio Rego. *In*: MANTEGA, G.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros II**. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 231-250.
- BACHA, E. L. Hierarquia e remuneração gerencial. *In*: TOLIPAN, R; TINELLI, A. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 124-58.
- BACHA, E. L. **Os mitos de uma década**: ensaios de economia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- BELLUZZO, L. G. Distribuição de renda: uma visão da controvérsia. *In*: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 1-35.
- BELLUZZO, L. G. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo: 1942. [Entrevista cedida a] Ciro Biderman, Luis Felipe L. Cozac e José Marcio Rego. *In*: BIDERMAN, C.; COZAC, L. F.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 251-283.
- BASTOS, C. P.; D'AVILA, J. G. O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 13, n. 2, p. 173-199, 2009.
- BIANCHI, Ana Maria. Do encontro de Itaipava ao encontro da USP: comentários à margem da história da ANPEC. *In*: LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **50 anos de ciência econômica no Brasil**: pensamento, instituições, depoimentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 315-330.
- BIDERMAN, C. *et al.* **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Pablo *et al.* A Controvérsia sobre o padrão de acumulação da economia brasileira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 38, 2011, Foz do Iguaçu (Paraná). Anais [...], Foz do Iguaçu (Paraná): ANPEC, 2011. p.1-17.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. *In*: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000a. p. 13-65.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. **O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005**. Brasília, DF: CEPAL, 2005. p. 1-72. Versão preliminar.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000b.

CALABI, Andrea Sandro; D'ARAÚJO, M. C.; FARIAS, I.C.; HIPOLITO, L. (org.). **IPEA 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. p. 219-233.

CANO, W. Instituto de Economia da Unicamp: notas sobre sua origem e linhas gerais de evolução. SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. da S. (org.). **Ensaio do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 199-209.

CANO, W. **Introdução à economia: uma abordagem crítica**. São Paulo: UNESP, 1998.

CARDOSO, F. H. Fernando Henrique Cardoso: 2009. [Entrevista concedida a] Flávio Moura, Paula Montenegro. In: MOURA, Flávio; MONTERO, Paula (ed.). **Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 18-49.

CARDOSO, F. H. Introdução. In: TOLIPAN, R; TINELLI, A. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.p. 9-15.

CARLOS Geraldo Langoni. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil, v. 9). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc_bc_volume_9_carlos_langoni.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

COLISTETE, R. P. O Desenvolvimentismo Cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. (org.). **Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 26-37.

COSTA FILHO, Alfredo. Paul Israel Singer. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da Silva (org.). **Ensaio do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 455-464.

DEDECCA, C. S. O Trabalho no debate econômico brasileiro. In: SZMRECSÁNYI, T; COELHO, F. da Silva (org.). **Ensaio do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 95-116.

ERKERMAN, Raul. A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje. **Revista Brasileira de Economia**, v. 43, n. 2, p. 113-138, 1989.

EDMAR Lisboa Bacha. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV, c2017. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edmar-lisboa-bacha>. Acesso em: 25 jun. 2019.

FERNÁNDEZ, Ramón García; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Creating Academic Economics in Brazil: the Ford Foundation and the beginnings of ANPEC**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2015. (Texto para Discussão, n. 514).

FERNÁNDEZ, Ramón García; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Manufacturing pluralismo in braziian economics: to role of ANPEC as institutional mediator and stablizer**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2016. (Texto para Discussão, n. 545).

OPINIÃO. *In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB*. Rio de Janeiro: FGV, c2017. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/opiniaio>. Acesso em: 1 out. 2019.

FISHLOW, A. A distribuição de renda no Brasil. *In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C (org.) A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 159-189.

FISHLOW, A. Albert Fishlow: 2005. [Entrevista concedida a] Maria Celina D'Araujo, Ignez Cordeiro de Farias, Lucia Hippolito. *In: D'ARAÚJO, M. C.; FARIAS, I. C.; HOPPOLITO, L. (org.). IPEA 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. p. 50-56.

FRANCO, Rolando. **La invención del ILPES**. Santiago, Chile: CEPAL, 2013.

GERALDO Langoni. *In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB*. Rio de Janeiro: FGV, c2017. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 09 mar. 2019.

HECSHER, Marcos; OLIVEIRA, Letícia. Perfil: Albert Fishlow. **Desafio do Desenvolvimento**, v. 10, n. 79, 23 maio 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3018:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 19 de jul. 2019.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição de renda e crescimento econômico. *In: SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da Silva (org.). Ensaio do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 133-142.

HOFFMANN, Rodolfo. Rodolfo Hoffmann: desafio de uma geração. [Entrevista concedida a] Cássia Almeida. **Blog Democracia política e novo reformismo**, 27 nov. 2019. Disponível em: <http://gilvanmelo.blogspot.com/2009/12/rodolfo-hoffmann-desafio-de-uma-geracao.html>. Acesso em: 7 abr. 2019.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição de renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 46-66, 1972.

HOFFMANN, Rodolfo. Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. *In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (org.). A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 105-123.

HOUCCOURT, G. C. John Richard Wells (1947-1999). *In.*: HOUCCOURT, G. C. **The making of a post-Keynesian economist**. Inglaterra: Cambridge Harvest, 2012 p. 253-255.

INTRODUÇÃO. *In.*: BIDERMAN, Ciro, COZAC, Luís F.L. e REGO, J.M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 27-54.

JOSÉ Serra. *In.*: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FVG, c2017. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-serra>. Acesso em: 07 mar. 2019.

KLÜGER, Elisa. Mario Henrique Simonsen e Antonio Delfim Netto: socializações desiguais, carreiras análogas, modalidades díspares de exercício do poder. **Dados**, v. 61, n. 4, p. 301-339, 2018.

LAGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LESSA, C. Entrevista com o economista Carlos Lessa. [Entrevista cedida a] Nelson Castan, Rubens Soares de Lima, Enéas Costa de Souza. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 165-174, 1981.

LESSA, C.; EARP, F. Sá. **Mais além do II PND: o instituto de economia da UFRJ**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

LIMA, G. T. Em algum lugar do passado: breves reflexões sobre a relevância da história e da teoria econômica. *In.*: GALA, P. (org.). **A história do pensamento econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em economia**. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 45-60.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997a.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Formação das elites político-administrativas no Brasil: as instituições de pesquisa econômica aplicada. **Revista do Serviço Público**, v. 48, n 2, maio/ago. 1997b.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Formação de quadros para o governo: as instituições de pesquisa econômica aplicada. *In.*: **50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997c. p. 203-225.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Os economistas no governo: gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 1997d.

LOUREIRO, Maria Rita; LIMA, Gilberto Tadeu. A internacionalização da ciência econômica no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 3, p. 31-50, 1994.

MACEDO, R. B. M. Roberto Brás Matos Macedo: 2005. [Entrevista concedida a] Maria Celina D'Araújo, Ignez Cordeiro de Farias, Lucia Hippolito. *In.*: D'Araújo, M. C.; FARIAS, I.C.; HIPPOLITO, L. (org.). **IPEA 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea. 2005. p. 324-330.

MALAN, P. S. Pedro Sampaio Malan: 2005. [Entrevista concedida a] Maria Celina D'Araujo, Ignez Cordeiro de Farias, Lucia Hippolito. *In*: D'ARAÚJO, M. C.; FARIAS, I. C.; HIPPOLITO, L. (org.). **IPEA 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. p. 57-69.

MALAN, P. S; WELLS, J. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. *In*: TOLIPAN, R; TINELLI, A. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. P. 241-263.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 6. ed. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1984.

MANTEGA, G. O pensamento econômico brasileiro de 60 a 80: os anos rebeldes. *In*: LOUREIRO, M. R. (org.). **50 anos de ciência econômica no Brasil (1946- 1996): pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 107-157.

MANTEGA, G.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros II**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MARIA da Conceição Tavares. *In*: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FVG, c2017. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-da-conceicao-de-almeida-tavares>. Acesso em: 07 abr. 2019.

MELO, Fernando Homem de. Agricultura e recursos naturais. *In*: MICELI, Sérgio (org.). **A Fundação Ford no Brasil**, São Paulo: Sumaré, 1993. p. 237-242.

MELLO, J. M. C. de. João Manuel Cardoso de Mello: 1999. [Entrevista concedida a] Guido Mantega e José Marcio Rego. *In*: MANTEGA, G.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros II**. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 183-216.

MICELI, Sérgio. A aposta numa comunidade científica emergente: a Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. *In*: MICELI, Sérgio (org.). **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1993a.p. 33-97.

MICELI, Sérgio (org.). **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1993b. p. 33-97.

MILAGRE brasileiro: o grande debate. **Opinião**, n. 4, 27 nov./4 dez. 1972. p. 11-14.
Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=123307&pagfis=87&pesq=Maria%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Tavares>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, F de. Francisco de Oliveira: 2009. [Entrevista concedida a] Flávio Moura, Paula Montenegro. *In*: MOURA, Flávio; MONTERO, Paula (ed.). **Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.142-181.

PADRÃO de vida não melhorou por igual para todos. **Jornal do Brasil**, n. 101, 30 jul. 1972. 1º Caderno. p. 42. Disponível em:

http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=70082. Acesso em: 15 abr. 2019.

PEDRO Malan. *In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB*. Rio de Janeiro: FGV, c2017. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edmar-lisboa-bacha>. Acesso em: 25 jun. 2019.

PEDRO S. Malan. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. (Coleção Histórias Contadas do Banco Central do Brasil, v. 19). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc_bc_volume_19_pedro_malan.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

PINHEIRO NETO, J. As rendas da Nação (1). **CORREIO DA MANHÃ**. Rio de Janeiro. 18 de Jul. 1972a.

PINHEIRO NETO, J. As rendas da Nação (3). **CORREIO DA MANHÃ**. Rio de Janeiro. 19 de Jul. 1972b.

POSSAS, M. S. Maria da Conceição Tavares. *In: SZMERECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. (org.) Ensaios de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007. p.445-454.

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 207-241.

PRADO, L. C. D. Werner Baer, os brasilianistas e a interpretação econômica do Brasil: uma nota. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 18, p. 186-193, jan./jun. 2016.

REGO, José Marcio Rebolho. **Duas teorias econômicas: 'consumo' e 'retórica': subsídios para o estudo do campo científico da economia no Brasil**. 1998. Tese (Doutorado) -Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 1998.

ROCHA, Ednéia Silva Santos. Contribuições da Fundação Ford à formação e consolidação de campos científicos no Brasil. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. 2, p. 93-117, 2016.

SAES, Alexandre Macchione; SAES, Flávio. O pensamento econômico brasileiro no século XX: uma breve nota sobre as principais tendências e rupturas. **Boletim Informações FIPE**, São Paulo, p. 44-52, 2016a.

SAES, Alexandre Macchione *et al.* **Fipe 40 anos: pesquisa, ensino e debate sobre a economia brasileira**. São Paulo: Narrativa UM, 2014.

SAES, Alexandre; SAES, Flávio. Difusão de ideias econômicas no Brasil: apontamentos teórico-metodológicos. **Boletim Informações FIPE**, São Paulo, p. 45–51, 28 mar. 2016b.

SERRA, J. Aníbal Pinto e o desenvolvimento latino-americano. **Economia e Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 1-18, 1998.

SERRA, J. A reconcentração da renda: justificações, explicações e dúvidas. *In*: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 263-288.

SERRA, J. José Serra: 2009. [Entrevista concedida a] Flávio Moura e Paula Montenegro. *In*: MOURA, Flávio; MONTERO, Paula (ed.). **Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 182-194.

SINGER, P. **Aprender economia**. São Paulo: Contexto 1998.

SINGER, P. I. Paul Israel Singer: 1932. [Entrevista concedida a] Guido Mantega e José Marcio Rego. *In*: MANTEGA, G.; REGO, J. M. **Conversas com Economistas Brasileiros II**. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 55-91

SINGER, P. Paul. Singer: 2009. [Entrevista concedida a] Flávio Moura e Paula Montenegro. *In*: MOURA, Flávio; MONTERO, Paula (ed.). **Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 72-93.

SINGER, P. Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil. *In*: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 73-104.

SORJ, Bernardo. **A Construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

STARLING, Heloísa; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SZMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. da S. (org.). **Ensaio do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 95-116.

TAVARES, M. C. Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização. *In*: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 36-69.

TAVARES, M. C. Maria da Conceição Tavares: 1930. [Entrevista cedida a] Ciro Biderman, Luis Felipe L. Cozac, José Marcio Rego. *In*: BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 127-152.

TAVARES, M. C.; SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil. *In*: TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p.155-207.

TOLIPAN, R.; TINELLI, A. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VELLOSO, J. P. R. IPEA: uma instituição para pensar o Brasil. *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da Silva (org). **Ensaio do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 193-198.

VELLOSO, J. P. R. João Paulo Reis Velloso: 1997. Os institutos de pesquisa, o ensino de economia, a participação dos economistas nos governos e outros temas. *In*: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de ciência econômica no Brasil**: pensamento, instituições, depoimentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 331-371.